

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGIDC

SIRLEI TEREZINHA GADOMSKI ROCHA

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DE UMA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

IRATI - PR

2016

SIRLEI TEREZINHA GADOMSKI ROCHA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DE UMA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGIDC, área de concentração Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Dias Doliveira

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga

**IRATI - PR
2016**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

R672d	<p>ROCHA, Sirlei Terezinha Gadoski. Desenvolvimento local sustentável em comunidades de uma Área de Proteção Ambiental no Estado do Paraná, Brasil / Sirlei Terezinha Gadoski Rocha. – Irati, PR : [s.n], 2016. 139f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Dias Doliveira Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de concentração : Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.</p> <p>1. Engenharia Ambiental – Dissertação. 2. Inácio Martins – município. 3. Comunidade rural. 4. Ecologia – Meio Ambiente. I. Doliveira, Sérgio Luís Dias. II. Gonzaga, Carlos Alberto Marçal. III. UNICENTRO. IV. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 304.2</p>
-------	---

TERMO DE APROVAÇÃO

SIRLEI TEREZINHA GADOMSKI ROCHA

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DE UMA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Dissertação aprovada em ____/____/____ como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Sergio Luis Dias Doliveira
Instituição: UNICENTRO

Eng.^a Dr.^a Margit Hauer
Instituição: IAP

Prof.^a Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto
Instituição: UNICENTRO

**Irati - PR
2016**

Para meus pais **Luciano e Lindarci**,
com gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida e sabedoria.

Aos meus pais, Luciano e Lindarci, por todo amor e presença.

A meu esposo Nivaldo de Almeida Rocha, pela constante compreensão e companheirismo.

Ao meu irmão Osni, pelo incentivo e realização da revisão textual.

Aos professores Sergio Luis Doliveira e Carlos Alberto Marçal Gonzaga, pela orientação e atenção.

A todos os participantes da pesquisa, pela acolhida em suas residências e por dedicarem seu tempo me auxiliando com as respostas necessárias.

A Monica Aparecida Bortolotti, pela amizade e por todo conhecimento prático proporcionado nos últimos anos.

A Luiz Fernando Lara, grande amigo e primeiro incentivador desse projeto, que sempre acreditou em mim e motivou minhas capacidades.

A Osvaldir Nunes Pereira, pelas valiosas informações disponibilizadas.

A José Elias de Lima, pelo auxílio na exaustiva tarefa de transcrição de dados.

A Gilberto Giovani Couto, pela disponibilidade imediata na confecção do abstract.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Sou-lhes grata.

Nunquam satis discitur.

S eneeca

RESUMO

Esta dissertação teve como fundamento um estudo de caso nas comunidades do município de Inácio Martins, PR inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança, com o objetivo de compreender a percepção dos moradores sobre o desenvolvimento local sustentável destas comunidades. A base metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, conduzida por revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos sobre o tema desenvolvimento e pesquisa de campo com a utilização de entrevistas semiestruturadas aplicadas às lideranças comunitárias e moradores locais. A partir da utilização desses métodos, realizou-se a análise dos dados coletados com a técnica de análise de conteúdo. O município de Inácio Martins, PR, possui 51% de sua área territorial em uma Área de Proteção Ambiental o que resulta em restrições na utilização e ocupação do solo. O recorte escolhido para esta pesquisa foi o desenvolvimento local sustentável das comunidades rurais desse município inseridas na APA. A partir dos resultados obtidos foi possível concluir que os atores sociais pesquisados permanecem confusos e duvidosos quanto aos objetivos da APA. A percepção sobre o desenvolvimento local sustentável apresenta-se fragmentada, relacionada principalmente ao conceito econômico, sem associar os aspectos sociais e ambientais. Tal resultado aponta para a necessidade imediata, por parte dos órgãos gestores, de uma visão mais abrangente e mais sensível para as necessidades locais das comunidades rurais, ações de educação ambiental, de orientações e acompanhamento das atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local Sustentável; Área de Proteção Ambiental; Inácio Martins, PR; Comunidades Rurais.

ABSTRACT

This dissertation was based in case study in the communities of the municipality of Inácio Martins, PR, inserted in the State Environmental Protection Area (APA) of Serra da Esperança, in order to understand the perception of residents about local sustainable development of these communities. The methodological basis used was qualitative, descriptive and exploratory research, conducted by literature review on the main concepts of development and field research using semi-structured interviews applied to community leaders and local residents. From the use of such methods was held on analysis of data collected with the technique of content analysis. The municipality of Inácio Martins, PR, has 51% of its land area in an Environmental Protection Area which results in restrictions on the use and occupation of land. The cut chosen for this research was the local sustainable development of rural communities of this county entered into the APA. From the results it was concluded that the social actors surveyed remain confused and doubtful about the APA goals. The perception of the local sustainable development presents itself fragmented, mainly related to economical concept, without involving the social and environmental aspects. This result points to the immediate need on the part of management bodies, of more comprehensive and more sensitive vision for the local needs of rural communities, environmental education, guidance and monitoring of economical activities in the communities.

Keywords: Sustainable Local Development; Environmental Protection Area; Inácio Martins, PR; Rural Communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As cinco Dimensões da Sustentabilidade.....	30
Figura 2 - Localização da APA da Serra da Esperança.....	45
Figura 3 - Municípios que integram a APA da Serra da Esperança.....	48
Figura 4 - Localização de Inácio Martins na APA da Serra da Esperança.....	49
Figura 5 - Localização do Município.....	68
Figura 6 - Perfil do Município.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Áreas de Proteção Ambiental do Estado do Paraná.....	42
Quadro 2 – Superfície percentual dos municípios abrangidos pela APA.....	46
Quadro 3 - Comunidades participantes da pesquisa.....	61
Quadro 4 - Categoria temáticas.....	66
Quadro 5 - População ocupada segundo a atividade.....	71
Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Inácio Martins.	72
Quadro 7 - Organizações comunitárias.....	109

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vista parcial da comunidade Assentamento José Dias.....	80
Fotografia 2 - Infraestrutura da Comunidade Assentamento José Dias	81
Fotografia 3 - Comunidade Rio Pequeno	82
Fotografia 4 - Infraestrutura da Comunidade Rio Pequeno	83
Fotografia 5 - Capela Religiosa Menino Jesus em Góes Artigas	84
Fotografia 6 - Infraestrutura da Comunidade Góes Artigas.....	85
Fotografia 7 - Feira agroecológica do grupo Água Viva - Góes Artigas	86
Fotografia 8 - Vila Ferroviária de Góes Artigas	87
Fotografia 9 - Atividades econômicas da comunidade Quarteirão dos Stresser ..	88
Fotografia 10 - Infraestrutura da comunidade Quarteirão dos Stresser	89
Fotografia 11 - Infraestrutura da Comunidade Queimadas	90
Fotografia 12 - Infraestrutura da Comunidade Faxinal do Posto	91
Fotografia 13 - Infraestrutura da comunidade Alemainha	93
Fotografia 14 - Fábrica de panificação da comunidade Alemainha.....	94
Fotografia 15 - Infraestrutura da comunidade Papagaios	95
Fotografia 16 - Infraestrutura da comunidade Coloninha	96
Fotografia 17 - Centro comunitário desativado na comunidade Coloninha	98
Fotografia 18 - Vista da região central da comunidade Campina Bonita.....	99
Fotografia 19 - Atividades econômicas da comunidade Campina Bonita.....	100

LISTA DE SIGLAS

CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
APA	Área de Proteção Ambiental
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
LOMIM	Lei Orgânica Municipal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PDM	Plano Diretor do Município
PMIM	Prefeitura Municipal de Inácio Martins
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Natureza
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	19
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO	20
2.1.1 Desenvolvimento Econômico.....	23
2.1.2 Desenvolvimento Social.....	24
2.1.3 Desenvolvimento Sustentável.....	27
2.1.4 Desenvolvimento Local.....	32
2.1.5 Desenvolvimento Comunitário	36
2.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APA.....	41
2.2.1 Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra da Esperança	42
2.2.2 Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação.....	50
3 METODOLOGIA	55
3.1 PESQUISA.....	55
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	56
3.3 COLETA DE DADOS	59
3.4 ANÁLISE DE DADOS	65
4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	68
4.1 O MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS – PR	68
4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO	70
4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	72
4.4 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS.....	73
4.5 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO.....	76
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	79
5.1 COMUNIDADES PESQUISADAS.....	79
5.1.1 Assentamento José Dias	79
5.1.2 Rio Pequeno	82

5.1.3 Góes Artigas	84
5.1.4 Quarteirão dos Stresser	87
5.1.5 Queimadas	90
5.1.6 Faxinal do Posto	91
5.1.7 Alemainha	92
5.1.8 Papagaios	94
5.1.9 Coloninha	96
5.1.10 Campina Bonita	98
5.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	100
5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	101
5.3.1 Comunidade	102
5.3.2 Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	136

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é um termo bastante amplo e complexo que tem hoje uma relação consolidada com as diferentes áreas das Ciências Sociais apresentando-se como um conceito-chave na aproximação das diversas ciências.

Na tentativa de compreender a complexidade do conceito tentamos qualificá-lo em diferentes outras acepções, tais como desenvolvimento local, econômico, comunitário, social, sustentável, entre outras. Isto, por si só, demonstra que o desenvolvimento em si não trata-se de um único e definitivo modelo, mas sim, de um processo de construção coletiva em constante transformação. Pode-se afirmar que a definição do conceito implica em um posicionamento ideológico, que possa contemplar todas as diversas concepções.

Percebe-se, nos municípios com áreas de proteção ambiental, a necessidade de fomentar as discussões sobre o desenvolvimento local sustentável em todas as suas dimensões, a fim de melhorar a compreensão destes conceitos e a correta aplicação das políticas públicas na busca do almejado desenvolvimento sustentável.

Tendo como base a reflexão e a perspectiva interdisciplinar, que agrega diversos saberes em prol do processo coletivo, dinâmico e complexo de conceito de desenvolvimento, o recorte escolhido, para esse estudo, foi o desenvolvimento local sustentável pautado nas dimensões econômica, social e ambiental das comunidades do município de Inácio Martins, PR, inseridas na Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança.

Meyer (2000) enfoca que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, maior percepção com os resultados sociais decorrentes e o equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais. A forma de viabilizar com equilíbrio essas características é o grande desafio a enfrentar nestes tempos.

Ao considerar a característica coletiva do processo de desenvolvimento, as comunidades tornam-se importantes agentes de transformação e construção. Importante lembrar que o processo de desenvolvimento deve ser adequado às

diferentes necessidades, expectativas, potencialidades, valores, cultura, etc., pois cada comunidade tem sua própria dinâmica.

Nesse contexto, buscou-se investigar e compreender como os diversos temas e conceitos do desenvolvimento se relacionam dentro da realidade cotidiana das comunidades de Inácio Martins, objetos de estudo desta dissertação, a partir das percepções dos moradores e lideranças comunitárias.

Soluções práticas e viáveis podem ser perseguidas, considerando as possibilidades disponíveis em cada uma das comunidades. A participação coletiva, com vistas ao desenvolvimento, é apresentada, de acordo com Evans (2007), como um requisito incontornável e indispensável e está ligada a noções de cidadania, direitos e deveres sociais e justiça, incluindo a ambiental.

A participação no processo de desenvolvimento permite às comunidades locais o envolvimento na tomada de decisões, planejamento de iniciativas que as afetam facilitando assim a resolução de conflitos decorrentes da alocação e uso dos recursos, inclusive assegurando a adequação dos processos sociais, econômicos e ambientais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este estudo está voltado para a problemática do desenvolvimento local incluindo a preocupação de como esse desenvolvimento deve ser operado de forma a sustentar a vida no presente assegurando a sobrevivência das gerações vindouras. Considerando que o município de Inácio Martins possui 51% de seu território inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança, a busca pelo desenvolvimento local sustentável torna-se urgente e imperativo.

A maioria das atividades econômicas do município estudado são ainda bastante tradicionais, inclusive nas dezesseis comunidade rurais acobertadas pela área de proteção ambiental.

As comunidades objeto de estudo, por estarem inseridas em uma Área de Proteção Ambiental, com limitações no manejo da área, relatam dificuldades em

fazer valer os objetivos de conservação em detrimento das necessidades de uso dos recursos para geração de renda, bem como dificuldades estruturais que impossibilitam o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e outras atividades de subsistência (GADOMSKI e GONZAGA, 2014).

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) colocou o município na 394ª colocação no ranking paranaense com média geral de 0.600 (PNUD, 2013). Apesar de o Índice ser avaliado como médio Inácio Martins tem muito a melhorar, pois a 394ª colocação demonstra a necessidade de investimentos em políticas públicas e/ou sociais se consideramos o número de municípios que compõem o Estado do Paraná, que totalizam 399, e que o mesmo é o 178º mais populoso. (IPARDES, 2013).

Por estas razões, acredita-se ser necessário desenvolver esta pesquisa a fim de identificar as percepções dos moradores sobre o desenvolvimento local sustentável a partir de suas realidades bem como as limitações e as potencialidades de cada comunidade de maneira a contribuir com o desenvolvimento comunitário local.

A escolha do tema foi motivada por resultados de estudos já realizados na região, adequando seu desenvolvimento sob a ótica interdisciplinar das práticas de desenvolvimento local sustentável e sua efetividade a partir da realidade percebida, tomando como base a problemática que envolve a questão e as dificuldades na busca de alternativas que promovam a implantação efetiva das propostas, face ao descompasso percebido no desenvolvimento local.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme pode ser visto no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança, desenvolvido pelo Instituto Ambiental do Paraná, Inácio Martins é o município que está mais inserido, dentre os dez municípios abrangidos pela referida Área de Proteção Ambiental (APA). Inácio Martins possui 51% da sua superfície dentro da APA, seguido dos municípios de Mallet (37,4%) e União da Vitória (34,6%) (IAP, 2009).

Além disso, aproximadamente 50% das famílias que estão no interior da referida APA pertencem aos municípios de Guarapuava e Inácio Martins. Segundo estimativas dos próprios moradores, Inácio Martins tinha 661 famílias, 2.244 moradores na APA, o que representa 24,2% dos residentes (famílias/moradores) (IAP, 2009). Entretanto, segundo Gonzaga et al (2011, p. 07) “[...] se considerarmos os habitantes da sede do município de Inácio Martins, mais de 70% do total de moradores do município residem dentro da APA e seu entorno imediato”.

Conforme reconhece Araújo (2004) a proposta de desenvolvimento local deve ser compatível com o que se espera das UCs de uso sustentado, como as APAs, ou seja, a elevação da qualidade de vida e equidade social, eficiência e crescimento econômico de maneira sustentada e continuada, e a devida conservação.

A partir disso, alguns questionamentos são possíveis: como está a situação das comunidades de Inácio Martins inseridas no interior da APA, em termos de desenvolvimento local e sustentável? Até que ponto a APA foi benéfica ou prejudicial para essas comunidades?

Em função da situação inicialmente exposta e das questões suscitadas, surge a seguinte questão norteadora da pesquisa: **Como a instalação da APA influenciou o desenvolvimento local sustentável das comunidades a partir da percepção dos seus moradores?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Averiguar junto aos moradores da APA Estadual da Serra da Esperança no município de Inácio Martins, PR seu posicionamento frente ao processo de implantação da Unidade de Conservação, assim como suas limitações e potencialidades para o desenvolvimento local sustentável.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as práticas cotidianas referentes aos aspectos econômicos, sociais e ambientais das comunidades;
- Caracterizar os aspectos de participação comunitária das comunidades;
- Identificar possíveis conflitos ambientais presentes nas comunidades;
- Identificar as limitações de desenvolvimento local sustentável das comunidades;
- Identificar as potencialidades de desenvolvimento local sustentável das comunidades.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura dessa dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo traz a apresentação em relação ao tema objeto de estudo, a justificativa e o problema de pesquisa, bem como, os objetivos da mesma.

No segundo capítulo organizou-se uma revisão da literatura acerca dos principais conceitos de desenvolvimento, buscando demonstrar a importância do processo participativo para o desenvolvimento local sustentável. Apresenta também, um tópico sobre conflitos ambientais em Unidades de Conservação.

O terceiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos, realizando uma explanação sobre a metodologia de pesquisa utilizada.

O quarto capítulo contempla a caracterização do campo de pesquisa, destacando as principais características do município de Inácio Martins, PR, pertinentes a esta pesquisa.

O quinto capítulo traz a apresentação dos resultados da pesquisa. Inicialmente são descritas as comunidades pesquisadas e perfil dos participantes. Na sequência, a discussão dos resultados da pesquisa, a partir da análise das categorias temáticas adotadas.

O sexto capítulo apresenta as considerações finais da investigação. Por fim, constam as referências consultadas e os apêndices utilizados, tais como, os instrumentos de pesquisa e o termo de consentimento e livre esclarecimento.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Há que se considerar que os conhecimentos disciplinares tiveram uma grande evolução no século XX, bem como em muito contribuíram para o campo de estudo sobre desenvolvimento. Entretanto, para Morin (2003, p 40) “[...] esses progressos estão dispersos, desunidos, devido justamente à especialização que muitas vezes omite os contextos, as globalidades e as complexidades.” De acordo com o autor, a fragmentação do conhecimento em disciplinas dificulta ou impossibilita o aprendizado do que está tecido junto, impedindo a visão do todo.

Nesse contexto, torna-se difícil estabelecer um conceito definitivo para o termo desenvolvimento, devido à complexidade existente na sociedade, onde diferentes interesses colidem, o que estabelece diferentes perspectivas para o seu significado, variando conforme a intenção que se pretende defender ou realçar.

De acordo com Amaro (2003),

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polêmicos nas Ciências Sociais. Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. Presente em várias áreas disciplinares deu corpo a diversas teorias da mudança, mas também galvanizou e avaliou práticas e intervenções. É desse ponto de vista, um dos conceitos com mais possibilidades de alimentar diálogos (ou confusões) interdisciplinares e de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria e a prática (AMARO, 2003, p.02).

De acordo com Amaro (2003) nos últimos 30 anos surgiram inúmeras designações de desenvolvimento, as quais se apresentam como tentativas de renovação do conceito de desenvolvimento. Entre essas designações o autor cita como seis novos conceitos o Desenvolvimento Sustentável; o Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.

O estabelecimento dessas designações procura conciliar diversos interesses, em especial, os relacionados ao âmbito econômico e ao âmbito ecológico, posto que, conforme o desenvolvimento do primeiro pode-se inviabilizar

a constituição do segundo. Essa condição torna-se perceptível quando considera-se o termo adicionado ao desenvolvimento, como o sustentável, o humano e o social, indicando a intenção de conciliar diferentes interesses nos processos desenvolvimentistas que serão efetivados ao longo do tempo em determinada comunidade.

Com isso, a renovação do conceito de desenvolvimento, ao invés de se organizar por disciplinas, poderia constituir-se por temas transversais, como sendo um processo inovador das Ciências do Desenvolvimento, tendo em vista que o conceito de desenvolvimento, “[...] nas suas reformulações recentes, é portador e mobilizador de transversalidade epistemológica, teórica, metodológica e prática” (AMARO, 2003, p. 20).

A transversalidade propicia que o desenvolvimento seja entendido além da sua perspectiva econômica (que tende a ser a primeira a ser considerada em virtude dos efeitos que origina, como renda, produção e lucro), o que permite incorporar outros interesses, como o ambiental e o social, resultando em um equilíbrio que traz benefícios para a sociedade, como, por exemplo, o manejo racional dos recursos naturais e a diminuição dos impactos negativos dos processos produtivos no meio ambiente.

Calegare e Silva Júnior (2011) defendem a reformulação da ideia de desenvolvimento como necessária no sentido de:

Torná-la mais central e operacional, reaproximando ética, economia e política na condução de uma sociedade mais incluída socialmente, sustentável ecologicamente e sustentada economicamente (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011, p. 16).

Ao analisar as diversas abordagens de desenvolvimento Calegare e Silva Júnior (2011) afirmam a necessidade de uma nova concepção, a qual que deve focar o desenvolvimento do ser humano de modo global, o pleno exercício dos seus direitos, com liberdade e envolvimento com seus ecossistemas e participação na tomada de decisões. Para os referidos autores, essa nova concepção deve contemplar, ainda, a criação de condições de existência viáveis e em função de cada contexto socioambiental.

Essa perspectiva é coerente com uma sociedade democrática, que considera os diferentes interesses envolvidos em um processo de desenvolvimento, como também atentando para bens coletivos que devem ser preservados, como o meio ambiente, aspecto que contribui para que se estabeleça um equilíbrio nas relações sociais.

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento deve ser visto com um processo profundo de mudanças e transformações tanto de ordem econômica e política como também, e principalmente, humana e social, afirmando que o desenvolvimento nada mais é que o crescimento transformado para satisfazer as mais diferentes necessidades das pessoas, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Neste sentido, os estudos acerca do tema desenvolvimento, tem nas práticas interdisciplinares um espaço para repensar suas teorias, conhecimentos e as formas de pensar, e se concretizar como um movimento capaz de unir o saber e os sujeitos deste. Para tanto, necessita da troca entre os diversos setores da sociedade, e entre pesquisadores na busca das respostas, pois diferentes abordagens são necessárias para entender a realidade e enfrentar os problemas que se apresentam, buscando múltiplas teorias para explicá-los (MEIRELLES e ERDMANN, 2005). Essa necessidade ocorre devido à diversidade das questões a serem resolvidas bem como das possíveis soluções voltadas para o desenvolvimento.

Surge, assim, um processo colaborativo, onde busca-se a constituição de uma ação consensual, onde os diferentes interesses são considerados, o que tende a reduzir a possibilidade de que o desenvolvimento ocasione ganhos apenas para determinados segmentos sociais.

Assim, acredita-se que o caminho para o desenvolvimento afirma-se como um processo de prática e construção coletiva do conhecimento, bem como permanente processo de Investigação-Ação (AMARO, 2003).

Esse processo incorpora a reflexão sobre os procedimentos sociais, sobretudo dos valores que os orientam como também dos efeitos que pode originar, o que permite que haja mudanças ao longo do desenvolvimento, com a intenção

de que seja mantido o equilíbrio e haja resultados que possam ser compartilhados junto à coletividade.

Ao considerar essa concepção, o desenvolvimento se torna ainda mais relevante, por atender a intenção de sustentar o progresso humano de forma ampla, ou seja, atendendo para sua função econômica, mas considerando fatores pertinentes para o bem estar de todos, como a preservação ambiental, o que indica à atenção a transversalidade.

2.1.1 Desenvolvimento Econômico

O conceito de desenvolvimento econômico tem apresentado uma importante evolução ao longo do tempo, mas ainda apresenta controvérsias e em alguns casos pode ser confundido com o termo 'crescimento econômico' ao associar a ideia de que desenvolvimento é o aumento do fluxo de bens e serviços ou o processo de acumulação de capital, aumento da produtividade ou da renda, bem como dos salários e padrões de consumo, entre outras. Como observa Scatolin (1989, apud Oliveira, 2002, p. 02):

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Brito, Nascimento e Lima (2011) afirmam que a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico:

[...] está intimamente ligada à questão de bem-estar e qualidade de vida. Não necessariamente crescimento econômico é prerrogativa para o desenvolvimento econômico, pois para haver desenvolvimento econômico é mister que haja paralelamente melhorias em variáveis de dimensão econômica (PIB per capita, por exemplo) e variáveis de cunho social (emprego, saúde, educação, dentre outras). Nesta concepção, desenvolvimento econômico abrange também crescimento econômico e qualidade de vida (BRITO; NASCIMENTO; LIMA, 2011, p. 05).

Importante lembrar que, segundo Penteado (2003), foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que a obsessão pelo crescimento econômico começou a ser repensada, destacando-se então a ideia de desenvolvimento. Rossetti (1985) define que num amplo processo de desenvolvimento ocorrem os seguintes fatores:

- . Crescimento do produto real per capita, desde que associado a gradual melhoria da estrutura de repartição da renda e da riqueza.
- . Redução dos bolsões de pobreza absoluta, localizados nas regiões mais afastadas dos centros dinâmicos ou dentro deles.
- . Elevação das condições qualitativas de saúde, de nutrição, de educação, de moradia e de lazer, extensivas a todas as camadas sociais.
- . Melhoria dos padrões de comportamento no plano político, notadamente quanto aos processos de formação de lideranças e de escolha de dirigentes, e ainda quanto à ética das relações entre os grupos dirigentes, os de influência e a coletividade.
- . Melhoria dos padrões segundo os quais se combinam os fatores de produção não apenas no plano tecnológico, mas também no das relações que se estabelecem entre a força de trabalho e os que detêm propriedade ou o controle da capacidade instalada.
- . Melhoria das condições ambientais quer resultem de mudanças nos padrões de exploração das reservas naturais, quer de eliminação de externalidades associadas à redução da qualidade de vida. Gradativa remoção de sistemas de valores que dificultem a ocorrência de processos sociais de mudança conducentes ao desenvolvimento (ROSSETTI, 1985, p. 158).

Neste sentido, o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, conforme indicam Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205):

Deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Desta maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico ultrapassa a ideia de simples crescimento econômico e atende um processo mais complexo de variáveis estruturais que se estendem nas relações de trabalho, bem como nas relações políticas e sociais (IVO, 2004).

2.1.2 Desenvolvimento Social

De acordo com Amaro (2003) o conceito de Desenvolvimento Social surgiu em 1995, na Conferência de Copenhague, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, para discutir e os problemas sociais do desenvolvimento. Entre os

objetivos desta conferência buscou-se também estabelecer compromissos entre os países-membros, para garantir níveis mínimos de bem-estar social, no que diz respeito à educação, saúde, rendimento mínimo, entre outros. Assim, para Amaro (2003, p. 15) o Desenvolvimento Social é entendido como “[...] o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”.

O conceito de Desenvolvimento Social em Áreas de Proteção Ambiental relaciona-se com a necessidade de questionarmos a nossa capacidade de construir sociedades que permitam a qualidade de vida das comunidades sem degradação ambiental, pois o meio ambiente e o desenvolvimento não podem ser tratados em separado na formulação de políticas e ações que visem garantir a referida qualidade de vida (PELICIONI, 1999).

Segundo Diegues (1992), a ideia da natureza como fonte inesgotável de matéria-prima persistiu até a década de 1960, onde o progresso proporcionado pela industrialização era visto como a única forma de garantir uma vida melhor para a população. Entretanto, os problemas oriundos dos processos industriais e o uso indiscriminado dos recursos naturais provocaram conflitos intensos ampliando as distâncias entre as classes sociais e provocando a marginalização de muitas populações.

De acordo com Martins (2010) as Ciências Sociais se preocuparam com o desenvolvimento, principalmente quanto: mudança social, atraso versus moderno, desenvolvimento e planejamento social, reformas, crises, alienação, etc. Neste sentido, é premente a necessidade de mudanças no rumo das ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento através de uma reflexão interdisciplinar, pois como lembra Mucci (2000) tais mudanças há muito tempo deixaram de ser inquietações exclusivas das Ciências Biológicas, passando a ser incorporadas pela Antropologia, Economia, Sociologia, entre outras.

Segundo Pelicioni (1998, p. 24) “[...] a qualidade de vida é considerada como a resultante de condições socioambientais e estruturais que se desenvolvem na sociedade”. Tais condições podem ser avaliadas, segundo Forattini (1991) através do agrupamento dos seguintes aspectos:

1. Os indicadores ambientais que dizem respeito à qualidade da água, ar e solo, à poluição e contaminação; 2. Os indicadores habitacionais: a densidade, a disponibilidade e as condições de habitabilidade; 3. Os urbanos: a concentração populacional a comunicação e o transporte, a educação, a segurança, a poluição sonora e visual, local e paisagística; 4. Os sanitários: a morbidade e a mortalidade, a assistência médica e hospitalar, o estado nutricional; 5. Os sociais: as condições socioeconômicas e classes, o consumo, as necessidades e desigualdades, a família e a sexualidade, as condições de trabalho e profissão, a recreação, o lazer e o turismo, como também, o sistema político-administrativo (FORATTINI, 1991, p. 76).

O conceito de desenvolvimento pode ser compatível com qualidade de vida, e deve ser compreendido, segundo Coimbra (2002, p. 51) como “[...] um processo contínuo e progressivo, gerado na própria comunidade”. O desenvolvimento a partir do aproveitamento das potencialidades endógenas locais é aqui entendido como uma das possibilidades para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Entretanto, tal fato exige comprometimento político e participação comunitária.

Na obra ‘Desenvolvimento Incluyente, Sustentável Sustentado’ Sachs (2008) apresenta o que chama de estratégias de desenvolvimento nacionais includentes, sustentáveis e sustentadas. O adjetivo sustentável se refere à condicionalidade ambiental, sustentado se refere à permanência do processo de desenvolvimento e incluyente se refere à dimensão social.

A partir dos adjetivos apresentados por Sachs (2008) o desenvolvimento social pode ser construído através de uma interação estratégica entre todos os atores sociais buscando estabelecer uma dinâmica entre as potencialidades, os recursos físicos e humanos e também sua infraestrutura.

Para Schneider e Freitas (2013):

O desenvolvimento é um processo de mudança social que, do ponto de vista prático e fenomenológico implica em melhoria das condições e da qualidade de vida, por um lado, e redução ou alteração das condições de vulnerabilidade, por outro (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p.123).

O processo de mudança social e a busca de um desenvolvimento com qualidade de vida requer a consolidação de políticas compatíveis com as realidades locais (GURGEL, et al, 2009).

2.1.3 Desenvolvimento Sustentável

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, oficializou-se a noção de desenvolvimento sustentável, definida no Relatório Brundtland, intitulado 'Nosso Futuro Comum', publicado em 1987, como "[...] o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".

Seu surgimento é decorrente do nível de conscientização de parcela da sociedade em relação aos efeitos negativos que o processo de desenvolvimento pautado unicamente na atenção ao ciclo econômico vinha provocando ao longo do tempo, sobretudo no meio ambiente, aspecto que indicou a necessidade de haver seu redirecionamento, no sentido de também atender interesses ambientais, além de sociais e humanos, para que se torna-se compatível com o ideário de um progresso coletivo.

O conceito de desenvolvimento sustentável contido no relatório Nosso Futuro Comum apresenta também os seguintes termos:

[...] tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o "desenvolvimento sustentável" é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações 'em desenvolvimento', mas também pelas industrializadas. [...] é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Esse conceito estabelece, entre outros fatores, a intenção de harmonizar interesses, ao indicar que a atenção ao futuro é determinante para que os processos de desenvolvimento abarquem interesses sociais, como os relacionados a preservação ambiental.

Há, nesse cenário, a percepção de que o desenvolvimento não pode desconsiderar temáticas pertinentes para a sociedade, o que realça a importância de ser considerado o conflito de interesses que poderá ocasionar como também o impacto que provocará, tanto no contexto ambiental como no âmbito social.

Desde então, o termo desenvolvimento sustentável ganhou grande popularidade e vem sendo alvo de muitos estudos e tentativas de estabelecimento de políticas gerais que buscam contemplar os seus princípios centrais.

Segundo Barbieri e Cajazeira (2009), ainda não há um consenso sobre a definição de sustentabilidade na literatura, tendo em vista que tal termo se originou da contribuição de diferentes escolas e pensamentos.

Essa condição realça sua relevância como um eixo norteador para que o desenvolvimento possa contemplar adequadamente questões sociais relevantes no decurso de sua execução, o que pode atenuar eventuais efeitos negativos, como também as ações que podem ser efetivadas para que não ocorram, como, por exemplo, a degradação ambiental.

Para Ivo (2014, p. 53):

A noção de desenvolvimento sustentável, desde fins do século XX, vem se constituindo num paradigma aglutinador de projetos críticos ao modelo de crescimento econômico, associando a ele a defesa do meio ambiente e o princípio da equidade social.

O desenvolvimento sustentável propõe um novo modelo desenvolvimentista, que consiste em contemplar na sua concepção a preservação ambiental e questões sociais relevantes, para que este não se prenda apenas a dimensão capitalista, aspecto comum na sua formulação até meados da década de 1980. Nesse sentido, o princípio da equidade social se torna pertinente, por realçar que o desenvolvimento não pode desconsiderar as consequências que acarreta, em especial, no meio ambiente, como também a possibilidade de estender seus benefícios a um número maior de pessoas, seja de forma direta ou indireta, colocando em relevo que as organizações produtivas precisam ter uma consciência social mais desenvolvida.

Para Raynaut (2004), a noção de desenvolvimento sustentável é relativa. Ela varia em função de quem a utiliza e de onde ele se situa para definir seu conteúdo:

A sustentabilidade para uma comunidade local à procura dos meios da sua reprodução física e social no seu ambiente de vida não vai ter o mesmo significado para um movimento ambientalista que pretende preservar a “Mata Atlântica”, elemento do patrimônio mundial ou para uma empresa que busca “externalizar” os danos ambientais que causa no seu entorno, exportando os resíduos para zonas longínquas (RAYNAUT, 2004, p 31).

É evidente a diversidade das interpretações, das prioridades e dos objetivos dos atores sociais na discussão acerca do desenvolvimento sustentável, no entanto, percebe-se uma mesma aspiração que reúne esses vários pontos de vista, ou seja, a busca de um equilíbrio nos sistemas naturais, nos sistemas sociais e na relação entre ambos.

Esse equilíbrio é positivo, para que haja a percepção de que um projeto de desenvolvimento não se pode desconsiderar a perspectiva dos diversos atores envolvidos na sua execução, como também dos que serão afetados, incluindo os que habitam o ambiente social da sua ocorrência.

Os estudos sobre o desenvolvimento sustentável nos últimos anos indicam um movimento que busca cada vez mais a compreensão deste fenômeno a partir de uma visão mais ampla e sistêmica. Palhano (2012), em seu estudo sobre Interdisciplinaridade da sustentabilidade empresarial, afirma que:

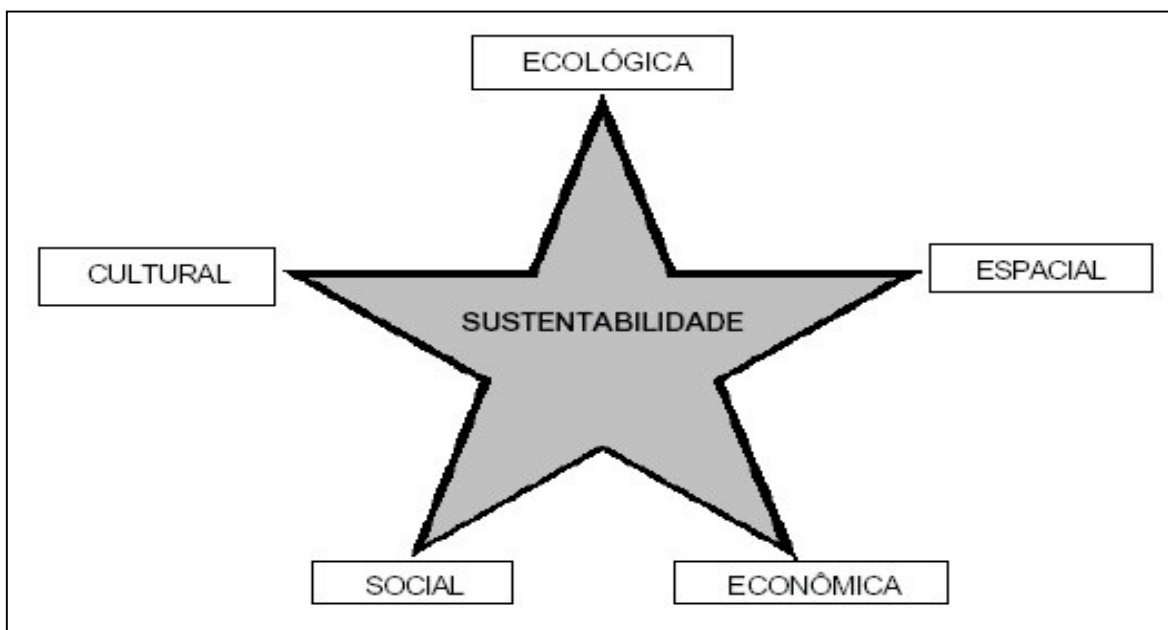
O tratamento interdisciplinar da questão da sustentabilidade não se resume a uma discussão epistemológica. Esta prática tem o potencial de ser fornecedora de conhecimento para os tomadores de decisões, por ter “olhares e saberes” com formações distintas, voltados para as mesmas questões, com o compromisso de que, por meio da colaboração, se chegue a uma síntese comum através da complementaridade entre eles (PALHANO, 2012, p. 51).

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, como proposta centrada no atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, tem nas práticas interdisciplinares um espaço para repensar suas teorias, conhecimentos e as formas de pensar sobre o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade, e se concretizar como um movimento capaz de unir o saber e os sujeitos desse saber.

Assim, a busca do desenvolvimento comunitário sustentável requer processos de mudanças sócio-políticas, socioeconômicas e institucionais, que assegurem a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social no presente, ressaltando que não se possa postergá-las para o futuro.

De acordo com Sachs (2007), a referência a um processo de desenvolvimento sustentável deve atentar a cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Figura 1 - As cinco Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 37 e 38.

Essas dimensões estão integradas e são complementares, realçando que o desenvolvimento sustentável considera as relações que se estabelecem a partir da sua proposição na sociedade, indicando que a sustentabilidade não se limita a esfera ambiental.

A respeito dessas cinco dimensões, Kraemer (2009) discorre sobre da seguinte maneira:

Sustentabilidade social – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Sustentabilidade econômica – que deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Sustentabilidade ecológica – que pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem.

Sustentabilidade espacial – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

Sustentabilidade cultural – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área (KRAEMER, 2009, p. 07).

A sustentabilidade propõe que seja conciliado o interesse econômico com a preservação ambiental, que não se resume à perspectiva do uso racional dos recursos naturais e conservação da natureza, mas também contemplando os anseios e necessidades humanas, fazendo com que o projeto de desenvolvimento contribua para a constituição de uma realidade social menos injusta e exclusiva.

Sustentabilidade, segundo Capra (1997) é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Sugere que, ao aplicar todas essas características, todas as sociedades poderão alcançar a sustentabilidade.

Para Ckagnazaroff e Abreu (2009, p. 4), a sustentabilidade, no âmbito do desenvolvimento local, passa a ter a possibilidade de “[...] promover transformações nas bases econômicas e sociais locais, com resultados positivos para a sociedade, meio ambiente e empresas”.

A consideração de resultados positivos para o meio ambiente incorpora tanto a preservação ambiental como também a condição humana, no sentido de considerar a sua qualidade de vida, que leva em conta a superação de situações que ocasionem sua vulnerabilidade social, como a pobreza e a falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde.

É importante discutir o papel do cidadão na construção do desenvolvimento sustentável, conforme aponta Braun (2001, p. 10):

O estágio de Desenvolvimento Sustentável de uma comunidade moderna relaciona-se diretamente ao quanto cada indivíduo desta comunidade esteja disposto a cooperar como esse processo de desenvolvimento; ou seja, “o quanto as pessoas estão satisfeitas em participar ativamente e o quanto elas se sentem realizadas em colaborar com esse novo processo de desenvolvimento”. Isto porque o Desenvolvimento Sustentável constitui um processo dinâmico coletivo onde todos devem participar.

Por ser um processo dinâmico, a atuação humana é relevante, sendo pertinente o estabelecimento de um diálogo entre os envolvidos para que se estabeleçam a base nas quais as relações serão efetivadas, que envolve desde a

confiança até a consciência dos resultados que irão surgir ao longo da sua efetivação na comunidade.

De acordo com Horst, Fuginaga e Rodrigues (2013, p. 11) “[...] o desenvolvimento comunitário sustentável envolve uma grande quantidade de atores no seu planejamento e execução”. Direcionando os estudos ambientais de maneira interdisciplinar, aplicando a concepção aglutinadora da realidade, na qual as situações estão interligadas, os indivíduos passam a compreender melhor essa interligação, pois percebem que o meio ambiente não constitui objeto de estudo de apenas uma área do conhecimento (HORST; FUGINAGA; RODRIGUES, 2013).

Cabe ressaltar que, pelo fato de haver um nível de interação humana significativa, o desenvolvimento local sustentável representa uma forma de estratégia política e social relacionada à transformação, envolvendo também as perspectivas econômicas e culturais da comunidade. Essa estratégia oportuniza o estabelecimento de uma nova realidade, pautada na intenção de modificar um cenário social de estagnação ou de sub-representatividade política e cultural, identificando sua capacidade de influir no florescimento de uma localidade, a partir das perspectivas das pessoas e instituições que se irmanam em torno deste projeto.

Desta forma, evidencia-se a necessidade de que a gestão ambiental e o desenvolvimento comunitário local estreitem relações com várias outras áreas do conhecimento, através de reflexões interdisciplinares, as quais têm-se mostrado fundamentais para auxiliar no processo do desenvolvimento sustentável.

2.1.4 Desenvolvimento Local

De acordo com Vitte (2006, p. 78) o desenvolvimento econômico local pode ser definido como “[...] o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) e pode provocar impactos no território”. A ideia de local pode ser entendida com um município, parte de um município, ou mesmo uma região.

Importante lembrar as diferenças entre desenvolvimento local e desenvolvimento no local, conforme Ávila (2000):

- desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à “comunidade localizada” para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a “participação ativa” da mesma;
- desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, “metabolizando” comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos (ÁVILA, 2000, p. 69).

Assim, para que ocorra o desenvolvimento local a própria comunidade deve assumir a gestão de seus recursos, podendo contar com a participação, apoio e orientação dos diversos agentes externos.

Conforme aponta Silveira (2011) para conceituar o desenvolvimento:

Devem-se levar em conta vários fatores e conceitos que interferem em uma definição mais ou menos concreta. Devem-se agregar conceitos como desenvolvimento, local, espaço, território, territorialidade e agentes endógeno e exógeno que, em interação, nos dão uma ideia do que vem a ser desenvolvimento local (SILVEIRA, 2011, p. 02).

Para Buarque (1999) o desenvolvimento local baseia-se em:

[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p. 09).

O processo endógeno diz respeito a uma iniciativa que tem o intuito de suprir os anseios e demandas locais, levando em consideração a participação efetiva dos indivíduos, objetivando o bem estar econômico, social e cultural da comunidade, compreendendo seus potenciais legais que dão condições para estipular um desenvolvimento bem elaborado (BARQUERO, 2001).

No conceito de Silveira (2011, p. 03), o processo endógeno permite o “[...] desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade”, visto que, o desenvolvimento econômico ocorre em função da valorização e da adoção desses recursos em torno da causa desenvolvimentista.

Para Franco (2002, p. 158) o desenvolvimento local é “[...] o fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas potencialidades locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais”.

A definição de Buarque (1998) para desenvolvimento local se traduz em um:

Processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade; compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 1998, p. 38).

Nesse contexto, para o desenvolvimento, é importante, no entendimento de Rezende e Ultramari (2007, p. 269), considerar “[...] o aprendizado da participação popular, da compreensão técnica da realidade e da comunicação entre agentes com interesses diversos”. A participação popular é de grande valia, pois possibilita a mobilização das potencialidades humanas em torno de um projeto comum de desenvolvimento, fazendo com que haja ações compatíveis com a realidade, o que tende a elevar as possibilidades de êxito no que está sendo proposto para o desenvolvimento local.

A compreensão técnica da realidade representa a condição do modelo de desenvolvimento local estabelecido ser passível de ser concretizado, por considerar aspectos particularizados, permitindo que as ações planejadas tenham possibilidades de serem executadas, alicerçadas em situações concretas (BUARQUE, 1999).

Ao ser planejado, de maneira participativa, o desenvolvimento local tem mais condições de atender as perspectivas e atentar para as necessidades reais das comunidades em torno do bem estar econômico, social e cultural da localidade, obtendo representatividade política, proporcionando continuidade ao desenvolvimento e fortalecendo as pessoas, os entes produtivos e o próprio local (GADOMSKI; GONZAGA, 2014).

De acordo com Bandeira (1999, p. 31):

A participação deve, portanto, ser vista — por vários motivos — como um instrumento importante para promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, e para melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum.

As ações voltadas ao desenvolvimento local, planejadas com a participação da comunidade, permitem contemplar as potencialidades e as capacidades específicas (físicas, materiais, humanas e ambientais), para que haja um aproveitamento dos recursos locais, fazendo com que o desenvolvimento seja compatível com a realidade existente, evitando a constituição de projetos de difícil execução por não considerarem as particularidades da localidade que podem fazer a diferença neste processo.

Segundo Buarque (1999, p. 44):

Os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um instrumento de negociação com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento-síntese – e de aglutinação política dos atores, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais.

Ademais, o desenvolvimento econômico local precisa pautar-se na noção de sustentabilidade. Vasconcelos, Andrade e Cândido (2009) indicam que:

[...] o desenvolvimento [...] só pode ser alcançado com a condução de projetos direcionados para a preservação dos recursos ambientais presentes, adequando-os às particularidades do entorno da localidade, ou seja, a concepção e o fomento do desenvolvimento de uma dada região devem passar, necessariamente, pela avaliação das potencialidades desta frente às características do empreendimento (VASCONCELOS; ANDRADE; CÂNDIDO, 2009, p. 106).

Para Milani (2005) o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local. Isto sugere uma preocupação com as gerações futuras e é neste aspecto que a questão ambiental assume fundamental importância. A preocupação com o meio ambiente envolve tanto o atendimento à legislação vigente como a perspectiva de preservação e conservação do mesmo, que é um paradigma vigente na sociedade contemporânea. Sachs (2001) afirma que o desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações.

2.1.5 Desenvolvimento Comunitário

Ao tratar do Desenvolvimento Comunitário se faz necessário, antes, compreender o conceito de comunidade. Do latim *communitas*, a palavra está associada à ideia de comunhão.

A compreensão do conceito de comunidade apresenta-se ampla e variada, entretanto a maioria dos autores se refere a uma ideia de todo que Weber denomina ‘sentimento de nós’. Para Weber (1972) comunidade se refere:

A uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social. [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo (WEBER, 1972, p. 25).

Este “sentimento de nós” que caracteriza as comunidades baseia-se, segundo McMillan e Chavis (1986) em quatro elementos essenciais: fazer parte de; influência; integração; e satisfação das necessidades e partilha de ligações emocionais. Para os autores, esses elementos são definidos como:

[...] sentimento de pertença que os membros possuem, de que os membros se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos (MCMILLAN; CHAVIS, 1986, p. 09).

De acordo com Tönnies (1995) a comunidade pode ser entendida como um grupo social demarcado espacialmente. Geralmente, as comunidades são formadas por grupos de familiares, vizinhos e amigos que vivem e dividem o mesmo local. Tais grupos contam com elevado grau de integração afetiva e proximidade entre seus membros, incluindo conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As formas de relacionamento social são predominantemente sociais e o estabelecimento de normas se dá por meio de costumes, hábitos e tradições.

Neste contexto, a dimensão comunitária do desenvolvimento se revela em toda sua importância. Considerando os sentimentos afetivos, a solidariedade e espaço compartilhado no cotidiano, o desenvolvimento deverá assegurar os pressupostos de satisfação das necessidades básicas (alimentação, saúde,

habitação e educação), bem como, igualdade de oportunidades para todos os membros da comunidade.

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) define o desenvolvimento comunitário como “[...] o fortalecimento dos potenciais social, econômico e ambiental de uma região, município ou localidade, cuja finalidade é ampliar a qualidade de vida para seus habitantes” (IDIS, 2013). Ele é gerado pelo esforço conjunto de pessoas e organizações que se sentem parte ou implicados com uma comunidade. Também resulta do sentimento de pertencer e do entendimento de que os objetivos individuais são inteiramente alcançados quando os todos atingem suas metas. Assim, os propósitos coletivos são alcançados.

Nesse sentido, o desenvolvimento comunitário pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.

Ainda, segundo o IDIS (2013) o desenvolvimento comunitário é um processo por meio do qual uma comunidade de um dado território torna-se protagonista de seu próprio desenvolvimento. Esse processo ocorre por meio do desenvolvimento dos capitais humano e social, atendendo, entre outras, as seguintes premissas:

- mobilização comunitária;
- construção coletiva do conhecimento;
- criação e manutenção de espaços de participação;
- valorização dos talentos e recursos locais;
- respeito ao tempo e às capacidades da comunidade.

Assim, o desenvolvimento comunitário é representado pelo conjunto de indivíduos em volta de interesses comuns, com o objetivo de conscientizar e mobilizar os interessados, bem como dar oportunidade a um grau de representatividade social ao segmento ao qual fazem parte. Isso possibilita despertar a atenção da sociedade e de instituições de nível público no que diz respeito a seus anseios e necessidades.

No entendimento de Luchmann (2011), um desenvolvimento comunitário é percebido a partir de ações das instituições ou associações comunitárias, que compreendem:

[...] uma boa listagem de requisitos considerados fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade democrática, seja pela sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos; seja pelo caráter pedagógico no sentido da promoção de processos de educação política (de confiança, cooperação e espírito público); por denunciar as relações de poder, ou ainda por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas (LUCHMANN, 2011, p. 142).

Desta maneira, o desenvolvimento comunitário pode ser entendido como uma entidade de natureza democrática, que confere aos indivíduos o poder de definir atitudes em conjunto, no que diz respeito a seus interesses, proporcionando um grau de conhecimento maior aos seus participantes no que tange à colaboração social e política, visto também a relevante mobilização para alcançar seus direitos. No âmbito das instituições comunitárias, a valorização do indivíduo objetiva potencializar sua colaboração e o compartilhamento de ideias e projetos em conjunto, facilitando as mudanças necessárias de situações que possam estar causando algum tipo de ônus ou prejuízo aos demais indivíduos (GADOMSKI; GONZAGA, 2014).

2.1.5.1 Organizações Comunitárias

Para Gadomski e Gonzaga (2014) as organizações comunitárias representam a junção de pessoas em torno de causas comuns, com a intenção de mobilizar os indivíduos e oportunizar um nível de representatividade social ao segmento em que estão inseridas, contribuindo para que suscitem a atenção da sociedade e das entidades públicas acerca dos seus anseios e necessidades.

A participação comunitária oportuniza que as pessoas possam estabelecer uma ação social direcionada, suplantando a eventual falta de representatividade social individual para a constituição de uma entidade representativa com maior força de representação, que se origina na sua capacidade de mobilizar seus associados em torno de causas comuns (GADOMSKI e GONZAGA, 2014).

Na perspectiva de desenvolvimento a partir de baixo, Parreira (2009, p. 23) afirma que:

Uma comunidade com consciência das raízes dos seus problemas pode/sabe desenhar soluções apropriadas para os resolver. A comunidade tem de se sentir “dona” e identificada com o processo de desenvolvimento potenciado.

Assim, no âmbito do desenvolvimento local, a associação comunitária tem um importante papel, por apresentar, na elaboração de um projeto, as demandas do segmento que representa, contribuindo também para que sejam detectadas as potencialidades, as dificuldades, os anseios e as necessidades de determinados segmentos sociais da localidade. Nesse sentido, a condição de processo endógeno do desenvolvimento local se acentua pelo fato de, segundo Buarque (1999, p. 09) ser: “[...] registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

A associação comunitária identifica também que o ser humano tem a condição de se tornar ator principal do desenvolvimento, principalmente em cenários onde há a ausência ou a omissão do ente estatal. Silvano, Silva e Santos (2007, p. 01) realçam que a mobilização originária de uma associação comunitária “[...] permite a execução de ações conjuntas, facilita a resolução de problemas comuns e gera novas oportunidades”. Por meio de uma associação comunitária, torna-se possível a efetivação de ações que possam concretizar interesses comuns, de forma que ao favorecer o desenvolvimento social influencia no desenvolvimento local. Ademais, a atuação coletiva promove a capacitação dos indivíduos participantes para tomarem iniciativas visando o enfrentamento das desigualdades e o estímulo ao desenvolvimento local.

Leonello (2010, p. 2) considera que o associativismo “[...] se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões”. Nesse sentido, as associações têm grande importância no desenvolvimento local, fazendo com as pessoas estabeleçam ações conjuntas, aproveitando as potencialidades humanas e ambientais existentes na localidade, fazendo com que as transformações possam ocorrer.

Ocorre também um nível maior de representatividade, onde os anseios de determinados segmentos são considerados na elaboração do processo de desenvolvimento local, condição que confere um nível maior de inclusão, além de concretizar o ideário de participação democrática na sociedade (GADOMSKI; GONZAGA, 2014).

A valorização da participação comunitária é condizente ao conceito de Ckagnazaroff *et al* (2009), sobre o desenvolvimento por bases locais.

Necessita de uma efetiva mobilização social, bem como de uma convergência em prol dos projetos coletivos para atingir seus objetivos. A emancipação e emergência de novos atores é ponto chave nesta nova dinâmica” (CKAGNAZAROFF *et al*, 2009, p. 175).

A participação das organizações comunitárias no desenvolvimento local coloca em relevo a possibilidade de mudanças nas bases econômicas, sociais, políticas e culturais de uma determinada localidade, considerando as informações repassadas pelas organizações comunitárias, que passam a ter um papel ativo nas ações efetivadas, fazendo com que as pessoas possam perceber que a atuação coletiva é um fator significativo em um ambiente democrático (GADOMSKI e GONZAGA, 2014).

Neste contexto, o desenvolvimento comunitário pode ser definido como o processo através do qual a comunidade amadurece em relação a seus potenciais e transforma as possibilidades em ações efetivas e eficazes. Para tanto, a estratégia de desenvolvimento comunitário deve contemplar o fortalecimento das estruturas organizacionais de caráter comunitário, bem como, proporcionar qualificação para as mesmas quanto à operacionalização das novas práticas de gestão local (SILVA e ARNS, 2002).

Desta forma, a partir dos diversos conceitos apresentados, as ações de desenvolvimento, pautadas nas concepções de sustentabilidade e realidades locais, através de um processo participativo da sociedade se consolidam como instrumentos capazes de lidar com questões ambientais minimizando os conflitos entre preservação e utilização dos recursos naturais e proporcionando a devida qualidade de vida para toda a comunidade.

2.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APA

Constante no artigo 14, inciso I da Lei N.º 9.985 de 18/07/00, conhecida como lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) compõe o grupo das unidades de conservação de manejo sustentável (BRASIL, 2000).

De acordo com o artigo 15 da referida Lei a APA é conceituada como sendo:

Uma área em geral grande, com certa quantidade de ocupação humana, composta por elementos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) as APAs são classificadas como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o que significa que o uso econômico direto dos recursos naturais é disciplinado, aplicando-se restrições quanto ao tipo de ocupação e uso do solo (BRASIL, 2000).

O principal objetivo de uma APA é proteger os ecossistemas locais e promover o desenvolvimento econômico e social, ou seja, garantir a qualidade de vida de sua comunidade biótica (fauna, flora, pessoas), solos e águas (PARANÁ, 1995).

Ademais, segundo o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) as áreas protegidas são fundamentais para a conservação da biodiversidade biológica, serviços ambientais vitais e para o uso sustentável dos recursos naturais do País (MMA, 2006).

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Brasil possui 294 Áreas de Proteção Ambiental, sendo 32 federais, 185 estaduais e 77 municipais. O Estado do Paraná possui 12 Áreas de Proteção Ambiental, sendo 02 federais, 09 estaduais e 01 municipal, conforme quadro a seguir (MMA, 2015).

Quadro 1 - Áreas de Proteção Ambiental do Estado do Paraná

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ	
Nome	Esfera Administrativa
Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba	Federal
Área de Proteção Ambiental Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Federal
Área de Proteção Ambiental do Iraí	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Passauna	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Pequeno	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Rio Verde	Estadual
Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana	Estadual
Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança	Estadual
Área de Proteção Ambiental de Guaratuba	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Piraquara	Estadual
Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Iguaçu	Municipal

Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2015.

2.2.1 Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra da Esperança

A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança foi criada em 1992 para proteger a Escarpa Mesozóica no Estado do Paraná e seus remanescentes de floresta ombrófila mista (floresta com araucária), bem como para proteger nascentes e fontes de abastecimento a Municípios das bacias do Rio Iguaçu e do Rio Ivaí (PARANÁ, 1992, apud GONZAGA et al, 2011).

As Áreas de Proteção Ambiental podem ser delimitadas em terras de propriedade do governo, particulares ou mistas. Para serem adequadamente implantadas necessitam apresentar um plano de manejo em cogestão e participação da comunidade.

O plano de manejo é conceituado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9985/2000, em seu art. 2º, inciso XVII como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação (UC), estabeleça seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A participação da população na elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação Ambiental (UC) está prevista no artigo 5º, inciso III da referida Lei Federal (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo da APA Estadual da Serra da Esperança, aprovado pela Portaria IAP nº 054, de 14 de abril de 2009, é o documento que estabelece o zoneamento da Unidade de Conservação e o planejamento de sua gestão e está dividido em três partes: Quadro Socioambiental da APA; Zoneamento Ecológico e Econômico; e Sistema de Gestão (IAP, 2009).

A elaboração do Plano de Manejo e a formação do Conselho Gestor da APA foram ações coordenadas e executadas pela Organização não Governamental (OnG) Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com OnG global The Nature Conservancy (TNC) e com a Associação Paranaense de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN-PARANÁ). Para tanto, contou com financiamento externo, resultante de parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Banco Mundial e a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) atualmente denominada Agência de Cooperação Internacional do Governo da Alemanha (GIZ) (MATER NATURA, 2009).

De acordo com o IAP (2009) o processo de elaboração do Plano de Manejo ocorreu de forma participativa e contou com a participação do Conselho Gestor da APA da Serra da Esperança nas diferentes fases de sua execução.

O Conselho Gestor da APA da Serra da Esperança foi oficializado pela Portaria IAP nº 191, de 17 de outubro de 2007, composto por 36 conselheiros titulares e 36 suplentes, representantes de instituições governamentais e não governamentais. Para a formação do conselho gestor inicialmente foram

identificados os diversos atores (pessoas físicas ou jurídicas residentes na APA ou com alguma atuação nesta UC). Após sua constituição inicial, realizaram-se encontros e reuniões no período de julho e dezembro de 2006, em 29 comunidades, objetivando apresentar o projeto “Formação do Conselho e Elaboração do Plano de Manejo da APA da Serra da Esperança”, coordenado pelo Mater Natura. Na sequência foram realizadas oficinas de capacitação em 16 comunidades e sedes de municípios da APA, durante os meses de março e abril de 2007 (IAP, 2009).

Ainda de acordo com o IAP (2009), a capacitação dos conselheiros foi realizada juntamente com a elaboração do Plano de Manejo que ocorreu em diferentes etapas:

- Oficina Diagnóstico – Fase I: teve por objetivo integrá-los com os consultores responsáveis pela elaboração dos diagnósticos e buscar a contribuição destes nos temas a serem diagnosticados, bem como na indicação de locais a serem visitados em campo.
- Fases de Campo: os conselheiros também foram convidados a acompanhar as fases de campo.
- Oficina Diagnóstico – Fase II: teve por objetivo compartilhar os resultados coligidos a fim de que os conselheiros pudessem ter um conhecimento integrado da situação da APA, além de poderem contribuir complementando informações.
- Oficina Planejamento – Fase I: objetivou discutir e adequar a proposta dos programas de manejo, com suas respectivas atividades, subatividades e normas, propostos para a APA, buscando a contribuição dos conselheiros, frente sua experiência na região (IAP, 2009, p. 317).

Após ser aprovado em abril de 2009, o Plano de Manejo da APA da Serra da Esperança foi apresentado formalmente, em 19 de agosto de 2009, na cidade de Guarapuava, PR. De acordo com o Mater Natura (2009), durante o mês de julho foram distribuídos 750 exemplares do livreto “Conservação e Desenvolvimento na APA da Serra da Esperança” juntamente com o mapa do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA.

Figura 2 - Localização da APA da Serra da Esperança



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança. Curitiba, IAP, 2009.

Os objetivos gerais e específicos da APA Estadual da Serra da Esperança constam no Decreto Estadual n. 1.438/95:

Objetivos Gerais

Proteção dos recursos hídricos e bacias hidrográficas;
 Proteção dos solos, visto tratarem-se de áreas íngremes;
 Estimular o manejo autossustentado dos recursos naturais;
 Propiciar a pesquisa científica e a educação ambiental;
 Fomentar o ecoturismo regional;

Objetivos Específicos

Proteção de belezas cênicas (saltos e cachoeiras) e monumentos naturais (morrostestemunhos e trechos escarpados);
 Proteção de mananciais de abastecimento público atuais e futuros para as cidades de Guarapuava e União da Vitória;
 Resgate do patrimônio genético de espécies florestais raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, com atenção especial para *Araucaria angustifolia* araucária ou pinheiro-do-paraná (ameaçada de extinção), *Ocotea porosa* imbuia e *Ocotea odorífera* canela-sassafrás ambas já raras, e a palmácea *Genoma elegans* palmeira-guaricana endêmica da região e em risco de extinção;
 Conservar ecossistemas regionais, notadamente os relacionados à Floresta Ombrófila Mista montana e alto-montana (Campinas de Altitude, por ex.);

Proteção de solos frágeis, notadamente os derivados de arenito triássico. (PARANÁ, 1995).

Gonzaga, *et al* (2011) informa as que as espécies endêmicas ameaçadas de extinção presentes na APA Estadual da Serra da Esperança são o pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela sassafrás (*Ocotea odorifera*) e a palmeira guaricana (*Genoma elegans*). Acrescenta, ainda, que Inácio Martins, Cruz Machado, e União da Vitória são os municípios da APA com as maiores taxas de Floresta de Araucária (PARANÁ, 1995, apud GONZAGA, *et al*, 2011).

A APA Estadual da Serra da Esperança está localizada no Centro Sul do Estado do Paraná e possui área de 206.555,82 há. Abrange o território de dez municípios (Guarapuava, Prudentópolis, Inácio Martins, Irati, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas, União da Vitória e Cruz Machado), conforme apresentado no quadro a seguir (PARANÁ, 1992; IAP, 2009).

Quadro 2 – Superfície percentual dos municípios abrangidos pela APA

SUPERFÍCIE		%	
Município	Área da APA no Município (ha)	Município	APA
Guarapuava	51.913,10	14,80	25,13
Inácio Martins	45.819,93	51,00	22,18
Cruz Machado	36.456,35	17,65	17,65
União da Vitória	24.944,43	34,60	12,08
Paula Freitas	1.453,37	3,40	0,70
Paulo Frontin	497,00	0,24	0,24
Prudentópolis	14.177,09	5,80	6,86
Mallet	26.237,30	37,40	12,70
Irati	3.232,40	3,70	1,56
Rio Azul	1.824,55	3,00	0,88
TOTAL	206.555,52	100,00	100,00

Fonte: Adaptado do Instituto Ambiental do Paraná. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança. Curitiba, IAP, 2009.

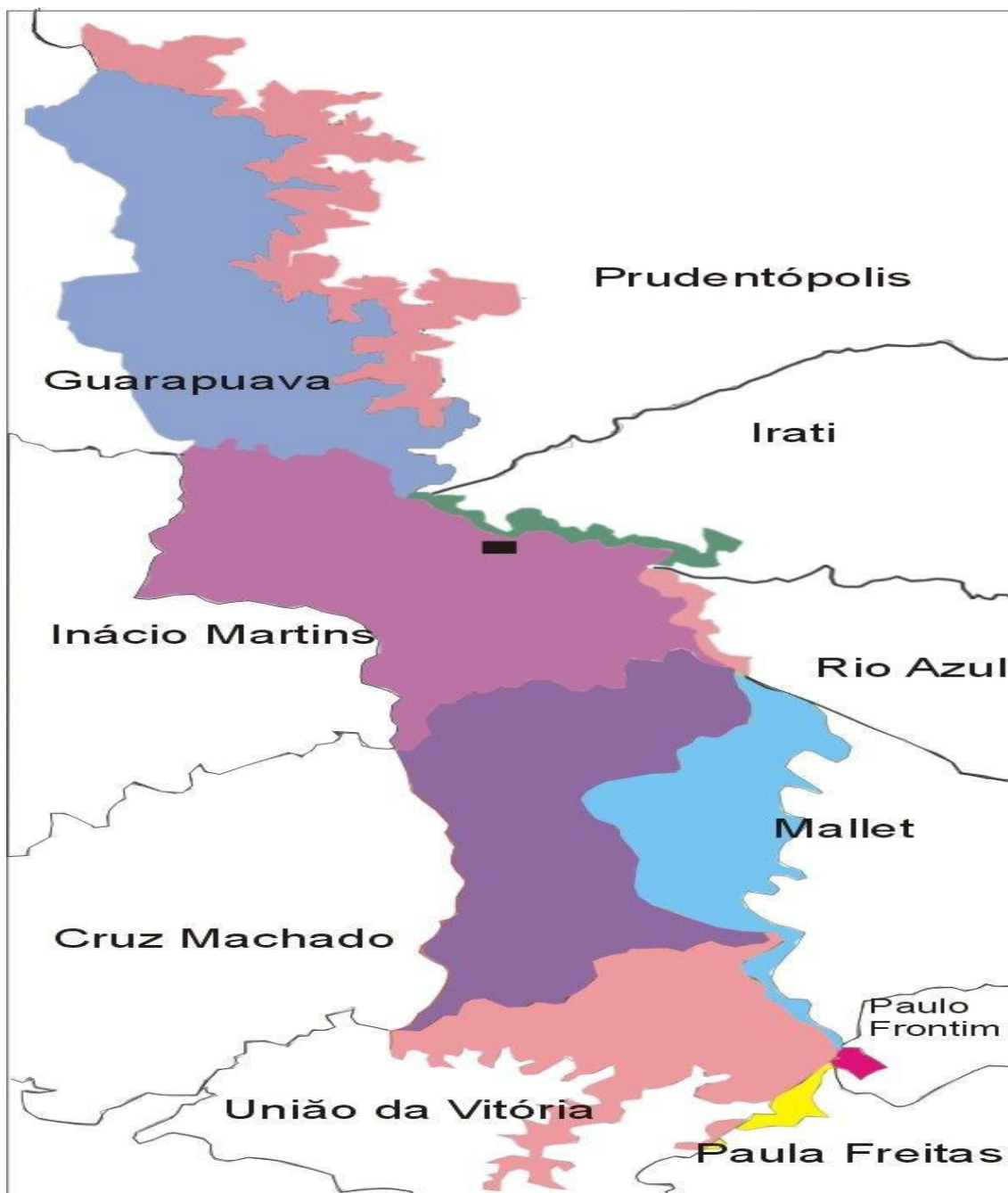
Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2009), apesar da extensão da APA da Serra da Esperança, somente a rodovia federal BR-277 corta a unidade de conservação (UC) em sua porção mais ao norte, passando pelos municípios de

Prudentópolis, Irati e Guarapuava. O acesso aos municípios de Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin e Paula Freitas é realizado pela PR-153 a partir de Irati. Já o acesso a União da Vitória se faz a partir do entroncamento da rodovia PR-153, em Paula Freitas, com a BR-476 que no e liga Curitiba a União da Vitória. O Município de Cruz Machado é alcançado por União da Vitória, pela PR-477, ou a partir de Guarapuava pela PR-170 e estradas secundárias. A maioria das estradas secundárias que dão acesso às comunidades localizadas na APA ainda não são asfaltadas.

A sede do município de Inácio Martins (única dentro da APA) pode ser acessada a partir do Distrito do Guará (Guarapuava), localizado às margens da Rodovia BR 277, e a partir do município de Irati pela PR-364. O acesso por Irati está totalmente asfaltado, enquanto que o trecho entre Inácio Martins e Guará está parcialmente asfaltado (IAP, 2009). Além disso, é possível alcançar a sede do município de Inácio Martins a partir de Cruz Machado e de Rio Azul, por estradas vicinais em precário estado de conservação.

Conforme pode ser visto no Plano de Manejo da APA da Serra da Esperança, Inácio Martins é o município com maior percentual (51%) de inserção territorial dentro da APA, seguido dos municípios de Mallet (37,4%) e União da Vitória (34,6%) (IAP, 2009).

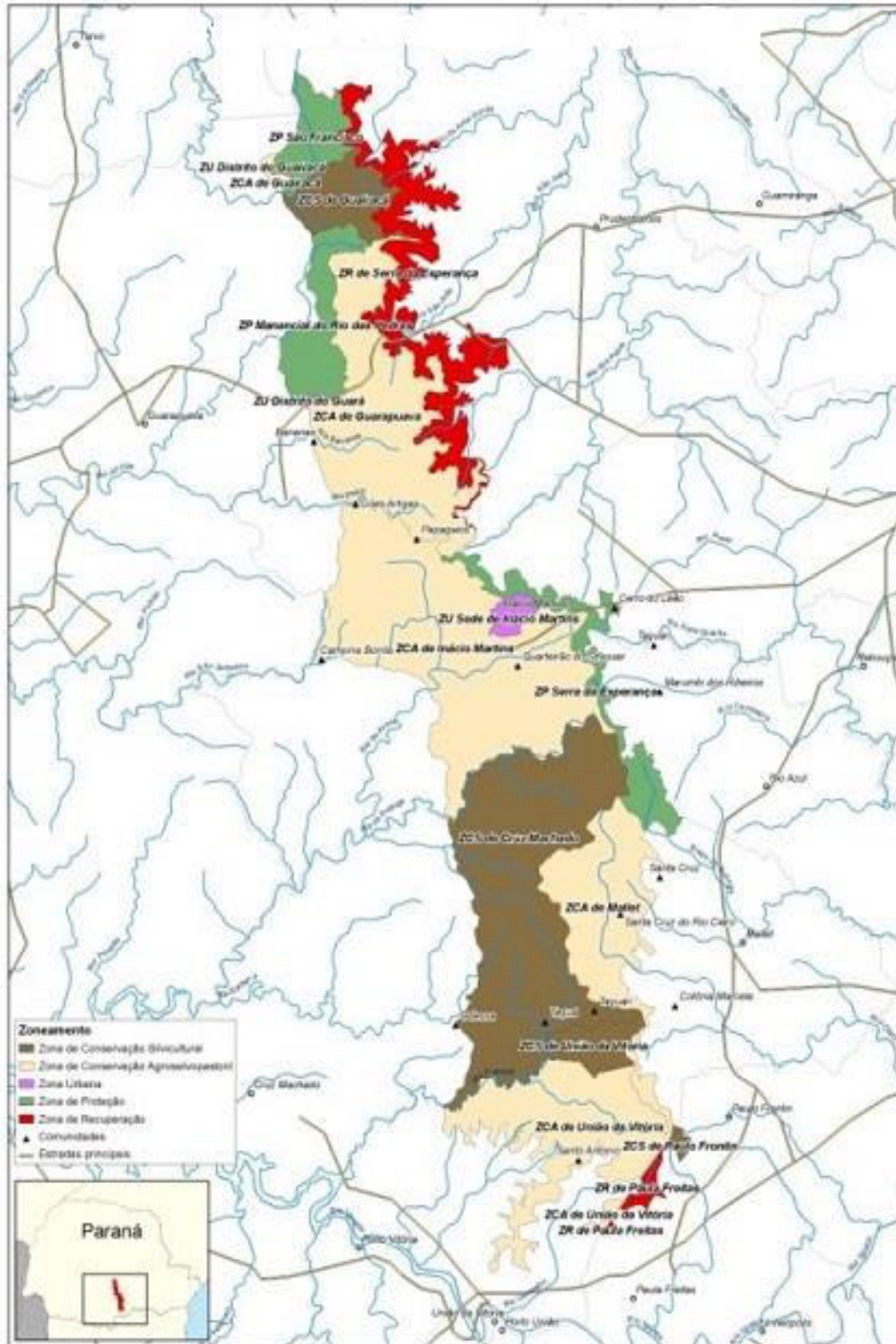
Figura 3 - Municípios que integram a APA da Serra da Esperança



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança. Curitiba, IAP, 2009.

A Figura 04 mostra a distribuição da Área de Proteção Ambiental nos limites do município. O fato de Inácio Martins ter significativo percentual do território inserido na APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra da Esperança restringiu a exploração da madeira e contribuiu para a conservação da Floresta com Araucária, importante bioma no Sul do país.

Figura 4 - Localização de Inácio Martins na APA da Serra da Esperança



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança. Curitiba, IAP, 2009.

2.2.2 Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação

A Lei Federal 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Natureza (SNUC), e estabeleceu critérios para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC), define, em seu artigo 2º, que uma UC consiste em:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O artigo 7º da referida Lei divide as Unidades de Conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Apresenta também, nos incisos 1º e 2º, os objetivos básicos de cada grupo:

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, LEI 9985/2000, ART. 7º).

Dentre as categorias de UC de Proteção Integral, conforme art. 8º da citada Lei encontram-se: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O grupo de UC de Uso Sustentável contempla, conforme art. 14º: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

De maneira geral, os estudos voltados aos conflitos ambientais em áreas protegidas, caracterizam-se por análises técnicas e/ou descritivas que apresentam particularidades socioeconômicas e biofísicas do espaço e os métodos de manejo e gestão do espaço. As pesquisas sobre as unidades de conservação do Brasil, especificamente sobre os conflitos ambientais apresentam lacunas, sendo que os mesmo aparecem como problemas a serem enfrentados e funcionam como argumentos para justificar propostas de intervenção *in loco* (MARTINS, 2012).

Barbanti Jr. (2002) em estudos sobre Conflitos Ambientais apresenta duas tendências do enfoque de conflito. A primeira é denominada de 'instrumentalização do tema'. A segunda é a 'setorialização' dos conflitos sociais na terminologia ambiental ou socioambiental. Na tendência de Instrumentalização do tema, o uso do termo conflito é dissociada das teorias de conflito, numa substituição do termo problema. Assim sendo, os problemas socioambientais, são tratados como conflitos socioambientais. Já a segunda tendência trata-se de uma dimensão cognitiva que determina algumas questões como um conflito e, especificamente, como ambiental. Para o autor um "[...] conflito não é algo existente, mas sim construído nas relações sociais" (BARBANTI JR., 2002, p. 5).

Para Schirmer e Dutra Trentin (2012, apud Dutra Trentin; Pires, 2012) o conflito é parte da condição humana; não sempre bom e nem sempre ruim. Todo conflito pode possibilitar mudanças e transformações, seja para duas pessoas, uma comunidade ou vários países.

A relação entre conflitos e meio ambiente pode ser analisada, segundo Soares (2008), a partir de duas premissas. Uma diz respeito aos objetivos constituintes do ambiente, que são também culturais e históricos e, por isso devem ser considerados juntamente com a escolha de 'o que' e 'como utilizar'. A outra premissa se refere à diferença entre os problemas, impactos e conflitos ambientais.

Para Theodoro (2005) os conflitos socioambientais surgem em função das situações de escassez dos recursos naturais, da forma com que são utilizados os recursos naturais e do acesso injusto a esses recursos, bem como do comprometimento da qualidade de vida. A autora considera tais conflitos socioambientais como modernos, característicos da sociedade moderna. Para ela:

Nos tempos modernos os conflitos potenciais ou manifestos, sinalizam para uma transição de valores, de práticas e até de estilos de vida, uma vez que as discussões, não raro, remetem a uma compreensão da relação dos homens com a natureza ao longo do tempo, além da incorporação de alguns conceitos e dificuldades analíticas comuns em situações conflituosas (THEODORO, 2005: p. 54).

Outra importante compreensão dos conflitos ambientais é apresentada por Zhouri et al (2005):

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos

que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (ZHOURI, et al, 2005, p. 18).

Desta forma, os conflitos ambientais podem ser entendidos como aqueles que envolvem grupos sociais com diferentes formas de uso, significação e apropriação do território.

No caso das APAS, como as mesmas são criadas em áreas já ocupadas, e a sua criação implica em regulação do uso e manuseio dos recursos naturais existentes, é comum o surgimento de conflitos de interesses entre os diversos grupos afetados (proprietários fundiários, empresários, etc.), os movimentos ecologistas, órgãos governamentais e a população residente (pequenos produtores rurais, trabalhadores assalariados) (MOREIRA; ANDRADE, 2008).

Loureiro e Cunha (2008) após análise dos critérios e normas, desde a concepção das Unidades de Conservação (UC) instituídas, negam que haja interação entres os grupos sociais no espaço protegido. Neste sentido, os autores afirmam que as comunidades inseridas nas UCs são frequentemente excluídas do processo de gestão, sendo diretamente atingidas pelas restrições que lhes são impostas, principalmente nas áreas de proteção ambiental. A carência de um processo efetivamente democrático para definir os limites das restrições de uso da comunidade pode provocar uma percepção negativa sobre as referidas áreas protegidas.

Apesar de falta de um processo mais democrático, e das restrições de uso, as APAs tem a vantagem de não necessitar desapropriar terras, o que facilita a permanência das populações em seus locais (ARAÚJO, 2004).

Entretanto, Côrte (1997) afirma que as APAs apresentam um caráter de complexidade junto à questão da permanência das populações, principalmente no que se refere à busca da promoção da harmonia na convivência entre o homem e seus meios de produção com o meio em que vive. Assim, a autora acrescenta que:

Decorrentes desta característica, certamente poderão surgir muitos conflitos entre o uso dos recursos naturais e a sua proteção, por não existir harmonia ou equilíbrio nas relações econômicas, políticas e também ambientais. Portanto, quando se pensa em gestão de uma APA, espera-se que a mediação de conflitos seja fator essencial (CÔRTE, 1997, p. 28).

A vantagem das APAs, de não precisar desapropriar terras para sua implantação, o que as diferencia das outras UCs, não significa que sejam de fato eficientes (ARAÚJO, 2004). Para essa autora, a falta de intervenção dos órgãos responsáveis pela gestão do uso das terras, assim como a falta de participação direta da comunidade neste processo, tornam, em muitos casos, essas unidades de conservação, ineficientes em relação ao cumprimento de seus objetivos.

Conforme Zanoni et al (2000, p. 05):

Observações oriundas de várias pesquisas empíricas mostram que as A.P.A.s, mesmo integrando o uso dos territórios protegidos pelas populações locais - o que significa um avanço em relação a uma visão estritamente preservacionista - geram, pelas limitações impostas às atividades produtivas no seu âmbito, restrições de uso inadequadas que não levam em conta os interesses reais e representações de natureza das comunidades locais.

Uma das principais metas da APA é “[...] conciliar as atividades humanas, também aquelas relativas ao desenvolvimento econômico, com a proteção ambiental” (CÔRTE, 1997, p. 32). Entretanto, a mesma autora, ao considerar a maneira como as APAs são administradas, sugere que as mesmas têm se mostradas como um instrumento desacreditado em termos de proteção ambiental, mesmo possuindo reais potencialidades para a concretização dos objetivos de conciliação de proteção e desenvolvimento (CÔRTE, 1997).

Uma das dificuldades apontadas por Côrte (1997) em relação aos problemas de gestão das APAs são os efeitos do zoneamento sobre o uso do solo.

[...] de acordo com a pesquisa empírica, as principais dificuldades de aplicação do zoneamento se referem à não aceitação dos seus princípios ou a não internalização dos conceitos que nortearam a sua elaboração, por parte da população moradora ou usuária da APA. Isto leva a atitudes de desrespeito e descumprimento do mesmo, pois os interesses econômicos tendem a superar os interesses de proteção ou, ainda, à necessidade de implantação de um forte esquema de fiscalização (CÔRTE, 1997, p. 59-60).

Percebe-se que uma das causas das dificuldades relatadas é a falta da participação das comunidades no sentido de discussão dos termos de restrição de uso na fase de elaboração do zoneamento. Além disso, após a finalização do mesmo torna-se indispensável a divulgação do zoneamento para facilitar o processo de educação ambiental. Ainda de acordo com Côrte (1997):

Qualquer instrumento de controle do uso do solo requer para sua efetividade: conhecimento preciso da área em questão, definição dos objetivos e metas e consenso mínimo sobre as restrições de uso, critérios possíveis de serem atingidos quando comunidade e equipe técnica trabalham em conjunto, segundo os mesmos interesses (CÔRTE, 1997, p. 61).

O conhecimento preciso da área a ser protegida através do zoneamento é dado pela equipe técnica por meio do conhecimento científico e pelos moradores da comunidade através do conhecimento efetivo das suas necessidades de desenvolvimento. Por essa razão, é imprescindível o trabalho em conjunto para o atingimento dos objetivos.

Para Loureiro e Cunha (2008):

O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 246).

A ausência de participação social nos processos de criação e implantação das áreas protegidas pode acarretar resistência por parte dos proprietários fundiários, falta de comprometimento da comunidade com os objetivos da APA, o que conseqüentemente gera um contexto de desconfiança e afastamento dos atores sociais envolvidos.

De acordo com Oliveira (2007) os principais conflitos que podem ocorrer dentro de uma APA já formalizada caracterizam-se como incoerências entre o que dita a legislação e o que é feito na prática. Tais incoerências se dão pela falta de compreensão das restrições de uso da área, principalmente por falta de apoio e acompanhamento dos órgãos gestores, e refletem-se através de atividades incompatíveis com o que a legislação referente à APA preceitua comprometendo assim, o desenvolvimento local das comunidades.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo descrever a metodologia utilizada na pesquisa, tendo em vista os objetivos estabelecidos para a mesma. Apresenta a abordagem da pesquisa, os procedimentos metodológicos de coleta de dados, e a organização e análise dos dados coletados.

3.1 PESQUISA

De forma a compreender o que vem a ser metodologia de pesquisa, necessário entender o que é pesquisa e do que trata. Para Minayo (1993, p. 23), a pesquisa se constitui em uma:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Demo (1996, p. 34) entende a pesquisa como sendo uma atividade cotidiana, uma atitude que leva o indivíduo a questionar sistemática e criticamente, de forma criativa, a realidade que está analisando, mantendo com esta um diálogo crítico permanente, em sentido teórico e prático para, a partir daí, propor maneiras competentes de intervenção nessa realidade. Assim a metodologia da pesquisa científica é a explicação detalhada de toda ação a desenvolver durante o trabalho ou estudo e envolve, de acordo com Minayo (2001), a escolha do espaço de pesquisa, a escolha do grupo de pesquisa, o estabelecimento dos critérios de amostragem, a construção de estratégias para entrada em campo, a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados.

Segundo Gil (2007, p. 17) pesquisa pode ser definida como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Portanto, a metodologia de pesquisa pode ser entendida como o conjunto de procedimentos e técnicas utilizadas para coletar e analisar dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto.

Seguindo o que apontam Minayo (1993); Demo (1996) e Gil (2007), o propósito desta pesquisa está assentado na compreensão da percepção comunitária sobre o desenvolvimento local a partir da instalação da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Esperança (realidade a ser observada). Dessa maneira, busca-se identificar e explorar empiricamente a situação das comunidades do município inseridas na APA, bem como suas potencialidades a partir dos pressupostos do desenvolvimento local sustentável, utilizando-se de instrumentos teóricos, técnicos, legais e empíricos para responder a problemática em discussão.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

As pesquisas podem ser classificadas segundo diferentes critérios de acordo como o que entendem os autores.

Considerando-se a análise de Demo (1996) que classifica as pesquisas em quatro gêneros (teórica, metodológica, empírica e prática), a presente, se constitui como uma pesquisa empírica. A pesquisa empírica está relacionada ao tratamento que dispensa à face empírica e fatural da realidade, produzindo e analisando os resultados sempre pela via do controle empírico e fatural (DEMO, 2000).

Esse tipo de pesquisa possibilita "[...] maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática" (DEMO, 1994, p. 37).

Quanto à classificação por abordagens propostas por Creswell (2007), qualitativa, quantitativa e mista, a pesquisa desenvolvida se classifica como qualitativa. A abordagem qualitativa de pesquisa se constitui naquela em que se busca compreender e interpretar os dados levantados de acordo com objetivos propostos. Conforme descreve Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.14).

Para Silveira e Córdova (2009, p. 31), “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”. Um aspecto característico da pesquisa qualitativa é a subjetividade na interpretação dos resultados. Muitas vezes, não são racionais e objetivas e estão ligadas a um complexo de sentimentos e emoções.

Quanto aos objetivos, na proposta de classificação de pesquisas apontada por Gil (2007), esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. De acordo com Triviños (1987) a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Neste sentido, este estudo pretende identificar e explorar as características e peculiaridades de cada uma das comunidades a serem investigadas para então contemplar a descrição dos fatos e fenômenos da realidade examinada.

No que tange aos procedimentos metodológicos utilizados, de acordo com a classificação apontada por Gil (2007), Gerhardt e Silveira (2009) que se constitui em experimental, bibliográfica, documental, de campo, *ex-post-facto*, de levantamento, *survey*, estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa-ação, pesquisa etnográfica, pesquisa etnometodológica e que indicam diferentes metodologias usadas, esta pesquisa está classificada como documental, bibliográfica, de campo e estudo de caso.

Com relação à pesquisa documental e bibliográfica é importante anotar que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas,

jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Neste estudo, a pesquisa documental utilizou-se de consultas em documentos oficiais, cartográficos e estatísticos, bem como, informações coletadas no Município de Inácio Martins junto à Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Agricultura e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e também junto ao órgão estadual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A pesquisa bibliográfica utilizou-se de obras científicas, tais como livros, artigos, dissertações e teses para a construção do referencial teórico, e informações específicas a respeito do objeto de estudo.

Com relação à pesquisa de campo, esta se caracteriza pelas investigações em que se realiza coleta de dados junto a pessoas utilizando-se de diferentes tipos de recursos (FONSECA, 2002).

Gil (2002) entende que:

Basicamente, a pesquisa de campo é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

A pesquisa de campo permite que sejam buscadas, no meio social, informações que resultam no aprofundamento da percepção acerca dos sentidos e significados do assunto estudado. Tamaki (2005) assevera que a pesquisa de campo:

[...] É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem, espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los (TAMAKI, 2005, p. 19).

Para a realização deste estudo foram realizadas visitas periódicas às comunidades do município inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA). A pesquisa de campo proporciona uma melhor coleta de informações através de

observações diretas do pesquisador, mediante incursões realizadas na área de pesquisa.

No que diz respeito aos estudos de caso, de acordo com Yin (2005) são utilizados em muitas situações, principalmente para contribuir com o conhecimento a respeito de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e de grupo. Ele permite uma investigação que preserva características reais da situação estudada. “[...] é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando, bem como seu processo de desenvolvimento” (PÁDUA, 2002, p. 71).

Ainda segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos.”

As aplicações para o Método do Estudo de Caso permitem: explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas por pesquisas e/ou estratégias experimentais; descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu; fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada; e explorar aquelas situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos. (YIN, 2005).

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa se constitui em um estudo de caso desenvolvido junto às comunidades do município de Inácio Martins inseridas na APA. Conforme Yin (2001) “[...] a utilização do método do estudo de caso pode envolver tanto situações de estudo de um único caso quanto situações de estudo de múltiplos casos”.

3.3 COLETA DE DADOS

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a coleta de dados se constitui na busca por informações visando elucidar um fenômeno ou fato que um pesquisador procura desvendar. Para as autoras, “[...] O instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a medição dos dados deverá preencher os seguintes

requisitos: validade, confiabilidade e precisão” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 68-69).

Os instrumentos de coleta de pesquisa selecionados, levando em consideração o que se pretende verificar neste estudo, além das pesquisas bibliográfica e documental, foram observação não participante e entrevistas.

As entrevistas utilizadas se caracterizam como do tipo semiestruturada, considerando as diferenças e particularidades de cada comunidade estudada e a conveniência e disponibilidade dos participantes. Esse tipo de entrevista, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 72) está entre as mais utilizadas nas ciências sociais: “[...] a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e também a entrevista projetiva”.

As entrevistas semiestruturadas se caracterizam por combinarem perguntas abertas e fechadas, facultando ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema pelo qual foi inquirido, ao mesmo tempo em que permite ao entrevistador, seguindo um roteiro de questões previamente definidos, em um contexto de conversa informal, dirigir a discussão para o assunto que se relaciona ao seu tema de pesquisa, visando elucidar questões não muito claras, bem como, recompor o texto da entrevista, caso o informante tenha fugido do tema (BONI; QUARESMA, 2005).

Durante as entrevistas é fundamental apreender as narrativas dos sujeitos investigados. Estes dados se caracterizaram como dados subjetivos, visto que só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa, pois constituem, segundo Minayo (2009, p. 65):

Uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2009, p. 65).

A técnica de observação não participante foi utilizada isoladamente ou complementando dados coletados através de outros instrumentos, como por exemplo, a entrevista. Matos e Vieira (2001, p. 58) afirmam que “[...] para a observação ser eficaz para a pesquisa científica precisa envolver: observar, compreender e registrar.”

A coleta de dados foi realizada junto às comunidades inseridas na Área de Proteção Ambiental num percentual de 60% do total, ou seja, dez (10) comunidades escolhidas a partir do critério de maior número de habitantes/moradores, de acordo com levantamento prévio realizado junto à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) apresentado no quadro 3:

Quadro 3 - Comunidades participantes da pesquisa

Comunidades	Número de famílias
Assentamento José Dias	110
Góes Artigas	120
Alemainha	70
Rio Pequeno	40
Campina Bonita	35
Coloninha	32
Papagaios	60
Faxinal do Posto	70
Quarteirão dos Stresser	33
Queimadas	31

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Quanto aos participantes da pesquisa, foram entrevistadas duas (02) pessoas em cada comunidade investigada e de maneira individualizada.

3.3.1 Procedimentos de coleta junto a fontes secundárias

Durante a fase de revisão bibliográfica foram buscadas informações junto a fontes secundárias, ou seja, instituições e órgãos que detém informações necessárias ao estudo, tais como Prefeitura Municipal de Inácio Martins (PMIM), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

(IPARDES). Tais informações foram pesquisadas em documentos oficiais disponibilizados no ambiente virtual.

Na revisão bibliográfica buscou-se identificar e selecionar as concepções e categorias conceituais para a construção do referencial teórico. Essa fase foi baseada em pesquisas de obras científicas, livros, artigos, dissertações e teses.

3.3.2 Procedimentos de coleta junto a fontes primárias

A fonte primária de coleta de dados constituiu-se na pesquisa de campo, utilizando de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, combinada com observações diretas da pesquisadora, mediante visitas realizadas na área de pesquisa durante o mês de setembro de 2015. Para a concretização da coleta dos dados foram percorridos 392 km utilizando-se de meios e recursos próprios da pesquisadora.

Durante o contato direto com os moradores das comunidades procurou-se manter uma relação de diálogo com os entrevistados, buscando interação e comunicação a respeito do conhecimento, partindo da perspectiva da percepção dos moradores locais.

Para a escolha dos participantes, optou-se pela amostragem não probabilística e intencional. Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, que busca compreender e interpretar a fala dos sujeitos inseridos em um contexto específico, a escolha dos entrevistados deu-se por meio da identificação de pessoas chave. Para tanto, alguns critérios foram observados, a representatividade dessas pessoas junto às comunidades pesquisadas e a contribuição com informações qualificadas sobre as vivências dos moradores.

Assim, o primeiro critério para seleção dos participantes foi a atuação das pessoas em iniciativas de mobilização local, como participação efetiva em associação comunitária. O segundo critério utilizado foi o tempo de moradia, considerando que os moradores mais antigos contribuem com informações pertinentes ao processo de mudanças ou alterações vivenciadas pela comunidade.

As entrevistas aplicadas aos moradores das comunidades pesquisadas foram realizadas durante o mês de setembro considerando a disponibilidade dos

participantes, com data e local previamente agendados. Antes de aplicar o instrumento de pesquisa, realizou-se um pré-teste com um antigo morador de uma das comunidades e ex-integrante de uma associação comunitária com a finalidade de testar o mesmo. O pré-teste possibilitou o aprimoramento do roteiro de entrevista utilizado, sendo desta forma, incluída uma questão específica sobre a presença ou não de conflitos ambientais (incoerências, resistência, aversão ou descaso) relacionados à aplicação do plano de manejo.

Com o roteiro de entrevista elaborado procurou-se identificar pontos de convergência importantes para o entendimento do processo de instalação da APA e suas implicações para o desenvolvimento local sustentável das comunidades. O primeiro bloco de perguntas contemplou aspectos referentes à formação da comunidade e suas práticas cotidianas, buscando identificar os sentimentos dos moradores em relação ao local e suas vivências, bem como suas motivações para a permanência na comunidade. A caracterização das suas práticas cotidianas também foi buscada por meio dos questionamentos referentes ao acesso aos serviços sociais e à qualidade dos recursos naturais presentes na localidade.

O segundo bloco relacionou-se com questões voltadas à implantação e gestão da APA buscando compreender as percepções dos moradores, no sentido de participação e orientações recebidas, bem como a existência ou não de divergências oriundas desse processo. No terceiro bloco de questões a ideia foi verificar as ações e atividades desenvolvidas pela associação comunitária, buscando entender a efetividade dessa organização com relação ao contexto de preservação ambiental.

Por fim, o quarto bloco de perguntas voltou-se ao diálogo das perspectivas de desenvolvimento local sustentável nas comunidades. Inicialmente procurou-se compreender a percepção do conceito de desenvolvimento e em seguida indagou-se a respeito das limitações ou dificuldades percebidas pelos entrevistados, bem como das possíveis potencialidades locais. Para reforçar a reflexão sobre a importância do desenvolvimento local também questionou-se sobre as perspectivas futuras da comunidade.

Importante lembrar que durante as entrevistas não houve a preocupação em seguir a ordem das questões elaboradas. Algumas vezes, os participantes

acabavam por responder sobre situações ainda não expostas para a entrevista. Dentre todos os participantes selecionados, poucos foram os que se manifestaram longamente. A maioria se detinha em responder objetivamente as perguntas sem se alongar em detalhes.

Durante o contato inicial com os participantes, houve uma situação de recusa à participação na pesquisa, onde o convidado alegou não ter preparo suficiente para responder as questões. Neste caso, percebeu-se o receio do sujeito em fornecer informações, mesmo após a explanação da pesquisa e seus objetivos. No entanto, para colaborar, o mesmo indicou outra pessoa a ser convidada a participar.

Em todos os outros momentos e contatos, os convidados foram solícitos e aceitaram prontamente participar da pesquisa, tendo em vista seu comprometimento com a representação da sua comunidade. A pesquisadora foi recebida nas residências dos participantes, o que possibilitou, inicialmente, estabelecer um diálogo espontâneo e natural, sobre a natureza e os objetivos da pesquisa. Entretanto, no início da entrevista propriamente dita, após o pedido de autorização da gravação, os participantes demonstravam preocupação em falar corretamente e se os relatos teriam sigilo garantido quanto aos nomes citados na fala.

O comprometimento do pesquisador neste processo não pode ser ignorado, tendo em vista que o mesmo é um sujeito intencional e como tal se posiciona neste diálogo, considerando o interesse direto da pesquisadora em obter informações baseadas na realidade local e nas vivências dos moradores.

No início da coleta dos dados, foi entregue o termo de consentimento e livre esclarecimento com as devidas informações sobre a pesquisa. Na sequência, para as entrevistas que foram gravadas utilizou-se de gravador digital, tendo sido solicitado previamente, aos entrevistados, autorização para a utilização do mesmo e, assim, um dos participantes da pesquisa, demonstrou-se incomodado com a solicitação. Então, neste caso específico, foi descartado o aparelho de gravação e o conteúdo da mesma foi registrado manualmente. Posteriormente, o conteúdo das entrevistas gravadas foi integralmente transcrito.

De maneira geral, as entrevistas foram realizadas inicialmente com a exposição da pesquisa, em seguida, a partir das questões objetivas constantes no

apêndice I, identificou-se o perfil dos participantes e com as questões abertas coletaram-se as informações narradas pelos entrevistados, buscando compreender as percepções dos mesmos sobre os objetivos da pesquisa.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Segundo Pádua (2002, p. 78) “[...] após a coleta dos dados julgados pertinentes e relevantes, inicia-se o processo de análise, classificação e interpretação das informações coletadas”.

A análise dos dados coletados nesta pesquisa baseou-se na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Recorreu-se à análise temática que propõe a descoberta de núcleos de sentido, tendo como foco qualificar as vivências dos entrevistados bem como suas percepções sobre determinado fenômeno ou situação (BARDIN, 1997).

A análise de conteúdo, como técnica para o tratamento de dados, tem como objetivo identificar o que está sendo falado a respeito de um tema específico. Bardin (1977) a define como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977. p. 42).

Para Gil (1990, p. 163) a análise de conteúdo se refere a “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações”. Desta forma, espera-se compreender o pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto numa concepção transparente de linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Pádua (2002), indica que na análise de dados, três pontos fundamentais devem ser levados em consideração: pertinência, em que se verifica se a informação registrada pertence à área pesquisada; relevância, se a informação é relevante para a pesquisa; e autenticidade, devendo sempre localizar e documentar as informações na sua forma original.

De acordo com Vergara (2006) podem existir três tipos de categoria de análise: grade aberta, grade fechada e grade mista. Nesta pesquisa utilizou-se da categoria de grade fechada, na qual foram definidas antecipadamente as categorias relacionadas com os objetivos da pesquisa, sendo elas:

1. Comunidade;
2. Desenvolvimento local sustentável.

Assim, no quadro a seguir apresentam-se as categorias e temas, bem como os elementos definidos como dimensões de análise, para o tratamento dos dados das entrevistas realizadas aos participantes selecionados para o estudo.

Quadro 4 - Categoria temáticas

(continua)

Categoria	Tema	Dimensões de análise
Comunidade	Práticas cotidianas	Sentimento de pertença Atividades desenvolvidas Acesso aos serviços sociais
	Organizações comunitárias	Associações comunitárias Benefícios conquistados
	Processo de Implantação e Gestão da APA	Participação da comunidade no processo Orientação dos órgãos gestores Mudanças ou alterações ocorridas
	Conflitos Socioambientais	Conhecimento do plano de manejo da APA Atividades incompatíveis Incoerências

(conclusão)

Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)	Limitações	Dificuldades relatadas
	Potencialidades	Elementos turísticos Elementos histórico-culturais

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Para o processo de análise e interpretação das categorias temáticas partiu-se da perspectiva de cada entrevistado participante, relacionada às dimensões teórico interpretativas propostas com o instrumento de pesquisa. A partir da valorização das interações vivenciadas os dados são complementados com observações das características locais e ampliam a visão da realidade estudada.

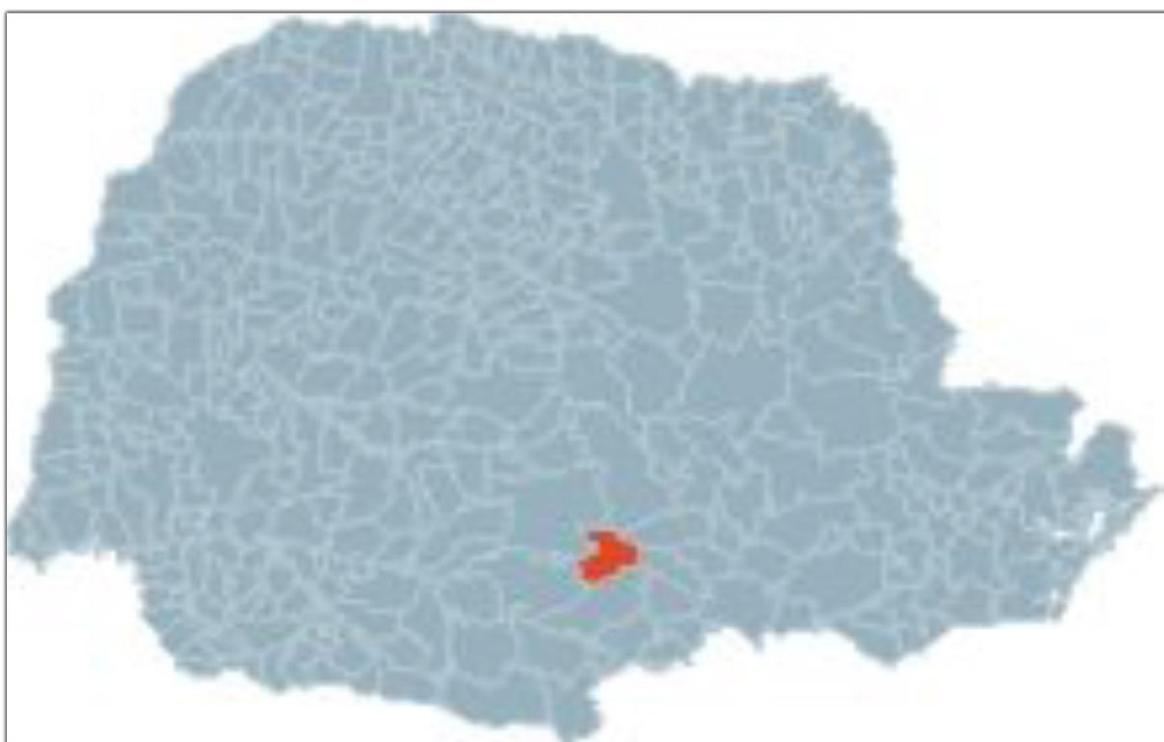
Por meio da análise das práticas e saberes locais, construídos pelos moradores que vivenciam a realidade das comunidades, presume-se como possível compreender de que forma eles a percebem as peculiaridades inerentes ao seu local, a avaliação que apresentam do mesmo na perspectiva da APA, bem como as possibilidades e dificuldades enfrentadas no seu cotidiano.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

4.1 O MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS – PR

Antigo distrito de Guarapuava, até então denominado de Guarapuavinha, Inácio Martins tornou-se município através da Lei Estadual nº4.245 de 25 de julho de 1960 sendo instalado oficialmente em 25 de novembro de 1961. (IBGE, 2010) Localiza-se na mesorregião Centro-Sul Paranaense e Microrregião Guarapuava (PNUD, 2013).

Figura 5 - Localização do Município



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Inácio Martins. Curitiba: IPARDES, 2015.

Os fundamentos históricos da colonização do Município de Inácio Martins datam do ano de 1892, quando as famílias Stresser, Schleder e Martins ali se estabeleceram. Uma das primeiras providências que as famílias pioneiras tomaram foi a construção de uma pequena capela. O ramal dos trilhos de aço da via férrea,


em muito contribuiu para a estabilidade regional, que viveu tempos áureos no período da indústria madeireira (IBGE, 2010).

O nome da cidade é uma homenagem ao engenheiro civil Ignácio Martins, que dirigiu os trabalhos de construção da estrada de ferro até esta localidade, cuja estação ferroviária ainda leva esse nome. Posteriormente, foi feito um requerimento para o Deputado Antonio Lustosa, representante do Distrito na Assembleia Legislativa do Estado, solicitando a supressão da letra “g” do nome Ignácio (PMIM, 2014).

Sua sede está localizada no 3º Planalto, na Serra da Esperança, a 1.202 metros de altitude do nível do mar, sendo o município mais alto do Paraná. A extensão geográfica do município é de 936,592 Km com distância da capital do Estado (Curitiba) de 205,14 km, tendo como limites os municípios de: Prudentópolis, Rio Azul, Irati, Cruz Machado, Guarapuava e Pinhão (IPARDES, 2015).

Figura 6 - Perfil do Município

PERFIL DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS	
TERRITÓRIO	
INFORMAÇÃO	
Altitude	1.202 metros
Desmembrado	Guarapuava
Instalação	25/11/1961
Área Territorial	936,592 km ²
Distância à Capital	205,14 km



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Inácio Martins. Curitiba: IPARDES, 2015.

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2010, a população do Município era de 5.604 homens e 5.339 mulheres totalizando 10.943 habitantes. Deste total 57,46% reside em áreas urbanas e 42,53% residem em áreas rurais. A distribuição etária do município apresenta uma estrutura com 41,13% das pessoas na faixa de 0 a 19 anos e

58,87% na faixa de 20 a mais de 80 anos, demonstrando, em termos gerais, uma pirâmide etária com menor concentração de jovens (IBGE, 2010).

Quando se comparam as estatísticas de 1991 e 2010, observam-se alguns registros sociais importantes. A taxa de mortalidade infantil diminuiu de 44,8%, para 18,9% e a esperança de vida ao nascer melhora e passa de 63,8 a 70,9 anos (PNUD, 2013).

No campo educacional, a taxa de analfabetismo e ensino fundamental incompleto é ainda bastante elevada, embora se registrem quedas de 28,5% em 1991 para 14% em 2010. Este cenário educacional é acompanhado de melhoramento na frequência média dos estudos entre 2000 e 2010 que passa de 7,4 para 8,6 anos. De maneira geral, Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 13,98% eram analfabetos, 25,57% tinham o ensino fundamental completo, 17,80% possuíam o ensino médio completo e apenas 4,96%, o superior completo (PNUD, 2013).

Em relação a renda per capita mensal do município de Inácio Martins, em 2000 era de R\$ 299,47, e em 2010 chegou a R\$ 385,92. Verificando a renda per capita média do ano de 1991 que era de R\$ 143,09, percebe-se um crescimento de 169,70% nas últimas duas décadas (PNUD, 2013). Ainda assim, comparando a renda per capita dos municípios vizinhos, Guarapuava (R\$ 750,09), Irati (R\$ 685,81), Prudentópolis (R\$ 497,84), Rio Azul (R\$ 740,31), Cruz Machado (R\$ 414,98) e Pinhão (R\$ 454,31) pode-se afirmar que Inácio Martins permanece em situação de atraso na perspectiva do desenvolvimento econômico e social, pois conforme o Índice de Gini (cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido, em 1912, pelo estatístico italiano Corrado Gini) divulgado houve uma evolução da desigualdade de renda que passou de 0,62 em 2000 para 0,51 em 2010 (PNUD, 2013).

4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

Historicamente, desde a década de 60, as principais atividades do município se resumem ao extrativismo e à produção de erva-mate. A criação e emancipação de Inácio Martins impulsionou tais atividades através das possibilidades de uma

atividades econômica rentável com a exploração de riquezas naturais principalmente madeira de lei.

Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) apontam que em 2010 a População Economicamente Ativa (PEA) totalizava 5.074 pessoas, sendo que dentre estas 3.176 eram homens e 1.897 eram mulheres, assim como 2.894 pessoas estavam localizadas nas zonas urbanas e 2.180 nas zonas rurais.

Ainda em 2010, a população ocupada segundo as atividades econômicas totalizava 4.949 distribuídos, segundo a atividade, da seguinte maneira:

Quadro 5 - População ocupada segundo a atividade

Atividades econômicas	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.381
Indústrias extrativas	6
Indústrias de transformação	651
Construção	192
Comércio; reparação de veículos e motocicletas	400
Transporte, armazenagem e correio	150
Alojamento e alimentação	43
Informação e comunicação	21
Atividades profissionais, científicas e técnicas	33
Atividades administrativas e serviços complementares	17
Administração pública, defesa e seguridade social	168
Educação	330
Saúde humana e serviços sociais	129
Artes, cultura, esporte e recreação	10
Outras atividades de serviços	80
Serviços domésticos	228
Atividades mal especificadas	111
Total	4.949

Fonte: IBGE (2010) - Censo Demográfico - Dados da Amostra, apud IPARDES (2015).

É possível perceber o número significativo de pessoas empregadas nas atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Embora não esteja especificado na classificação apresentada, a maioria das atividades econômicas do município ainda relacionam-se ao extrativismo e reflorestamento,

destinados a abastecer a indústria madeireira, bem como à produção de erva-mate. São 25 estabelecimentos classificados como indústria da madeira e do mobiliário e 23 estabelecimentos com atividades econômicas voltadas à agricultura, silvicultura e extração de vegetais (IPARDES, 2015).

4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) colocou o município na 394^ª colocação no ranking paranaense, conforme quadro 01 apresentado a seguir (PNUD, 2013).

A criação do IDH possui como meta ofertar um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e segue no pressuposto que para dimensionar o progresso não se deve levar em consideração só a dimensão econômica, mas também demais características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana (PNUD, 2013).

A metodologia de cálculo do IDH, desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) envolve a transformação de três dimensões (saúde, educação e renda), que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD, 2013).

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Inácio Martins

Ano 2010					
Município	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda	Ranking no Estado
Inácio Martins	0,600	0,454	0,765	0,623	394

Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano. Adaptado de IPARDES (2015).

No índice geral do IDHM, Inácio Martins ficou na 394^ª colocação no estado - com média de 0.600. Além do desempenho em longevidade, também foram levados

em consideração o indicador de renda (387ª colocação, com 0.623), e educação (392ª colocação, com 0.454). O PNUD classificou o IDHM da cidade como médio (IPARDES, 2015).

Apesar de o índice ser avaliado como médio Inácio Martins tem muito a melhorar, pois a 394ª colocação demonstra a necessidade de investimentos em políticas públicas sociais se consideramos o número de municípios que compõem o Estado do Paraná, que totalizam 399, e que o mesmo é o 178º mais populoso.

4.4 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS

O município de Inácio Martins traz um Capítulo específico sobre o Meio Ambiente, em sua Lei Orgânica Municipal (LOMIM) Nº 01/2004, destinando o Título V – Da Ordem Econômica e Social - para tratar de seu Meio Ambiente, assim disposto na seção VI do Capítulo IV:

[...] Art. 156. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao município e a comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e futuras gerações, conforme o contido no artigo 225 da Constituição Federal. § 1º O sistema municipal de defesa do meio ambiente, na forma da lei, encarregar-se-á, da elaboração e execução da política local de preservação ambiental. § 2º A concessão de alvarás e renovação de licença para funcionamento a empresas que utilizam recursos florestais, como energia ou matéria prima, ficará condicionada à apresentação de plano de reposição florestal. Art. 157. O Município assegurará, nos termos da lei, áreas de preservação permanente (LOMIM 01/2004, Título V, seção VI, capítulo IV).

O município de Inácio Martins, em sua Lei Orgânica, está em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garantindo os direitos já previstos e estabelecidos no sentido de defender e preservar o meio ambiente, ecologicamente e equilibrado para as todos os munícipes.

O Plano Diretor do Município (PDM) foi instituído pela Lei Complementar nº 001/2010, definido como instrumento técnico-administrativo destinado a ordenar, promover e controlar o desenvolvimento urbano e rural, baseado nas condições socioeconômicas locais. O PMD compõe o Plano de Ações de Investimentos; a Lei do Perímetro Urbano; a Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, e Sistema

Viário; a Lei de Parcelamento do Solo Urbano; o Código de Obras; e as Diretrizes de nível municipal, estadual e federal de obras e ações prioritárias decorrentes do Plano de Ações e Investimentos.

Com relação aos pontos que se referem diretamente às questões ambientais, destacam-se os incisos do art. 7, que trata dos objetivos gerais do PDM.

I - Garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida;
IV - Melhorar e resguardar a qualidade de vida no município quanto à utilização dos recursos naturais, à manutenção da vida urbana e à adequação das necessidades da população com as exigências do equilíbrio ambiental, natural, cultural e construído (PDM, art. 7, incisos I e IV).

O Capítulo VII do PDM trata especificamente do Meio Ambiente, nos seguintes capítulos:

Art. 48 - As propostas na área ambiental têm como objetivo identificar áreas no Município, em consonância com a Lei Federal 11.428/2006, valorizando o patrimônio ambiental, promovendo suas potencialidades, garantindo sua perpetuação e superando os conflitos referentes à poluição e degradação do ambiente natural.

Art. 49 - A política de meio ambiente respeitará as seguintes diretrizes:
I - adequar o uso e ocupação do solo às condições ambientais;
II - recuperar as áreas degradadas e/ou as não convenientemente utilizadas;
III - promover o desenvolvimento, garantindo o equilíbrio ambiental;
IV - proibir a implantação de atividades potenciais e efetivamente poluidoras em áreas ambientalmente frágeis;
V - incentivar e estimular a preservação, conservação e formação de áreas verdes públicas e privadas, e
VI - priorizar a educação ambiental mediante a implementação de projetos e atividades voltadas às questões de proteção e conservação do meio ambiente e à defesa dos valores paisagísticos, históricos e culturais (PDM, Capítulo VII, art. 48 e 49).

As principais diretrizes básicas para o desenvolvimento do Município são apresentadas no Capítulo IV, Seção I, art. 13 do PDM:

I – controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município.
II – promoção do desenvolvimento social.
III – dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas).
IV – racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural.
V – estruturação e hierarquização do sistema viário.
VI – promoção da gestão democrática da cidade.

VII – implantação da gestão territorial, através da elaboração e implantação de um Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal (PDM, Capítulo IV, seção I, art. 13).

Observa-se que a questão ambiental foi devidamente contemplada, conforme apontam os objetivos gerais do Plano Diretor Municipal e o capítulo específico ao meio ambiente. Com relação ao Desenvolvimento do município, as diretrizes também fazem referência ao termo e relacionam a importância participação popular na construção do ambiente adequado, considerando que o desenvolvimento não deve ser antagônico à qualidade ambiental, prevista no inciso VI - promoção da gestão democrática da cidade.

Através da implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) para colaborar nas decisões relativas à ocupação e ao crescimento urbano, incentivando a participação popular no processo de implantação e gerenciamento do Plano Diretor (PDM, Capítulo IV, Seção I, art.13, inciso VI, alínea a).

Em 30 de agosto de 2011, criou-se o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) através da Lei nº 542/2011, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos visando o uso racional dos recursos ambientais, melhoria da qualidade do meio, prevenção de danos ambientais bem como a promoção da educação ambiental. Os recursos do FMMA, conforme o Art. 5º da referida lei, serão aplicados prioritariamente aos planos, programas e projetos destinados a:

I – criação, manutenção e gerenciamento de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental; II – educação ambiental; III – desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental; IV – pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; V – manejo dos ecossistemas e extensão florestal; VI – aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; VII – desenvolvimento institucional e capacitação dos recursos humanos da SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); VIII – pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente; IX – aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos; X – contratação de consultoria especializada; XI – financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos. Parágrafo único: Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente (FMMA, art. 5, incisos I a XI).

O município de Inácio Martins, em sua legislação ambiental específica, teve a preocupação de manter as funções sociais da cidade e da propriedade urbana,

prevendo a vinculação do desenvolvimento urbano e ambiental de domínio do interesse público em detrimento do privado, ficando assegurada a guarda do meio ambiente urbano, ecologicamente equilibrado e, destarte, a valorização das gerações presentes e futuras.

4.5 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO

O município de Inácio Martins é o único com sede dentro da APA da Serra da Esperança. Além de abranger a área urbana do referido município a APA também engloba um total de 16 comunidades, sendo elas (PARANÁ, 1992):

- Alemainha;
- Campina Bonita;
- Coloninha;
- Faxinal do Posto;
- Góes Artigas;
- Justus;
- Papagaios;
- Pinheira;
- Quarteirão dos Stresser;
- Queimadas;
- Rio Pequeno;
- São Miguel;
- Sobradinho;
- Três Antas;
- Vila Rural; e
- Assentamento José Dias.

Além disto, há no município outra área de preservação ambiental, a Reserva Indígena Rio D' Areia, da etnia Guarani, com área de 950 hectares.

Aproximadamente 50% das famílias que estão no interior da APA pertencem aos municípios de Guarapuava e Inácio Martins. Segundo estimativas dos próprios

moradores, Inácio Martins tinha 661 famílias, 2.244 moradores na APA, o que representa 24,2% dos residentes (famílias/moradores) (IAP, 2009).

Entretanto, segundo Gonzaga *et al* (2011) “se considerarmos os habitantes da sede do município de Inácio Martins, mais de 70% do total de moradores do município residem dentro da APA e seu entorno imediato”.

Ainda de acordo com Gonzaga *et al*, em pesquisa de campo realizada entre 2009 e 2011,

A situação de geração de renda dentro da APA é mais crítica para o município de Inácio Martins, cujo território está mais de 50% em área de preservação e onde mais de 25% da sua população rural reside dentro de área protegida ambientalmente. O cenário é mais dramático se considerarmos que, historicamente, o município desenvolveu-se com a tradição de extrativismo florestal e suas terras são em grande porcentagem impróprias para cultivo mecanizado de qualquer cultura. Permanecem as práticas extrativistas ilegais para produção de carvão e a extração de espécies ameaçadas de extinção, como o xaxim (eventualmente reprimidas pelo poder de polícia do estado). Há fornos de carvão legalizados que utilizam madeira de reflorestamento e vendem para revendedores/distribuidores, mas a renda é de subsistência; os distribuidores, por estarem inseridos em relações comerciais mais estruturadas é que auferem renda acima do nível da pobreza. De forma geral, em Inácio Martins, a renda significativa do trabalhador rural com pequenas propriedades dentro da APA é oriunda de serviços prestados às empresas reflorestadoras e madeireiras (GONZAGA *et al*, 2011, p. 9).

As principais atividades que movimentavam a economia do município são vinculadas às atividades florestais, principalmente madeireiras, como serrarias, laminadoras, produção de pasta de celulose para a indústria de papel, indústria de esquadria e indústria moveleira. Em segundo plano, há atividades florestais não madeireiras, como cultivo e beneficiamento de erva-mate, além de carvoarias e viveiros comunitários de mudas. Nota-se que algumas destas atividades tendem a promover problemas ambientais no município, principalmente no beneficiamento da madeira, que requer o uso de produtos químicos que agredem o equilíbrio dos ecossistemas naturais.

É possível perceber que apesar das leis ambientais e Áreas de Proteção Ambiental (APA's) existentes, pouco se tem feito para frear o avanço sobre as matas nativas, afinal a madeireira é a principal atividade econômica do município, onde desmatamento no município ainda é muito intenso, em consequência das atividades econômicas do município. As coberturas nativas de pinheiro araucária,

canela, cedro e imbuia que ainda restam vêm sendo substituídas pelos plantios de exóticas, como Pinus e de Eucalipto. A repressão à exploração ilegal de mata nativa tem focado na redução do extrativismo em pequena escala de espécies para produzir carvão ou lenha. Tal situação aprofunda cada vez mais o abismo da diferenciação de renda, concentrando ainda mais a posse da terra por parte de uma minoria e acentuando a dependência da renda do município a partir da atividade madeireira.

A criação da APA da Serra da Esperança, em 1992, proporcionou aos municípios incluídos em sua área de abrangência o benefício de receber ICMS Ecológico, pelo critério “áreas protegidas” ou “biodiversidade”. Com base em dispositivo constitucional o Município de Inácio Martins recebe ICMS Ecológico, que equivale a aproximadamente dez por cento da receita municipal anual (IAP, s/d). Tal receita, porém, proveniente de um percentual do Fundo de Participação dos Municípios sobre a arrecadação do ICMS pelo Estado, foi estabelecida por lei específica a fim de compensar o município pelas restrições ao uso do solo nas Unidades de Conservação. Mas este, porém é recurso que entra na conta geral da Prefeitura Municipal e é absorvido no orçamento sem distinção nem destinação específica.

O estabelecimento do repasse do ICMS tem ajudado a diminuir as dificuldades dos municípios menores, pois tais repasses passaram a ser uma das principais fontes de receita dos pequenos municípios brasileiros. Sendo assim, tornou-se relevante o planejamento do uso dos recursos provenientes de tal fonte. No entanto, a desigualdade na geração de renda se traduz num quadro de desigualdade técnica, quantitativa e qualitativa, resultante das distorções ocasionadas pela assimetria de informações e de oportunidades.

Nesse sentido, destacam-se as imensas dificuldades encontradas no município, que vão desde a carência de vias pavimentadas a altas taxas de pobreza que ocorrem tanto na área urbana quanto em áreas rurais. Diante disso, torna-se extremamente importante a busca por alternativas viáveis de práticas de desenvolvimento comunitário sustentável.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nas informações coletadas, este capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Num primeiro momento é apresentada a descrição das comunidades pesquisadas e o perfil dos participantes, entrevistados na pesquisa. Posteriormente, a discussão dos resultados de acordo com o método de análise escolhido.

5.1 COMUNIDADES PESQUISADAS

A visita às comunidades para a aplicação das entrevistas, proporcionou a pesquisa de campo, aproveitando o deslocamento da pesquisadora inclusive com o acompanhamento dos entrevistados que se fizeram disponíveis para a observação da localidade. Assim, foi possível observar melhor a infraestrutura das comunidades, paisagem, e potencialidades de elementos turísticos, conforme registro fotográfico realizado durante a pesquisa. A seguir, a descrição de cada comunidade pesquisada.

5.1.1 Assentamento José Dias

Diferentemente das demais comunidades pesquisadas, esta se formou por meio de uma ocupação de terra ocorrida em 05 de agosto de 1988. Localiza-se a aproximadamente 25 km da cidade de Inácio Martins, tendo parte do território inserido no município de Guarapuava. Possui atualmente 106 famílias residentes na comunidade. A partir de informações coletadas na própria comunidade, o início da ocupação contou com mais de mil e duzentas pessoas.

A partir de relatos dos próprios ocupantes, o processo de ocupação foi muito tenso e dramático, onde ocorreram várias mortes decorrentes dos conflitos armados com “pistoleiros” dos donos do território e principalmente em função das péssimas condições de vida impostas aos ocupantes, que em muitos momentos não podiam sair da localidade, nem mesmo para buscar atendimento médico, ou receber alimentos e materiais necessários ao dia-a-dia. Tal situação provocou o

falecimento de mais de vinte crianças, algumas recém nascidas, em um único ano. Viveram por dois longos anos debaixo de barracos de lona e em constante situação de insegurança e ameaças. Neste período, um dos principais líderes do movimento, o jovem José Dias foi morto em confronto causando muita comoção entre os seus liderados. Seu sepultamento foi realizado na comunidade Terra Cortada, localidade vizinha, e anos depois seus restos mortais foram trazidos de volta e depositados no cemitério local, tendo em vista que após o entendimento sobre a permanência das famílias no local de ocupação, este líder foi homenageado com o Assentamento levando seu nome.

O acordo sobre a permanência no território se deu a partir da negociação com o proprietário das terras que concordou em entregar o território com a condição de retirar do mesmo todos os recursos florestais disponíveis.

Fotografia 1 - Vista parcial da comunidade Assentamento José Dias

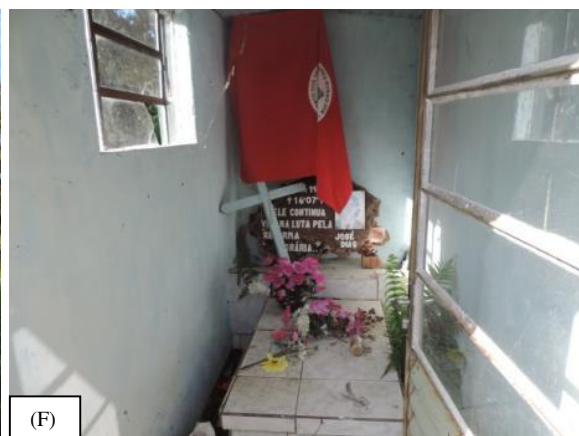


Fonte: A Autora (2015).

Ao longo dos anos a comunidade foi superando as dificuldades e com recursos provenientes da prefeitura de Inácio Martins, conseguiu construir a base do prédio do centro comunitário. A partir de então, com promoções e festas

realizadas neste local, foi possível ampliar o centro comunitário, construir uma capela religiosa, um pequeno parque de diversão para as crianças, um espaço para jogo de bocha, e um campo de futebol. Tais construções estão localizadas nas região central do assentamento, onde também se encontram a escola rural e posto de saúde, conforme registro fotográfico a seguir:

Fotografia 2 - Infraestrutura da Comunidade Assentamento José Dias



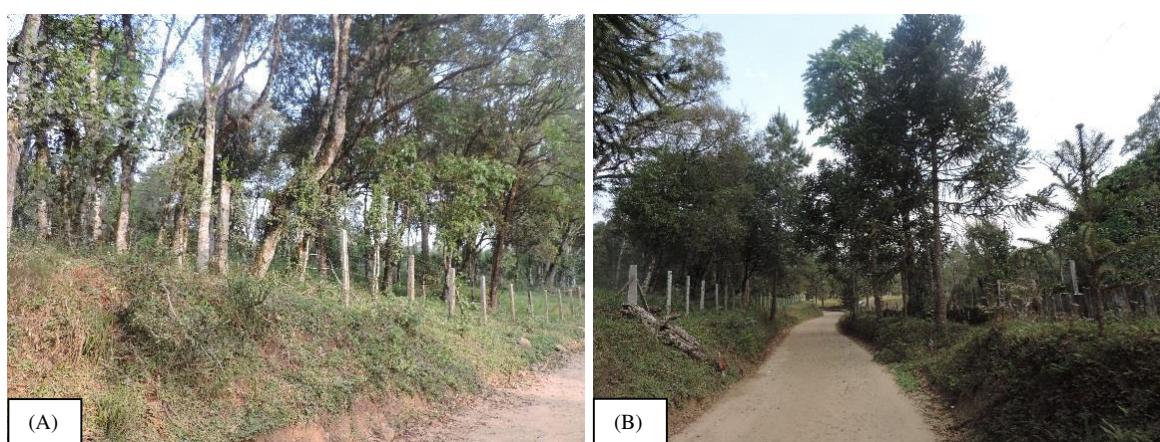
Legendas: (A) Capela, (B) Centro comunitário, (C) Área de lazer, (D) Escola e Posto de saúde, (E) Cemitério, (F) Túmulo de José Dias.

Fonte: A autora (2015).

5.1.2 Rio Pequeno

A comunidade de Rio Pequeno, localizada a apenas 3 km da sede do município é considerada pelos moradores como um excelente local para viver. A grande maioria das propriedades são chácaras onde a preservação da mata nativa é bastante respeitada. É possível perceber abundância de erva mate sombreada, cultivada em meio a diversas espécies da floresta.

Fotografia 3 - Comunidade Rio Pequeno



Legendas: (A) Erva mate sombreada, (B) Estrada principal da comunidade.
Fonte: A autora (2015).

Conta com uma capela religiosa e mantém a tradição de anualmente, no mês de maio, festejar o padroeiro da capela, Divino Espírito Santo, com procissões realizadas desde a igreja matriz até a referida capela. A partir de iniciativa de um dos moradores, foi construída uma gruta próxima à capela, conhecida como Gruta do Divino. Neste local, também região central da comunidade, encontra-se o centro comunitário e a antiga escola rural, atualmente desativada, por conveniência do poder público municipal que considerou inviável manter o funcionamento da escola, em virtude do baixo número de alunos. Desde então, os alunos foram transferidos para as escolas da sede do município e contam com o transporte escolar diário.

Fotografia 4 - Infraestrutura da Comunidade Rio Pequeno



Legendas: (C) Capela religiosa, (D) Centro comunitário, (E) Gruta do Divino Espírito Santo, (F) Cachoeira do Rio Pequeno em propriedade particular.
 Fonte: A autora (2015).

Esta comunidade conta com rede de energia elétrica que contempla todas as propriedades, mas não dispõe de água tratada, utilizando-se das fontes naturais, abundantes na comunidade.

As principais atividades de geração de renda são cultivo de erva mate e produção de carvão. Além disso, em algumas propriedades desenvolvem-se algumas atividades de lazer, tais como pesca, laço e futebol suíço.

A comunidade abriga, ainda, a sede de lazer dos servidores municipais, denominada ASMIM (Associação dos Servidores Municipais de Inácio Martins) em local próximo a uma das cachoeiras do Rio Pequeno. Além disso, em função da pequena extensão do rio presente na localidade, derivando daí o nome Rio Pequeno, a comunidade foi contemplada com projeto de proteção às nascentes

desenvolvido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais.

5.1.3 Góes Artigas

A comunidade Góes Artigas localiza-se a 25 km da cidade de Inácio Martins e a 14 km do Distrito do Guará onde se dá o acesso à BR 277. De acordo com as informações coletadas, a mesma teve início a partir da década de 1940 por meio do extrativismo, principalmente de espécies nativas como Pinheiro do Paraná e Imbuia. Com a chegada da Estrada de Ferro e com a instalação da estação ferroviária de Góes Artigas, inaugurada em 1945, a comunidade passou a receber a mesma denominação. Na mesma década a comunidade construiu a Capela Menino Jesus, sendo hoje considerada como importante patrimônio histórico da mesma e como forte elemento turístico do município.

Fotografia 5 - Capela Religiosa Menino Jesus em Góes Artigas



Legendas: (A) Capela, foto externa, (B) Capela, foto interna.
Fonte: A autora (2015).

Com características de infraestrutura adequadas, a comunidade conta também com centro comunitário, escola rural, áreas de lazer infantil, unidade básica de saúde e cemitério local.

Fotografia 6 - Infraestrutura da Comunidade Góes Artigas



Legendas: (C) Escola Rural, (D) Quadra poliesportiva, (E) Posto de Saúde, (F) Cemitério.
Fonte: A autora (2015)

Atualmente a comunidade é formada por aproximadamente 120 famílias, que desenvolvem atividades relacionadas à agricultura familiar, produção de leite, cultivo de grãos, criação de animais, extrativismo, reflorestamento de pinus e eucalipto e cultivo de erva-mate. Quanto ao descarte do lixo produzido o mesmo é utilizado nas hortas, quando orgânico, armazenado para futura destinação, quando reciclável ou reaproveitável. Em outros casos, o lixo é queimado nas próprias residências ou propriedades.

A respeito da participação comunitária, a comunidade criou a Associação de Agricultores Menino Jesus, contando também com o Grupo de Agricultores Agroecológicos Água Viva, que promove semanalmente uma feira de diversos produtos agroecológicos, em local de fácil acesso, ao lado da rodovia 364, que corta a comunidade, sentido Inácio Martins a Guarapuava. Este grupo já recebeu a certificação orgânica e, inclusive, foi contemplado com o troféu “Mulheres Rurais

que Produzem o Brasil Sustentável” por meio da participação em concurso promovido, em 2013, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). Vale destacar que esse troféu proporcionou visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres desta comunidade, pois entre as 521 iniciativas inscritas no concurso, o Grupo de Agricultores Agroecológicos Água Viva, da comunidade de Góes Artigas, classificou-se entre as 30 finalistas, sendo o único grupo contemplado no estado do Paraná.

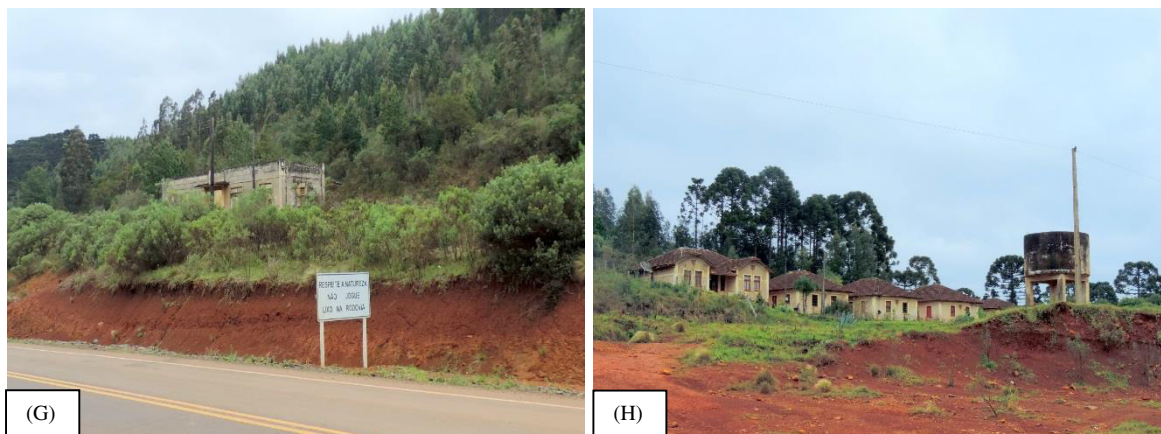
Fotografia 7 - Feira agroecológica do grupo Água Viva - Góes Artigas



Fonte: A autora (2015).

Além disso, os moradores de Góes Artigas aguardam a concretização do projeto de instalação da sede da APA da Serra da Esperança na comunidade, que contempla a restauração da estação ferroviária, bem como da vila de casas da ferrovia.

Fotografia 8 - Vila Ferroviária de Góes Artigas



Legendas: (G) Estação Ferroviária, (H) Vila Ferroviária.
 Fonte: A Autora (2015).

De acordo com relatos dos moradores, a realização deste projeto poderá ajudar a comunidade no desenvolvimento de atividades que colaborem para o desenvolvimento local sustentável, no sentido de preservação do meio ambiente, bem como das paisagens naturais, e principalmente conservando e valorizando a cultura local e oferecendo alternativas de renda às famílias.

5.1.4 Quarteirão dos Stresser

A comunidade de Quarteirão dos Stresser localiza-se a aproximadamente 6 km da sede do município e é formada na sua maioria por membros da família Stresser. A partir de relatos dos próprios moradores, o início da ocupação e colonização do município se deu por volta do ano 1892, quando Inácio Martins ainda era distrito de Guarapuava. Neste ano, o Senhor Pedro Stresser, descendente de alemães, chegou no território da comunidade com sua esposa Josefa e seus quatro filhos, Jaime, Pedro Filho, Augusto e Adelaide, para ali fixar moradia. O casamento dos filhos deu-se com três irmãs, da família Pletz, imigrantes ingleses. Jaime Stresser casou-se com Ema, Augusto casou-se com Melinda e Pedro Filho casou-se com Olívia. Augusto Pletz Stresser foi o primeiro escrivão do primeiro cartório instalado na região. Pedro Stresser nasceu na Alemanha em 23 de junho de 1823 e faleceu no dia 19 de abril de 1907 na localidade hoje denominada Quarteirão dos Stresser.

Atualmente a comunidade é formada por aproximadamente 33 famílias que desenvolvem suas atividades a partir dos recursos disponíveis nas suas propriedades, como cultivo de erva mate, pequenas extensões de reflorestamento de eucalipto e produção de carvão. Encontra-se também, reflorestamento de pinus, em propriedades arrendadas por madeireiros da região.

Fotografia 9 - Atividades econômicas da comunidade Quarteirão dos Stresser



Legendas: (A e B) Fornos de carvão, (C e D) Reflorestamento de pinus.
Fonte: A autora (2015).

Quanto a infraestrutura atual, esta comunidade contém uma capela localizada na região central, um cemitério e um centro comunitário, próximo à antiga escola, que atualmente encontra-se desativada. O acesso à educação é realizado pela prefeitura municipal que disponibiliza o transporte diário dos estudantes, crianças e jovens, até as escolas da sede do município. A comunidade não possui posto de saúde, mas conta com a presença de agentes comunitárias de saúde, serviço também mantido pela prefeitura.

Fotografia 10 - Infraestrutura da comunidade Quarteirão dos Stresser



Legendas: (E) Capela religiosa, (F) Centro Comunitário, (G) Cemitério, (H) Túmulo de Pedro Stresser.

Fonte: A autora (2015).

É possível perceber que, em função dos fundamentos históricos do município, esta comunidade possui excelente potencial cultural e histórico, pois conserva diversos materiais e objetos herdados dos primeiros habitantes da mesma. Alguns membros da família Stresser ainda procuram manter a tradição religiosa como as romarias de São Gonçalo, batizados em olho d'água de São João Maria e reconhecem a importância de resgatar outras práticas, que hoje estão em desuso, para reavivar a tradição.

5.1.5 Queimadas

Segunda comunidade mais próxima da sede do município, distante apenas 5 km, possui aproximadamente 31 famílias residentes. As atividades desenvolvidas pelos pequenos proprietários, para geração de renda, são cultivo de erva mate e produção de carvão.

Fotografia 11 - Infraestrutura da Comunidade Queimadas



Legendas: (A) Capela local, (B) Acesso rural, (C e D) Propriedades particulares.
Fonte: A autora (2015).

Em função da presença de grandes proprietários no território com atividades extensas de reflorestamento de pinus, os pequenos proprietários participam juntamente com as comunidades vizinhas, Sobradinho e Papagaios, de uma mesma Associação Comunitária, a ADAMA (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Martinense). Utilizam-se da capela local para os encontros e reuniões com os associados, pois não possuem ainda um centro comunitário para

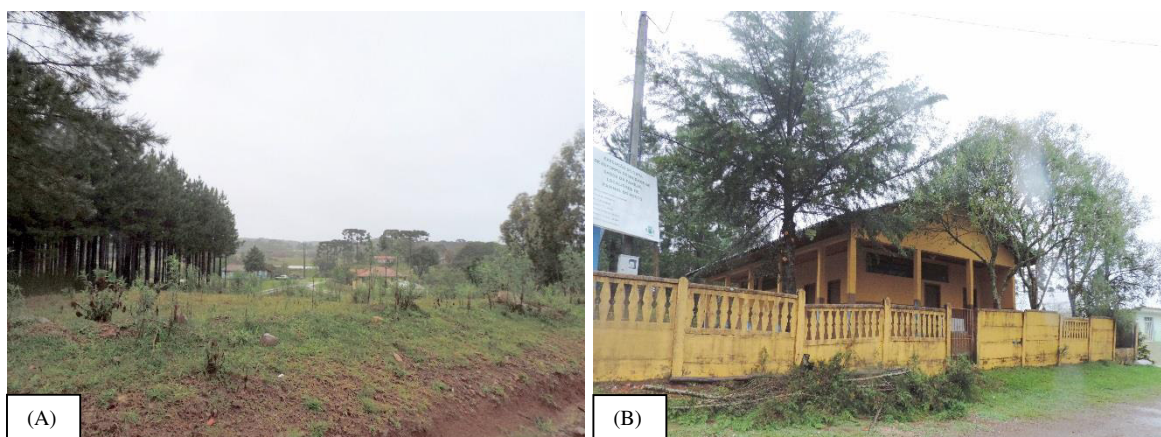
este fim. Considerando a pequena distância da sede, a comunidade não possui escola, nem posto de saúde.

5.1.6 Faxinal do Posto

Comunidade tradicionalmente formada a partir da passagem de tropeiros pela região que utilizavam a localidade para acampar e passar a noite durante a viagem. Inicialmente era conhecida por Faxinal do Pouso e mais tarde passou a ser denominada Faxinal do Posto. De acordo com relatos dos moradores, por volta de 1899 já havia famílias instaladas na comunidade.

Segundo informações coletadas com os participantes da pesquisa, aproximadamente 70 famílias residem na comunidade, considerando os moradores de duas outras localidades próximas, Florestal I e Florestal II. Distante 28 km da sede do município, a comunidade possui uma pequena capela religiosa, mas não conta com escola rural, também desativada pelo poder público municipal, desta forma, os alunos se deslocam até a escola localizada em Papagaios. O posto de saúde ainda não foi liberado para funcionamento após a reforma ocorrida recentemente. Dispõe de um campo de futebol como única alternativa de lazer. Possui um barracão para realização das atividades da associação comunitária.

Fotografia 12 - Infraestrutura da Comunidade Faxinal do Posto





Legendas: (A) Vista parcial da comunidade, (B) Escola rural desativada, (C) Posto de saúde, (D) Centro comunitário.

Fonte: A autora (2015).

A população desenvolve suas atividades por meio do cultivo de erva mate e grãos (milho e feijão), produção de carvão e gado de corte. Outras atividades de subsistência são a produção de leite e piscicultura por meio da manutenção de tanques de peixes próximos às residências.

5.1.7 Alemainha

Comunidade localizada a 34 km da sede do município, possui aproximadamente 75 famílias. A formação da comunidade se deu com a chegada de imigrantes alemães por volta de 1900, o que originou o nome da localidade.

Não possui escola rural, sendo, desta forma, o acesso ao ensino fundamental oferecido pela escola da comunidade mais próxima, em Góes Artigas. O acesso aos serviços de saúde é possível por meio do posto de saúde, que recebe atendimento médico semanalmente. Nesta comunidade a população é predominantemente evangélica, possuindo assim uma sede religiosa da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Entretanto, a minoria católica, em torno de 8 (oito) famílias, mantém uma antiga capela localizada próxima a área central da comunidade.

Fotografia 13 - Infraestrutura da comunidade Alemainha



Legendas: (A) Vista parcial da comunidade, (B) Posto de saúde, (C) Sede local da Igreja Evangélica, (D) Capela religiosa Católica.

Fonte: A autora (2015).

As atividades desenvolvidas pelos moradores são tradicionalmente mantidas desde a formação da comunidade, como cultivo de erva mate e produção de carvão. Além disso, em algumas propriedades são cultivadas uma pequena variedade de legumes e hortaliças, que, segundo os próprios moradores, são atividades que ajudam no incremento da renda familiar e a “ocupar o tempo”, tendo em vista que a grande maioria da população que ainda permanece na comunidade são aposentados e pensionistas. Os mais jovens trabalham nas empresas que possuem reflorestamento na região, tais como Klabin e Repinho e também na companhia que está pavimentando o trecho entre Góes Artigas e Guará, distrito de Guarapuava.

Ademais, por meio da Associação Comunitária Ebenezer, fundada em 2012, foi possível desenvolver uma pequena fábrica de panificação, sendo assim uma importante e complementar fonte de renda para as famílias.

Fotografia 14 - Fábrica de panificação da comunidade Alemainha



Fonte: A autora (2015)

Esta fábrica está localizada no prédio da escola rural que foi cedido à associação, tendo em vista que a comunidade não possui centro comunitário, e inclusive as reuniões dos associados são realizadas neste mesmo prédio.

5.1.8 Papagaios

A comunidade de Papagaios, distante 16 km da sede do município, possui aproximadamente 60 famílias residentes. A partir de relatos dos moradores, o início do povoado se deu por volta de 1920 com as famílias Schimit e Pereira. Atualmente a comunidade possui em sua região central, escolas de ensino fundamental, com as séries iniciais pela rede municipal e a partir do 5º ano até o ensino médio, pela rede estadual. Conta também com o posto de saúde, com atendimento médico semanal e atendimento odontológico em três dias da semana que atende também os moradores das comunidades próximas. Também nesta área central encontra-se a capela religiosa da comunidade e, a 2 km, o cemitério local.

Fotografia 15 - Infraestrutura da comunidade Papagaios



Legendas: (A) Vista da região central da comunidade, (B) Escola rural, (C) Escola estadual, (D) Posto de Saúde, (E) Capela religiosa, (F) Cemitério.
 Fonte: A autora (2015).

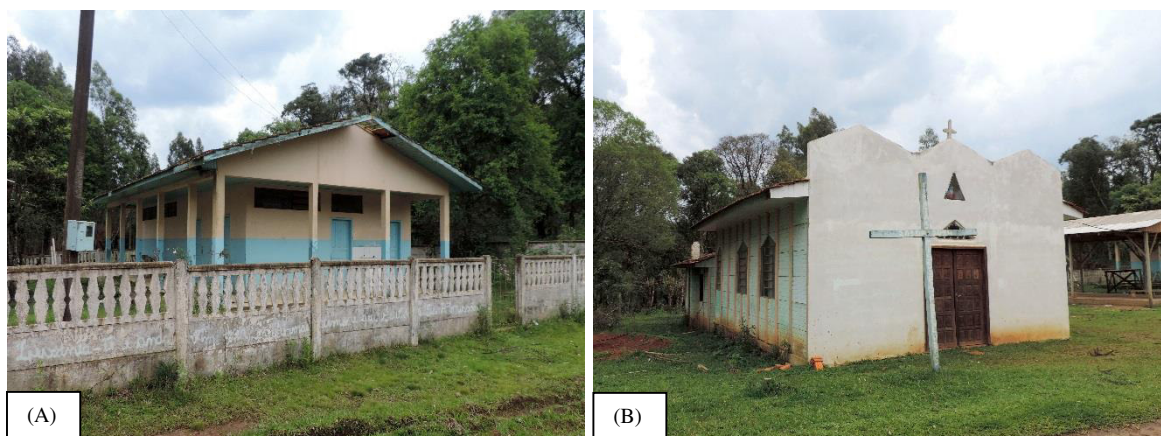
As principais atividades desenvolvidas pelos moradores da comunidade são produção de carvão e cultivo de erva mate, a partir dos recursos das propriedades. Algumas poucas famílias trabalham também com lavoura de milho e feijão, em pequeno volume. Os mais jovens trabalham ainda em outras atividades na sede do município, no comércio local e na construção civil.

Em conjunto com outras duas comunidades vizinhas, Sobradinho e Queimadas, esta comunidade participa da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Martinense (ADAMA), que ainda não possui uma sede própria ou centro comunitário.

5.1.9 Coloninha

A comunidade Coloninha, antiga Colônia Dallegrave, localiza-se a 16 km da sede do município e possui aproximadamente 32 famílias. Na região central encontra-se o prédio da antiga escola rural, atualmente desativada pelo poder público municipal, a capela religiosa e o posto de saúde, que recebe atendimento médico semanalmente. A partir de iniciativas das lideranças religiosas locais e festividades realizadas foi possível construir espaços físicos, como cozinha e barracão, para as festas da capela, que ocorrem anualmente. Ainda nesta área encontra-se um pequeno campo de futebol como única alternativa de lazer para as crianças e jovens.

Fotografia 16 - Infraestrutura da comunidade Coloninha





Legendas: (A) Escola rural desativada, (B) Capela religiosa, (C) Posto de saúde, (D) Salão da capela
(E) Acesso rural, (F) Cemitério.

Fonte: A autora (2015).

A comunidade tem uma sede para a associação comunitária que atualmente está em desuso, pois a associação encontra-se inativa. Neste caso, a participação se efetiva junto à associação da comunidade do Quarteirão dos Stresser.

Fotografia 17 - Centro comunitário desativado na comunidade Coloninha



Fonte: A autora (2015).

As principais atividades desenvolvidas para geração de renda são produção de carvão e cultivo de erva mate. As atividades relacionadas à agricultura e piscicultura são destinadas somente a subsistência.

5.1.10 Campina Bonita

Comunidade tradicionalmente formada, sendo conhecida antigamente por Campo dos Ouveires, devido à instalação da família Alves de Lima, composta por três irmãos, sendo que um deles era artesão e trabalhava produzindo joias em ouro. Tempos depois a comunidade passou a ser denominada Campina Bonita.

Distante 13 km da sede do município, a comunidade possui aproximadamente 35 famílias. Na área central encontra-se a capela religiosa, o centro comunitário, a escola rural, atualmente desativada, e um campo de futebol.

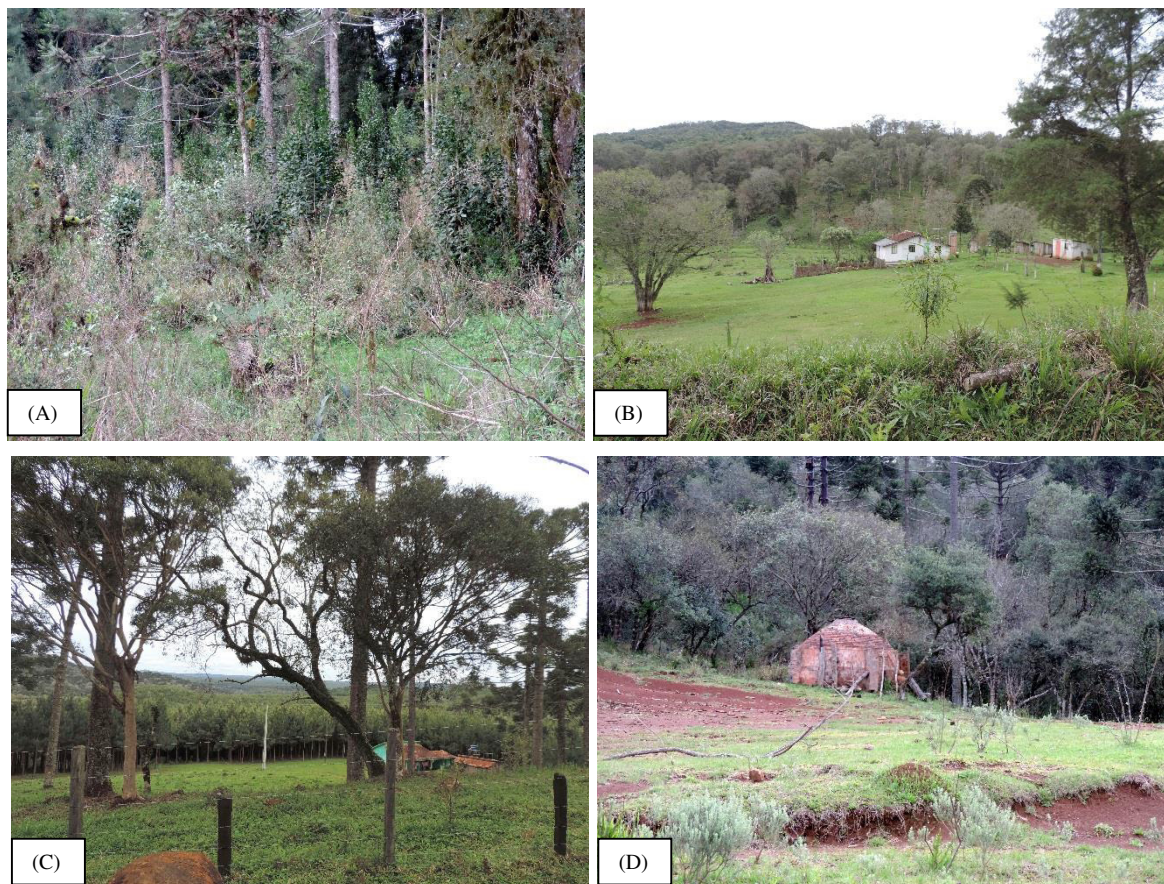
Fotografia 18 - Vista da região central da comunidade Campina Bonita



Fonte: A autora (2015).

As atividades de geração de renda desenvolvidas pelos moradores são o cultivo de erva mate e lavoura de subsistência, além do extrativismo vegetal e a produção de carvão.

Fotografia 19 - Atividades econômicas da comunidade Campina Bonita



Legendas: (A) Erva mate, (B) Lavoura de subsistência, (C) Reflorestamento de pinus, (D) Produção de carvão.

Fonte: A autora (2015).

A comunidade não dispõe de posto de saúde, sendo que os moradores se deslocam até a comunidade de Cachoeira ou até a sede do município para receber atendimento a esse serviço.

5.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Participaram da pesquisa vinte ocupantes/moradores das comunidades do município de Inácio Martins – PR, inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, dentre os quais, lideranças comunitárias e moradores mais antigos das referidas comunidades. Com o objetivo de preservar a identidade dos

participantes estes serão denominados de E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19 e E20. Das 20 comunidades participantes da pesquisa, todas mantêm associações comunitárias formalizadas. Os entrevistados relatam suas opiniões acerca da comunidade, da implantação e gestão da APA, das associações comunitárias e do desenvolvimento local sustentável para as mesmas.

A faixa etária dos entrevistados situa-se entre 24 e 68 anos. Quanto ao gênero, 16 homens e 04 mulheres. Em relação ao estado civil, 19 participantes são casados e 01 é separado. Com exceção de 01 participante, que reside na comunidade há 30 anos, todos os outros nasceram no município e residem nas comunidades pesquisadas ou mantêm atividades em suas propriedades nos finais de semana. Na amostra pesquisada, 13 participantes possuem o ensino fundamental, 04 possuem ensino médio completo e 03 possuem ensino superior completo. Quanto à renda familiar média, 18 participantes declararam de 01 a 03 salários e 02 declararam de 04 a 10 salários mínimos. Somente 03 participantes trabalham fora da comunidade, desempenhando suas atividades como servidores públicos do município.

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico apresentamos os principais resultados da pesquisa obtidos a partir das entrevistas aplicadas. A categoria Comunidade contempla como temáticas de análise as práticas cotidianas das famílias, as formas de organização comunitária, o processo de implantação e gestão da APA e os conflitos advindos desse processo. A categoria Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) propõe duas temáticas de análise, tais como limitações e potencialidades de desenvolvimento local sustentável a partir das particularidades e realidades de cada comunidade.

5.3.1 Comunidade

Partimos do pressuposto de que comunidades são grupos sociais demarcados espacialmente que apresentam características de integração entre os membros, partilha emocional e satisfação das necessidades, bem como elevado sentimento de fazer parte de um grupo social (TÖNNIES, 1995).

Assim, o estudo desta categoria buscou identificar tais características nas comunidades pesquisadas por meio da investigação de suas práticas cotidianas, formas de organização, agir e pensar. Considerando que o objetivo deste estudo é compreender a percepção dos moradores sobre o desenvolvimento local sustentável a partir da instalação da Área de Proteção Ambiental (APA) se fez necessário investigar o processo de instalação e gestão da referida APA, bem como a presença de conflitos ambientais nas comunidades.

5.3.1.1 Práticas cotidianas

Com exceção da comunidade Assentamento José Dias, que se formou por meio da ocupação do território, todas as demais comunidades se formaram tradicionalmente, ora a partir dos primeiros imigrantes que se instalaram na região, ora pelas passagens de tropeiros pela região.

A partir das respostas obtidas verificou-se que todos os participantes demonstraram forte sentimento de pertença, inclusive apresentando as principais razões para esse sentimento, conforme discorrem claramente os entrevistados: “Eu nasci e me criei aqui. Daqui eu não saio, só saio pro cemitério. Porque a gente pega amor no lugar né” (Ent. 10). “Eu me senti muito bem, eu nasci e me criei aqui. [...] e eu me sinto responsável também né, pela comunidade” (Ent. 08).

Fatores como tranquilidade, ajuda mútua e ausência de violência foram bastante lembrados pelos moradores participantes da pesquisa. Ademais, foi possível perceber que as características das comunidades e dos próprios moradores, tais como, a hospitalidade e facilidade de relacionamentos são importantes elementos para a definição e manutenção desse sentimento. “Eu moro aqui já faz mais de 30 anos, me sinto muito feliz... é como se tivesse nascido aqui” (Ent. 07).

Outro forte elemento apontado nesta temática de análise sobre a comunidade foi a união entre os moradores. “[...] parece que é tudo irmão né” (Ent. 01). “Pra nós aqui está bom demais. Nós que somos aposentado né... o lugar é tranquilo. [...] todo mundo se ajuda, o pessoal é muito unido” (Ent. 09).

Aqui cada um cuida das suas coisas... e se precisar, corre todo mundo ajudar... se um fica doente aqui, vem todo mundo ajudar, enche a casa de tanta gente que vem... e... pra você ver, até um óleo pra caminhão se um precisar, todo mundo ajuda... o pessoal é muito unido (Ent.09).

Normalmente, nas comunidades do interior, os moradores desenvolvem relações mais próximas uns com os outros. Esse processo é facilitado pelo pequeno número de pessoas, pelo tempo de convivência e pelo nível de confiança que se estabelece entre os membros. A união entre as pessoas, decorrente desse processo, é imprescindível na vida em comunidade.

Considerando os sentimentos afetivos, a solidariedade e espaço compartilhado no cotidiano das comunidades, os pressupostos de satisfação das necessidades básicas e sociais, tais como, acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e segurança, devem estar assegurados para permitir a busca do desenvolvimento local sustentável. Para tanto, é necessário o entendimento do conceito de desenvolvimento social como processo de garantia de condições sociais mínimas e da promoção do bem-estar, por parte dos responsáveis, no caso, da prefeitura municipal.

Dentre as dez comunidades pesquisadas sete tiveram a escola rural desativada pelo poder público, por meio do processo de nucleação escolar. Essas comunidades que não tem mais escola rural são atendidas pela prefeitura municipal com transporte escolar até as escolas da sede do município ou das comunidades vizinhas que dispõem deste serviço. No entanto, isso causou certo descontentamento por parte de alguns entrevistados, conforme aponta um dos participantes da pesquisa:

Aí que tá... nós não temos mais escola... já faz tempo. Os alunos tem que ir estudar lá nos Papagaio. E é longe o trecho... pra chegar na hora da aula lá... os primeiros tem que pegar o ônibus às 10 horas da manhã e quando chegam de volta na casa já é sete e meia da noite... porque é bastante vortida que tem que fazer pra pegar tudo os alunos né (ENT. 07).

Já não temos mais a escola... as crianças tem que ir estudar lá na escola do Papagaios... já sofrem... é longe né (ENT. 08).

A escola aqui não tem mais, os alunos vão estudar no Góes... [...] por sorte é pertinho né, pras crianças... dá só 7 km até ali no Góes né, depois eles vão estudar no Papagaios né, que já fica um pouco mais longe... mas é assim né, que fazer? (ENT. 09).

Este descontentamento é percebido pela preocupação dos pais em ter que permitir seus filhos pequenos tenham que se deslocar até outros locais, numa viagem de ônibus escolar com alunos de diferentes faixas etárias e diferentes localidades. Houve relatos inclusive, a respeito do receio de discriminação que seus filhos podem sofrer por estarem em um ambiente diferente da sua realidade.

O acesso aos serviços de saúde é oferecido pelo poder público municipal, por meio dos postos de saúde mantidos em cinco comunidades, dentre as dez pesquisadas. Desta forma, os moradores das comunidades que não dispõem deste serviço buscam atendimento médico nas localidades próximas ou na Unidade Básica de Saúde da sede do município, conforme relatos dos entrevistados, “aqui não tem na comunidade... não tem posto de saúde, até pela distância né... é porque é pertinho né” (ENT. 04). “O posto de saúde está fechado... se nós precisar de médico temo que ir lá pra cidade” (ENT. 07).

Há relatos também a respeito de posto de saúde que está disponível na comunidade, mas fechou para ser reformado e ainda não reabriu para os devidos atendimentos dos moradores.

Pois olha... uma coisa que eu acho estranho é isso aí do posto de saúde... está fechado... e fizeram reforma faz pouco tempo... ficou tudo bonitinho lá, mas não abriram ainda pra atender nós aqui... diz que falta uma liberação não sei de quem... outro disse que falta gente pra vim trabalhar aqui, não sei... mas enquanto isso... nós ficamos sem atendimento médico aqui né (ENT 08).

É de conhecimento que as unidades de saúde deveriam ser o local de mais fácil acesso à comunidade. A prevenção eficaz, por meio do atendimento local em diagnósticos mais simples, ajudaria a evitar problemas mais graves e proporcionaria maior qualidade de vida aos moradores.

Percebe-se que as cinco comunidades que não dispõem de uma unidade ou posto de saúde enfrentam dificuldades nos casos de urgência/emergência. O deslocamento até a comunidade mais próxima, muitas vezes pode não ser possível

de imediato e, neste caso, podem ocorrer fatalidades, como sofrimento, sequelas ou mesmo morte.

Ainda sobre o acesso aos serviços sociais, é importante lembrar das questões segurança e lazer. Considerando o espaço compartilhado dentro das comunidades, este deve ser capaz de proporcionar atividades que gerem tranquilidade, descanso, harmonia e interação entre os moradores, crianças, jovens, adultos e idosos.

Nas comunidades pesquisadas foi possível perceber que as atividades voltadas ao lazer e à interação são desenvolvidas a partir de iniciativas dos próprios moradores. Anualmente, na maioria das comunidades são realizadas festas religiosas para a manutenção da capela local, sendo estas festas a principal atividade de interação nas comunidades.

Percebeu-se também como única opção de lazer disponível nas comunidades a presença de campos de futebol. “[...] de lazer é só o campinho lá... do futebol” (ENT. 11). “[...] lá perto da igreja tem um campinho de futebol” (ENT. 07). Somente em uma das comunidades pesquisadas foi possível verificar a existência de outra atividade de lazer, uma cancha de bocha, construída para o lazer comunitário.

Nós conseguimos fazer um campinho pra gurizada bater bola... tem também a cancha de bocha que nós que fizemos, tudo lá perto da igreja e da escola... e nunca dá problema... graças a Deus vivemos em paz aqui agora (ENT. 02).

Em algumas comunidades são encontradas propriedades particulares que oferecem opções de lazer, como futebol, pesque e pague e treino de laço.

E sobre o lazer nós temos aqui o meu campo de suíço, tem a pista de laço aqui do lado, na chácara do vizinho... pesca... tem pesque e pague, uma porção de tanque de peixe, aí o que mais que tem de lazer, daí tem também que faz parte do Rio Pequeno né, que é a ASMIM né, a Associação dos Servidores Municipais de Inácio Martins, que tem um campo de suíço, tem piscina e tal, mas é só para os servidores públicos. (ENT. 03).

E de lazer, tem aí nas sexta-feira que o pessoal pode ir ali na quadra do colégio pra jogar né... enche de gente, vem gente das outras comunidade né... mas é só na sexta né... e tem o campo de futebol que o pessoal usa também... tem os tanque de peixe que o pessoal vai pescar também... mas é só (ENT. 14).

A respeito da segurança, foram obtidos relatos com problema de roubo e assalto ocorridos recentemente em duas comunidades. Estes fatos, a princípio, provocaram um sentimento de insegurança entre os moradores, conforme apontam os entrevistados.

Estamos com medo aqui... outro dia ainda teve um assalto aqui na comunidade, roubaram a mercearia que tem aqui na comunidade... entraram lá com revolver...e queriam levar dinheiro e tudo, ameaçaram eles lá....assustaram até as criança.. Então tá feio aqui pra nós... não temo nem a ronda da polícia... eles só vem quando nós chamamos... mas daí não adianta né (ENT. 07).

[...] agora, pra falar da segurança é meio difícil... porque esse ano ainda nós fomos assaltado aqui... entraram aqui na minha casa e levaram tudo que puderam... e aqui né... do lado da escola, do posto... até o dentista que estava atendendo ali ele viu o carro aqui na casa... mas acharam que era alguma coisa que vieram entregar... pois era de dia né... quem que ia pensar numa coisa dessa né? (ENT. 13).

Entretanto, em sua maioria, os moradores descreveram as comunidades como tranquilas e seguras, conforme indica o Ent. 03, “é muito tranquilo morar aqui, não temos problemas”. Porém, alguns enfatizaram que isso se dá pelo fato de serem unidos e se protegerem mutuamente. “Aqui a segurança é Deus né... porque a polícia se precisar...dali a dois dias vem né...mas graças a Deus, nós somos tudo unido...o povo tem fé em Deus” (ENT. 09). “[...] por sorte quase que não temo problema aqui por causa de segurança né... somo tudo conhecido com os vizinho... ninguém prejudica ninguém né... dá pra viver sossegado aqui” (ENT. 10).

Existe alguma coisinha ou outra, mas na realidade, pra nós aqui graças a Deus até hoje nunca aconteceu nada, de maneira geral as pessoas assim se relacionam com harmonia assim... é uma comunidade bem legal (ENT. 12).

O sentimento de união, presente nas comunidades, favorece o convívio tranquilo e harmonioso entre os moradores. As relações sociais se dão por meio da confiança gerada entre todas as famílias no sentido de se protegerem uns aos outros. Eventualmente, podem ocorrer situações relacionadas à insegurança, mas acredita-se que estes fatos são oriundos de ações de membros externos à comunidade.

Ao considerar os serviços sociais de saúde e educação oferecidos às comunidades pesquisadas, nota-se que o acesso a tais serviços é proporcionado, ainda que limitado, e insatisfatório no entendimento de alguns moradores.

Na coleta dos dados procurou-se também saber como é realizado o descarte de lixo nas comunidades. Observou-se que apesar de recentemente o município ter iniciado o serviço de coleta de lixo em algumas vias do interior, todas as comunidades pesquisadas relataram práticas de descarte impróprio em seu cotidiano.

As principais atividades desenvolvidas pelas comunidades pesquisadas, para a geração de renda dos moradores, são a produção de carvão e cultivo de erva mate. Outras atividades, como cultivo de legumes, verduras e tubérculos (repolho, couve, alface, tomate, abóbora, batata doce, mandioca) e criação de animais (frangos, porcos, carneiros) são exclusivamente para subsistência, conforme relatos dos participantes.

Eu tenho erva mate aqui, que dá pra fazer um dinheirinho, tem gente que lida um pouco com carvão, [...] mas todo mundo tem uns porquinho pra consumo né (Ent. 04).

Plantio de pinus e eucalipto. [...] e a erva mate né, lavoura é mais pra subsistência né, e o pessoal trabalha bastante com a produção de carvão vegetal... e alguns animais também mas mais pra subsistência (Ent. 05).

Além do carvão e da erva que é o que ajuda mais, nós temos também um pouco de leite né... [...] porque lidamos também com a criação de gado né (Ent. 08).

Dentre as dez comunidades pesquisadas somente três desenvolvem atividades que auxiliam na renda familiar. Duas através da agricultura familiar, onde produzem e vendem em feiras agroecológicas na própria comunidade e/ou entregam para a prefeitura municipal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma através de uma padaria recentemente criada por iniciativa da associação comunitária.

Foram também citadas como alternativas de geração de renda os trabalhos realizados fora da comunidade e as opções de emprego nas empresas que mantem reflorestamento em parte da comunidade, e em alguns casos, os trabalhos

disponíveis na sede do município, como construção civil, madeireiras e empresas do comércio varejista.

Nós lidamos aqui mesmo com a erva mate né [...] e com os carvão também... E tem também quem trabalha na cidade né...aqui é mais no corte de pinho né... na roçada, aí nesses reflorestamento (Ent. 07).

A maioria do povo aqui é aposentado. [...] tem uns que trabalham fora né, na roçada, outros trabalham na colônia Dallegrave, outros trabalham agora na companhia do asfalto (Ent. 09).

A maioria trabalha fora... trabalham aí nos pinho né... e quem tem uma terrinha maior, uns 4 ou 6 alqueire cuida lá das erva né... pra vender depois... mas é só. Nós, na verdade, tamo rodeado de reflorestamento aqui, mas é tudo da Klabim e da Repinho (Ent. 10).

Nota-se que as comunidades pesquisadas carecem de alternativas de geração de renda, pois a queixa sobre “não ter muito que fazer, a não ser trabalhar nos reflorestamentos”, foi unanimidade entre todos os participantes. As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias são extremamente dependentes da preservação e manutenção do meio ambiente, pois incluem o extrativismo e a agricultura familiar.

Como as APAs são unidades de conservação de uso sustentável, com restrições de uso e ocupação do solo, torna-se imperativo que ofereçam às comunidades orientações e apoio na elaboração de projetos condizentes com a realidade local, que considerem suas peculiaridades e características próprias. O fato de não haver alternativas de geração de renda possíveis e adequadas aos moradores dessas comunidades causa desinteresse, desmotivação e até descaso com a correta manutenção do meio ambiente. Ficou evidenciada por todos os participantes a necessidade de desenvolver fontes de renda compatíveis com o que preceitua o plano de manejo para evitar as atividades de desmatamento e carvoarias clandestinas, facilmente encontradas como principal fonte de renda.

5.3.1.2 Organizações Comunitárias

Dentro do contexto de desenvolvimento local sustentável nas comunidades o sentimento de pertença e a participação comunitária são indispensáveis, pois possibilitam contemplar os elementos culturais, crenças, valores, estilos de vida,

bem como a realidade local. O caráter endógeno do desenvolvimento local é um importante facilitador para este processo.

Em todas as comunidades pesquisadas encontram-se associações comunitárias formalizadas. Há casos em que duas ou três comunidades se mobilizaram para a formação da associação, tendo em vista a proximidade espacial entre as mesmas, como demonstrado a seguir:

Quadro 7 - Organizações comunitárias

Comunidades	Associações comunitárias
Assentamento José Dias	ACOPAC – Associação Coletiva de Produção Agropecuária Camponesa ARN – Associação Campesina de Assentados da Reforma Agrária Roseli Nunes
Rio Pequeno	ACORRIPE – Associação Comunitária Rural do Rio Pequeno
Papagaios Queimadas Sobradinho	ADAMA – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Martinense
Góes Artigas	ACRMJ - Associação Comunitária Rural Menino Jesus
Alemanha	EBENEZER – Associação de Produtores Rurais da comunidade da Colônia Alemanha
Quarteirão dos Stresser Coloninha	ACOMURQS – Associação Comunitária Rural de Quarteirão dos Stresser
Campina Bonita	ACRCB - Associação Comunitária Rural da Campina Bonita
Faxinal do Posto	ACRFP – Associação Comunitária Rural do Faxinal do Posto

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Destas associações seis já possuem a Declaração de Utilidade Pública, umas das condições para que possam receber subvenção da Prefeitura Municipal, sendo a mais antiga com data do ano 2001 a Associação Menino Jesus da comunidade Góes Artigas e a mais recente a ACOMURQS do Quarteirão dos

Stresser que obteve a declaração de utilidade pública em abril de 2015. Importante ressaltar que na Comunidade Assentamento José Dias há duas associações formalizadas e atuantes.

Para desenvolver as atividades, os membros das associações promovem reuniões mensais nos centros comunitários das comunidades. Nestes encontros são discutidas as necessidades, as dificuldades, os planos e posteriormente o presidente da associação encaminha essas discussões para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), na sede do município.

Para apoiar e incentivar as associações comunitárias o município de Inácio Martins, por meio da Lei 631/2013, autorizou o executivo municipal a contratar empresas de contabilidade, por meio de processo licitatório, para apoiar as associações sem fins lucrativos que possuem declaração de utilidade pública, conveniadas com o Município, Estado ou União.

Assim, buscando compreender os aspectos de participação comunitária das comunidades, os participantes da pesquisa foram indagados sobre a importância de uma associação comunitária.

Bom eu acho que associação tem a importância dela, é tudo né, tudo que se... é tudo que a gente pensa é melhor pela associação né, tem mais força, tem mais entrada né, hoje tem um monte de programa do governo que vem através da associação né, que pode beneficiar as família né. (ENT. 01).

A nossa associação [...] ela foi fundada em 95, a nossa associação aqui, daí ela em 2009, quando saiu o PNAE né, que foi assinado a lei federal do PNAE que 30% da Agricultura familiar é obrigado que o município compre né, o estado também, aí a associação foi a primeira a assinar projeto em Inácio junto com a de Santa Rita lá. Então aí o que que aconteceu... como aqui são 11 famílias, 22 sócios, são coletivo né, tudo coletivo desde o leite das vacas, cada família tira uma semana e divide igual pra todo mundo né... dá de 2 litros a 3 litros (ENT. 02).

[...] olha tem uma importância muito grande porque através da associação é a organização né, então até a prefeitura agora ta ajudando as associações a organiza o chamado subvenção social sabe, eles repassam um recurso pra associação e daí os sócio são beneficiados, podem comprar uma muda de erva mate, pode, que nem na nossa associação foi comprado muda de erva mate, mas pode ser adubo, pode ser qualquer coisa que a associação ache que que os produtores acham que é necessário, então a prefeitura passa um dinheiro por ano... e se não fosse a associação não teria como... não seria possível ... tem que ser decretado utilidade pública, tem que ser bem organizada né. Antigamente ali tinha viveiro comunitário né, e agora não tem mais, então a associação lá tem que... quando vem um recurso desses ela é... compra o material e daí é distribuído pra cada um cada um trabalhar na sua propriedade separado,

mas é bem importante a associação e onde não tem organização difícil mesmo vai ter um desenvolvimento na comunidade (ENT. 05).

Conforme os relatos acima, é possível perceber que os participantes compreendem a importância de uma associação e que a mesma auxilia na execução de ações conjuntas, inclusive na resolução de problemas e na geração de novas oportunidades (SILVANO; SILVA; SANTOS, 2007).

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância da associação, houve relatos sobre a efetividade das ações realizadas pelas mesmas.

[...] assim, a gente motivou o pessoal pra fundar a associação, ela é importante em alguns aspectos né, até a gente gostaria que fosse bem mais do que isso né, mas enfim, assim, é difícil das pessoas entender o que que é o um associativismo né, você ser sócio com alguém significa você compartilhar alguma coisa né, um projeto né, alguma coisa, a gente nunca conseguiu desenvolver projetos assim como associação, de impacto né, projetos grandes, pode ver, nós temos a nossa associação mais ela acaba que cada um tem a sua atividade isolada né, não conseguimos projetos em comum né, não temos nada comunitário aqui né, granja, cozinha, barracão, na época que foi fundada tinha um viveiro que produzia muda, tinha muda de pinus, eucalipto, essas coisa, erva mate e agora não tem mais (ENT. 04).

Pois olha, eu acho que a maioria do pessoal acha que associação é só pra conseguir ajuda da prefeitura, conseguir mudar de pinho e muda de erva. É assim que funciona... mas eu acho que tinha que ser mais que isso né (ENT. 08).

Esses apontamentos indicam que há uma evidente e importante preocupação em desenvolver melhor os trabalhos junto às associações, no sentido de ampliar suas possibilidades de realizações e também melhorar a capacitação dos associados. Verificou-se também que alguns moradores ainda não visualizam resultados práticos e desta forma aguardam na expectativa de transformações e melhorias na comunidade.

[...] pra falar a verdade, não vejo muita importância não. Você veja, na verdade você vai ocupar uma máquina uma vez por ano né, porque você veja, nós aqui vamos ser os últimos né... daí já passou do prazo de plantar (ENT. 14).

Pois a partir da associação... facilita um pouco né pra buscar ajuda...vamos dizer, existe um projeto lá mesmo da prefeitura pra que venha uma máquina atender, logico vão cobrar a hora, mas é metade do valor e tal, pra favorecer um pouco né, só que é só no papel por enquanto né, vamos aguarda e ver se, e tudo é possível né, uma máquina, apoio técnico, tudo é necessário né, porque... pra que desenvolva melhor as coisas (ENT. 11).

Na realidade a gente sempre tá buscando angariar mais sócios pra que a gente saia fortalecido né, acredito eu né que uma associação com bastante membros ela fica mais forte né, e pra gente buscar melhorias né, só que a gente, não é fácil, como eu te falei a gente trabalha, trabalha, perde tempo vai numa reunião e outra cobrando né, dos órgãos públicos, que seja feita alguma coisa mais infelizmente, mais é tudo tem importância né a gente sabe que o trabalho da gente é importante (ENT. 12).

Estes relatos demonstram a necessidade de um trabalho de conscientização maior sobre as possibilidades de conquistas e benefícios por meio das associações.

Foi possível perceber que por meio das associações comunitárias as comunidades obtiveram maior nível de representatividade junto ao município e possibilitou a efetivação de algumas ações desenvolvidas nas propriedades dos moradores locais.

[...] através da associação que nós conseguimos formalizar e ter acesso nos programas do governo né... e isso é muito importante pra nós, porque juntos a gente tem mais força (ENT. 01)

Pra nós, ajuda bastante né... através da nossa associação nós podemos chegar mais fácil lá na prefeitura e pedir ajuda né, num trator pra fazer serviço aqui na comunidade... e nós já recebemos uma subvenção, estamos aplicando em erva mate, essas coisa então que a gente vê a associação ajuda bastante... porque sozinho é mais difícil (ENT. 04)

É a partir do que conversamos lá nas reunião... quando precisamos de alguma coisa né... daí o presidente vai lá ver se consegue pra nós aqui né... um trator... uma estrada... uns calcário... um adubo... né... o que der. Porque tudo isso ajuda né (ENT. 08)

Aqui pra nós a associação Ebenezer foi muito bom né... desde um trator que precisa já fica mais fácil né... e por causa até da padaria que foi criada né... o prefeito ajudou... deu o forno né... um forno grande. [...] então eu acho que se tiver uma associação é importante né (ENT. 09).

Olha, até ajuda um pouco, mas é muito pouco... as coisa que vem pela associação é dividido entre os sócios né... e é só um pouquinho pra cada um (ENT. 14).

Quando solicitados a falar sobre os benefícios oriundos da associação para a comunidade os entrevistados citaram aqueles que proporcionaram aumento ou incremento da renda familiar.

Pois é, a panificadora que foi instalada aqui, através da associação... só que é pra, como é que eu posso dizer, o coletivo, então as mulheres resolveram de produzir panificado né, ai tinha demanda de outros né, verdura, ai nós pegamos mais gente que era individual né, e tinha interesse de entrega também, e por intermédio da associação a gente faz o projeto... desde o PA também, o PA que é um programa de aquisição de

alimento do governo federal né... daí ele paga pra nós no caso, e nós entregamos pra PROVOPAR, prefeitura, e aí nos temo hoje mais 19 famílias junto com nós que estão no negócio também né (ENT. 02).

Graças a Deus que nós criemos essa associação nossa aqui. Porque daí deu pra fazer a fábrica de pão né... que já tem quase um ano... e ta indo, ta indo bonito. [...] mas então é importante por causa disso, se tivesse maneira de criar mais alguma coisa, já ajudava a comunidade (ENT. 10).

Pode-se perceber que os associados esperam resultados concretos a partir da associação comunitária. Almejam por trabalhos que lhes proporcione melhorias e aumento da renda familiar.

5.3.1.3 Processo de Implantação e Gestão da APA

Buscando compreender como se deu o processo de implantação e gestão da APA nas comunidades pesquisadas, os entrevistados foram indagados sobre tal processo, bem como sobre as orientações e apoio recebidos dos órgãos gestores e as mudanças ocorridas.

Foi possível identificar que a participação efetiva da comunidade no processo de elaboração do plano de manejo não ocorreu em sua totalidade. Foram relatadas reuniões realizadas nas comunidades a fim de apresentar o referido plano, mas somente depois do mesmo já estar definido.

Foi complicado... Deus me livre... teve a reunião aqui daí o pessoal... eu lembro que teve bastante gente que tava nervoso com aquilo né, porque uns falavam “ó, não vai poder nem fazer um chiqueiro mais aqui, porque não pode fazer galinheiro, não pode fazer isso, não pode ter vaca, porque as vaca vão na beira da água, e não sei o que”. Só que não sei se tá no papel... se tá isso mesmo, porque eu acho assim, que eles... uma coisa né que eles fizeram... é fazer esse plano dentro de um escritório e joga isso pro pessoal assim né (ENT. 02).

Nada... não perguntaram nada... vieram com aqueles papel e fizeram as reunião ... que nós não podia nem falar nada... tivemos que aceitar né. Foi tudo uma imposição desse negócio aí (ENT. 07).

Conforme as informações coletadas, na percepção dos moradores houve uma imposição do plano de manejo depois da sua elaboração, o que contraria os pressupostos de planejamento participativo deste processo. Em função disso,

gerou-se um descontentamento com a implantação e gestão da APA, conforme o relato a seguir.

[...] Eu me lembro que teve aqui uma moça lá, deles, né...e daí ela veio aqui em casa e começou a falar que era bonito aqui... que era um sonho isso... que era um sonho ver tudo essas árvore de pé... coisa e tal... Daí eu falei assim pra ela: “Dona, vamos trocar? A senhora vem aqui viver esse sonho e eu vou viver a vida da senhora... por 3 mês? Um mês... que seja? A senhora topa?” Que nada, ela disfarçou e tudo... daí foi embora e nunca mais voltou. Por isso que eu falo... esse pessoal da APA vive um sonho...eles não sabem o que é viver aqui no meio do mato... com as nossas dificuldades. Daí eles vem com essas história de sonho que dá até raiva (ENT. 08).

A realidade local, representada pela expressão das vontades e interesses da comunidade, bem como das suas dificuldades cotidianas, é um elemento primordial a ser considerado na gestão das Áreas de Proteção Ambiental. A ausência deste elemento prejudica as comunidades, enquanto protagonistas do desenvolvimento local sustentável.

Deixe eu te contar... eu mesmo fui numa dessas reunião que teve por aí sobre essa APA... esse plano de manejo...né... e daí eu comecei a perguntar as coisa lá... e dali a pouco me chamaram num canto e mandaram eu me retirar da reunião... é... você pode acreditar... me deu uma raiva na hora, sabe? Então... foi desse jeito... daí ninguém mais perguntava nada...eles não deixavam (ENT. 07).

Conforme relato acima foi possível perceber que os moradores tinham muitas dúvidas sobre o processo de implantação da APA e, em alguns casos, sentiram-se impossibilitados de esclarecê-las. Ademais, foram citadas as dificuldades de entendimento sobre as particularidades e especificidades do plano de manejo apresentado, “[...] eles falavam, falavam e nós aqui não entendia aquelas palavras, o povo é simples né, ficava com vergonha de perguntar as coisas” (ENT. 15).

Com relação à participação da comunidade entende-se como necessário o comprometimento dos órgãos gestores no sentido de orientar as ações e apoiar continuamente para a promoção e desenvolvimento de atividades compatíveis com o plano de manejo. Entretanto, nas comunidades pesquisadas, constatou-se uma queixa generalizada neste aspecto.

Nada... pois eles poderiam, talvez, até dar um apoio técnico, se eles forem querer levar da forma correta né, um técnico visitando propriedade por propriedade e explicando: ó isso você pode fazer, isso não pode e tal. Isso de alguém dando apoio... senão não funciona (ENT. 11).

Que apoio que nada... nunca que vieram aqui... ninguém nem veio explicar pra nós como que nós tinha que fazer... nem sabemos o que é pra fazer né (ENT. 10).

Não, nunca mais apareceu ninguém aqui... nem pra saber como que estamos fazendo as coisas (ENT. 14).

É evidente que a falta de apoio e orientações compromete as ações de preservação ambiental nas comunidades. O entendimento dos termos técnicos é tido como essencial nesse processo. Como consequência ao desconhecimento do plano de manejo e da ausência de apoio e orientações, as atividades desenvolvidas pelas comunidades continuam as mesmas que eram realizadas antes da implantação da APA. Quando indagados sobre possíveis mudanças e alterações nas atividades desenvolvidas, os participantes foram unânimes em afirmar que não houve mudança alguma.

5.3.1.4 Conflitos Socioambientais

A partir dos relatos obtidos nesta pesquisa percebeu-se a existência de conflitos relacionados com insatisfações quanto à assistência para desenvolver atividades de geração de renda e com a falta de acompanhamento dos órgãos gestores depois da instalação da APA.

Eu penso assim né, que teria que ter uma formação, tudo os agricultor, porque se eles não aprender eu acho que através de lei ou multa não vai não vai solucionar o problema... o cara vem aqui e multa e vai embora, amanhã ele ta fazendo a mesmo coisa que ele precisa pra sobreviver né, e ele não vai fazer porque quer destruir a natureza... faz porque precisa. O pequeno né, eu acho que precisa dar condição pra pessoa, vamos dizer, essa condição que eu digo, chegar o recurso vamos dizer, não, tu vai preservar aquela nascente de água, tu vai ganhar tanto por ano pra você preservar, então... porque eu acho que não é justo a pessoa não poder fazer nada naquele terreno e depois a água vai embora vai beneficia um monte de gente né... Mas nada, e daí fica prejudicado né, eu penso assim né, que a pessoa pra preservar tem que ganhar algo por isso (ENT. 01).

A visão do entrevistado aponta como ação necessária a consonância entre a conservação e assistência, ou seja, evoluir para uma postura de orientação e não

somente de proibição. Percebe-se também, na mesma fala o entendimento de que os moradores deveriam ser compensados pela preservação dos recursos naturais, conforme lembra outro entrevistado ao ser questionado sobre a existência de conflitos e/ou divergências relacionadas à preservação ambiental nas comunidades.

Eu acho que é normal o pessoal se revoltar... porque as autoridades também tem que estar sensíveis a importância que tem isso aqui, senão não adianta nada, to falando da contra partida, nós já tentamos quantas vezes provar pro governo que ele tem que pagar pela árvore em pé, pra que ela permaneça em pé né, que ela vale muito mais em pé do que depois que cai né, e nenhum governo se toca disso, depois quando falta água lá em São Paulo daí todo mundo: nossa, mas e agora? (ENT. 03).

Outra situação relatada diz respeito à preocupação com o atendimento das necessidades das famílias, que em alguns casos, devido à carência econômica, os mesmos acabam extraíndo recursos naturais que deveriam ser preservados.

No caso, na minha opinião, eu penso assim, se eu tiver dificuldade com a minha família, me faltar um dinheiro, e se eu tiver uma árvore lá que eu posso derruba ela, e fazer um dinheirinho pra suprir necessidade, claro que eu vou derruba... agora se ela tiver valendo um dinheirinho lá de pé, aí não, porque o dinheiro é dela, aí ela vai ficar lá sim... As pessoas aqui da comunidade, as vezes, acontece isso, de precisar gerar renda, e já passam bastante tempo plantando, cuidando do mato, mas daí... quando é preciso, não tem o que fazer... tem que pensar na família primeiro. E depois tem outra, nós nem sabemos o que diz nesse tal plano de manejo... no geral, nós sabemos que tem que preservar... mas isso a gente já sabia a vida inteira. Está muito errado isso... os cara lá não sabem do que nós precisamos, não vivem aqui pra saber... e depois vem aí dizer o que podemos e o que não podemos fazer (ENT. 02).

Aliada a essa questão de insatisfação dos moradores com a desconsideração da realidade local e de suas necessidades, percebeu-se também, que os mesmos desconhecem as ações e propostas definidas no plano de manejo.

[...] nós nem sabemos o que diz nesse tal plano de manejo... no geral, nós sabemos que tem que preservar... mas isso a gente já sabia a vida inteira (ENT. 02).

Foi bem complicado... vieram e assustaram tudo o povo. Ninguém entendia o que dava pra fazer e o que não dava... e até hoje nós não entendemos isso direito (ENT. 08).

[...] pra te falar a verdade, nós nem sabemos direito o que é isso... de que jeito que funciona né...porque nunca vieram conversar com o povo aqui (ENT. 10).

O plano de manejo enquanto instrumento de planejamento, por meio do qual se procura estabelecer as normas e ações de manejo da área e dos recursos naturais, para cumprimento dos objetivos da criação da UC, deve ser amplamente divulgado e compreendido entre todos os interessados para facilitar as ações e atividades voltadas ao desenvolvimento local sustentável.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos moradores das comunidades pesquisadas, os relatos obtidos apontam a existência de atividades incompatíveis ao plano de manejo da área.

Pois eu acho que a nossa vida aqui ficou um pouco mais difícil depois da APA. Nós sempre lidava aí com as erva, as lenha né, pro carvão. Com os pinheiros. E hoje nós estamos lidando com isso do mesmo jeito, mas parece que ficou um pouco mais difícil (ENT. 15).

[...] então... o que o pessoal fazia antes continua fazendo hoje... produzindo carvão... é isso... na nossa comunidade é a mesma coisa (ENT. 05).

Aqui a única coisa que mudou foi as queimada né... que diminuiu né. Aqui pra nós né que diminuiu... porque tem comunidade aí que continua fazendo né... eles tem as costa quente né... eles fazem (ENT. 13)

Em função da falta de acompanhamento e assistência às comunidades gerou-se certo descrédito quanto aos órgãos responsáveis, como aponta o seguinte relato.

Se você fala com um produtor simples, com um agricultor aqui da comunidade, ou outro qualquer sobre essa questão da APA, ele vai dizer assim: "A APA pra mim tanto faz, eu não ganho nada com APA". Na verdade não ganhou mesmo né, e pra ele tanto faz né, se existir a APA ou não existir, não ta fazendo diferença nenhuma pra ele, porque os governo também não, ah tá, pagaram pra fazer o plano de manejo. Tudo bem, a Mater Natura veio ai e fez o plano de manejo mas e daí... diz que tão plantando soja transgênica aqui numa comunidade, não pode planta mais quem é que tá fiscalizando isso né, cadê o governo pra impedir que aconteça, por isso que eu falei, ta no mesmo, desde que foi implantado (ENT. 03).

A APA foi a mesma coisa que comprar um terreno, cercar... e depois deixar o portão aberto (ENT. 18).

Outro elemento citado pelos participantes da pesquisa diz respeito ao ICMS ecológico, receita que visa compensar os municípios pelas restrições ao uso do solo nas Unidades de Conservação.

Tem o ICMS ecológico né, que é um recurso que é um algo a mais que vem pro município e aplicação em ações voltadas para o meio ambiente, em função de ter a APA aqui, mas na cabeça dos prefeito que passaram isso não, Deus o livre aplica isso ai na atividade do meio ambiente, como que eu vou fazer com a saúde, com a educação, mas eles esquecem que esse dinheiro não é pra saúde e pra educação, o dinheiro pra saúde e educação é outro, nós temos o orçamento de 30 milhões por ano aqui no município, era pra ser 28, nós só temos 30 milhões porque 2 milhões é pra APA, só que esses 2 milhões não são aplicados nisso... e ainda não é suficiente, mas ele poderia se desenvolver, projeto de... por exemplo: vamos beneficiar 100 famílias de agricultores dentro da APA com fomento à produção de erva mate, ou alguma coisa assim, ou fechar todas as nascentes como a Mater Natura fez no Rio Pequeno, fechar todas as beiras dos rios lá na bacia do outro rio, lá do Rio Azul, exemplo também é dentro da APA, ou o Rio Banhado Grande e sei lá, outro rio que seria coisa importante né, mas não tem não temos nenhum programa municipal que esteja utilizando recurso do ICMS ecológico pra beneficiar alguém, então esse dinheiro vai pelo ralo (ENT. 03).

[...] Vem uma verba pro município, pro meio ambiente, sobre a APA ...o ICMS ecológico né. Só que eles não tão aplicando certo né, eu já reclamei isso mas daí larguei mão né (ENT. 06).

A não aplicação dos recursos do ICMS ecológico é entendida pelos moradores como um descaso com as suas comunidades. De acordo com os relatos obtidos, após os questionamentos sobre o assunto nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, os líderes comunitários foram informados que as ações desenvolvidas são realizadas por meio da manutenção das pontes e estradas rurais. No entanto, os próprios moradores lembram que isso já seria de responsabilidade da prefeitura para com a zona rural.

Verificou-se, junto às comunidades, a ausência de programas ou projetos para a aplicação do ICMS ecológico. Tal incoerência de gestão pública provoca polêmica e revolta junto aos moradores das comunidades inseridas na APA, gerando, conseqüentemente, falta de comprometimento das pessoas com os objetivos da UC e compromete as ações de desenvolvimento local sustentável.

5.3.2 Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)

A partir da ótica interdisciplinar das práticas de desenvolvimento sustentável, e considerando a necessidade de adequar tais práticas à realidade local, se faz necessário investigar, primeiramente, a percepção do termo “desenvolvimento” nas comunidades objeto de estudo, para então, buscar compreender a percepção dos

moradores sobre as limitações e potencialidades de desenvolvimento local sustentável.

Neste contexto, quando indagados sobre o termo desenvolvimento, os participantes da pesquisa enfatizaram questões como ‘crescimento’ e ‘melhoria de vida’.

Bom, o desenvolvimento é... eu acho assim, a comunidade estar num nível que ela cresça né, o crescimento da comunidade desenvolvendo na parte econômica quanto tudo né, eu acho assim né, tem que desenvolver todos os setores né (ENT. 01).

Eu acho que... a gente se desenvolver é aquele negócio de ir crescendo né... melhorando de vida... pensando no futuro... acho que é isso... de verdade, acho que é isso (ENT. 04).

Eu acho que isso aí de desenvolvimento é a gente poder ganhar mais né... pra poder daí se desenvolver né, porque tem que ter dinheiro pra poder aplicar né (ENT. 08).

Eu acho que é coisa nova... assim, que viesse coisa diferente pra comunidade... que tivesse trabalho para as pessoas (ENT. 13).

Desenvolvimento... eu acho que... que é a gente melhorar de vida né...que pudesse ganhar mais, né (ENT.20).

Percebe-se, na fala dos entrevistados, que o termo desenvolvimento está associado principalmente à dimensão econômica através da visão de que primeiramente deve haver melhoria nos rendimentos da família para depois poder desenvolver, no sentido amplo da palavra. Entretanto, foram obtidos relatos que demonstram uma percepção mais ampliada sobre o termo.

Eu acho que desenvolvimento é melhorar... sempre, né... Nós aqui da comunidade queremos que os filhos vão estudar... com saúde... todo mundo né, pensando no futuro, em melhorar de vida... é mais ou menos por aí (ENT. 02).

Eu acho o desenvolvimento é... eu acho que é escola, é saúde, a luz é importante, a estrada também...que ta bem ruim né...e tem que ter serviço pro povo né... e nós não temo né (ENT. 09).

O desenvolvimento como processo de mudanças tanto de ordem econômica e política, como também, humana e social pode ser entendido como o crescimento transformado para satisfazer as diferentes necessidades das pessoas (OLIVEIRA, 2002). Neste sentido, na concepção dos participantes da pesquisa, o desenvolvimento só é possível a partir do aumento na geração de renda, o que lhes proporcionaria melhorar a qualidade de vida e atender as principais necessidades

da família. Aliado a isso, e com a ampliação da capacidade de investimento dos moradores, a comunidade se beneficiaria com novas alternativas e atividades voltadas ao desenvolvimento local sustentável.

5.3.2.1 Limitações de Desenvolvimento para as comunidades

O pressuposto de que desenvolvimento local deve ser estimulado para que a própria comunidade desabroche em suas capacidades não isenta os agentes exógenos de sua participação neste processo. Estes podem e devem promover ações e condições para que as comunidades possam encontrar alternativas para o seu desenvolvimento.

Às comunidades objeto de estudo, foram impostas restrições de uso e ocupação do solo com a instalação da APA. Tais restrições, por si só, limitam ações ou atividades econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento das mesmas. Por essa razão, tal fato pressupõe o compromisso dos órgãos gestores com a promoção de estímulos e/ou incentivos junto a essas comunidades, para que consigam superar obstáculos e dificuldades que lhes foram impostas.

Assim, buscando identificar, sob a ótica dos próprios moradores, as limitações de desenvolvimento presentes nas comunidades, os relatos obtidos apontaram, de modo geral, como principal dificuldade justamente a falta de apoio e de orientações, entendidos como necessárias e imperativas pelos participantes da pesquisa.

A nossa dificuldade aqui é que não temos muita opção para gerar renda... pras famílias né... porque se a gente quer comprar um carro, usado que seja, precisa de ter dinheiro, e o que nós ganhamos aqui só dá pra manter a comida, os alimentos da família, as despesas do mês, as contas né... Se nós tivesse mais opção pra trabalhar, podia dar mais conforto pra família, né... porque sempre tem um chuveiro que estraga, uma geladeira, isso é complicado (ENT. 02).

Na verdade... eu acho que a nossa dificuldade aqui é mesmo a falta de recursos... assim de ... de ter outras coisa pra fazer... porque nós aqui temos que se vira com o que temos... não temos apoio dos político... e tinha que ter né (ENT. 08).

A nossa dificuldade aqui é a falta de apoio mesmo... porque não temo mais opção de emprego. Eu acho que precisavam trazer umas maneira de nós trabalhar e ganhar dinheiro...porque você veja...a crise ta rondando

aqui...daqui a pouco vamos ter que fazer dinheiro né... e vamos tirar de onde? (ENT. 11).

Tem as dificuldades né que nem eu já falei... da falta de ajuda né... da falta de mais opção de trabalho... porque as pessoas precisam de ter dinheiro pra poder investir né (ENT. 14).

Nós não temos apoio pra nada. Vieram aqui e disseram: “Agora é assim que vai funcionar. Se virem aí.” Nunca mais apareceu ninguém por aqui pra ver como que estamos fazendo as coisas. Quem dera aparecesse alguém para ajudar aí com umas ideias pra gente (ENT. 18).

Pode-se dizer que o maior descontentamento dos moradores das comunidades pesquisadas advém da falta de orientações sobre a correta utilização de seus recursos naturais. Além disso, percebeu-se que os participantes estão revoltos com a situação em função das recentes denúncias de corrupção, divulgadas na região, envolvendo funcionários do órgão de gestão competente, outro fator que compromete as ações e atividades produtivas das comunidades.

5.3.2.2 Potencialidades de Desenvolvimento nas comunidades

Procurou-se observar e coletar informações sobre as particularidades de cada comunidade que pudessem apontar possíveis potencialidades de desenvolvimento. A partir dos relatos obtidos percebeu-se que a grande maioria dos atores sociais participantes da pesquisa apresenta dificuldade de percepção sobre elementos turísticos ou histórico culturais. Foram relatadas críticas quanto falta de investimento da gestão municipal à principal característica do município, como sendo o mais alto do estado do Paraná. Segundo os participantes da pesquisa, se a sede do município não atrai pessoas e não tem estrutura para receber e acomodar visitantes, não há como pensar em potencialidades turísticas nas comunidades rurais.

Como que nós vamos pensar em desenvolver a comunidade se o próprio município não consegue aproveitar o fato de ser o mais alto do Paraná? Poderiam já ter feito isso, mas não. A gente escuta por aí que nem médicos querem vir trabalhar aqui porque não tem nada na cidade... é sempre a mesma coisa (ENT. 12).

Não tem jeito não... enquanto o município não oferecer condições de desenvolver o turismo, ou outras coisas, nós não podemos fazer nada... nós aqui não temos condições (ENT. 20).

Além disso, foi possível perceber muita descrença nas potencialidades de desenvolvimento local sustentável. Cada comunidade tem suas características próprias, que poderiam ser estudadas, até mesmo pelas associações comunitárias, mas em função da falta de apoio e orientações não conseguem desenvolver uma visão mais ampla da sua realidade e de suas possibilidades.

Agora essa eu não sei te dizer...(risos), mas acho que se nós tivesse ajuda dos políticos... do poder público né... seria mais fácil de encontrar solução pra isso. A gente sempre está pensando em como melhorar cada dia... mas a gente não sabe se dá certo (ENT. 02).

Nosso terreno aqui é mais de 50% de mata nativa. Não tem outra coisa que nós pudesse utilizar pra desenvolver de outro jeito (ENT. 07).

Pois olha... só se fosse alguma coisa bem diferente... né... porque só temo esse matão aí com a erva mate nativa né... Só se viessem ensinar nós aqui a trabalhar de outro jeito (ENT. 08).

De desenvolvimento pra comunidade? ... que não prejudique a natureza... acho que ta difícil né... porque nós só temos aqui esse alagado que faz tempo que está aí né... podia aproveita pra fazer alguma coisa que pudesse ajudar né... mas é particular né... aí já não dá né... então não sei... não sei o que que dava pra aproveitar mais, porque agora a gente não sabe o que que pode e o que não pode mexer né (ENT. 10).

Na verdade na comunidade não tem. Pode até ser que tenha, mas a gente não sabe né se ia dar certo né, a ideia (ENT. 13)

Apesar da descrença generalizada no desenvolvimento das potencialidades locais, em umas das comunidades investigadas, um participante apontou algumas opções que acredita serem alternativas de desenvolvimento sustentável local.

Então... dentro da pesca né, porque nós temos muita riqueza de água aqui né, eu acho que pode ser melhorado isso, poderia ser através da pesca esportiva. Dá pra pensar também no turismo religioso, no lazer né, aqui pode ser feito bastante coisa, nós estamos próximo da cidade, o pessoal da cidade pode vir aqui não só na minha chácara, mas tem aqui a chácara que tem pista de laço, sempre agora de tarde tem um monte de gente laçando ali né, tem a ASMIM que é um ponto turístico já digo né, porque tem a cachoeira e tal, tem algumas coisas que pode ser trabalhado pode ser melhorado né. Mas pra isso todos nós aqui precisamos de recursos, e de ajuda né... nada disso aí é fácil (ENT. 03).

Entretanto, mesmo visualizando possível alternativas de desenvolvimento, a problemática da questão volta à falta de recursos e orientações. A grande maioria demonstrou não saber o que podem ou não podem fazer, devido à regulamentação da área.

Elementos histórico-culturais que podem ser tratados como potencialidade turística foram identificados em uma das comunidades. Em função dos

fundamentos históricos da colonização do município, descendentes da primeira família a se instalar em Inácio Martins conservam vários objetos que contam a história de seus antepassados e da própria comunidade. Em suas memórias, guardam os lugares onde foram erguidas as primeiras casas da família Stresser e conservam uma árvore centenária, que segundo relatos obtidos, fora plantada pelo próprio Sr. Pedro Stresser, considerado como primeiro habitante do município.

Os moradores desta comunidade reconhecem a importância desse elemento histórico, mas apontam dificuldades em desenvolver ações voltadas à promoção dessa potencialidade. Tais dificuldades são relatadas como falta de recursos financeiros e falta de incentivos públicos.

De maneira geral, mesmo com dificuldades na percepção sobre o desenvolvimento sustentável e sobre as potencialidades de locais, os participantes da pesquisa demonstram preocupação com o futuro da comunidade.

É isso que eu penso... como que vai ser... porque do jeito que está... se não tiver assistência aqui por causa dessa APA... vai se terminar tudo... já estamos a maioria só os aposentado mesmo aqui. Mas acho que é isso que eles querem mesmo... que não fique mais ninguém por aqui (ENT. 08).

Nós esperamos que nossos filhos possam se manter aqui, nem que seja pela associação né... que possam fazer mais outra coisas né... não sei... porque você veja, nem as crianças não querem mais ficar aqui... porque já se acostumaram desde pequenos a sair pra fora... você veja, tiraram a escola daqui... vão lá na outra comunidade com o ônibus... e aqui eles reclamam que não tem esse negócio mais moderno... de computador... de internet... nem celular que eles gostam né (ENT. 10).

Se a gente não conseguir desenvolver a comunidade no sentido de ela consiga ter uma atividade assim de maneira que propicie renda né, para as pessoas, renda... não a mínima, mais que elas consigam se manter e realizar os seus sonhos né, se mantendo na comunidade até pra tradições assim pra continuar as atividades da família se isso não acontecer vai ser assim, em 20 anos, daqui a pouco, só vai estar os velhos e daí depois disso é natural todo mundo morre né. Os filhos não vão querer voltar, vão vender a propriedade porque não vai ter interesse de continuar ali (ENT. 20).

É evidente a necessidade de iniciativas públicas voltadas a um modelo de desenvolvimento sustentável que permita diversificar as atividades produtivas das comunidades pesquisadas e proporcionem melhorias para as famílias rurais, que possa garantir a permanência destas no campo, com maior qualidade de vida e assegurando o futuro dos seus filhos a partir do uso racional dos recursos naturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se compreender e refletir sobre como a instalação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança afetou o desenvolvimento sustentável das comunidades do município de Inácio Martins, PR, nela inseridas, a partir da percepção dos seus ocupantes.

A identificação das práticas cotidianas dos moradores, bem como da infraestrutura das comunidades pesquisadas, permitiu observar que características como integração afetiva, ajuda mútua, sentimento coletivo e solidariedade predominam entre os moradores. Tal sentimento coletivo foi fortemente demonstrado durante os relatos obtidos, inclusive quando se referiam aos problemas comuns entre as comunidades do município inseridas na APA. Ao concluir sobre a real situação das comunidades após a instalação da APA, um dos moradores demonstrou ser solidário a todas as comunidades vizinhas: “estamos todos abandonados à própria sorte”. As atividades de geração de renda e o acesso aos serviços sociais são insatisfatórios, principalmente nas comunidades mais distantes da sede do município, o que afeta e compromete a qualidade de vida dos moradores.

Quanto à participação comunitária, foi possível verificar que as associações organizadas carecem de lideranças que acreditem em suas capacidades para o envolvimento na tomada de decisões e na força da representatividade que detêm. Em função de ainda não terem conseguido atingir resultados mais concretos e consideráveis, os próprios associados parecem crer que as associações só foram formalizadas objetivando meios para receber a subvenção social prestada pela prefeitura.

O despreparo de participação comunitária percebido e relatado pelos participantes da pesquisa, tem como causa principal a baixa escolaridade da população, o que reduz suas capacidades de ação justamente pela falta de conhecimentos técnicos e específicos sobre a atuação de organizações comunitárias. Para mudar essa realidade as lideranças comunitárias necessitam de capacitação específica para que possam se tornar mais eficazes e efetivas no processo de representação junto às suas comunidades.

Ao longo da realização dessa pesquisa percebeu-se a necessidade de ações de educação ambiental, de acompanhamento e monitoramento das atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades, bem como a urgência na definição de políticas públicas, com ampla participação da sociedade local, visando promover esclarecimentos sobre o plano de manejo da APA, atendendo as perspectivas pessoais e comunitárias.

A busca pelo desenvolvimento sustentável, pautado em bases comunitárias, deve estar fundamentada nas realidades locais, de maneira que possa, de fato, atender as expectativas de renda e garantir efetivamente a qualidade de vida dos moradores. As comunidades pesquisadas necessitam, em função das restrições de uso do solo, de apoio e assistência para que possam desabrochar em suas capacidades. Neste sentido, o papel dos agentes exógenos é fundamental, pois o atendimento a essa premissa pode ser facilitada por meio do conhecimento e das habilidades técnicas disponibilizadas pelos órgãos gestores da UC, o que ainda não ocorreu.

Observou-se que os atores sociais pesquisados permanecem ainda confusos e duvidosos quanto aos objetivos da APA, mesmo após transcorridos sete anos da implantação do Conselho Gestor e cinco anos da conclusão do Plano de Manejo. A percepção dos termos desenvolvimento e desenvolvimento sustentável apresenta-se de maneira fragmentada, relacionada somente ao conceito econômico, sem associar os aspectos sociais, comunitários, culturais e ambientais.

A concepção de desenvolvimento sustentável expressada pelos participantes da pesquisa apresenta-se atrelada a uma perspectiva de sanar suas necessidades imediatas, contrariando os pressupostos de preservação e conservação para o futuro. A percepção inadequada das práticas de desenvolvimento sustentável em áreas de proteção ambiental provoca a utilização dos recursos ambientais de maneira insustentável. Ora, como esperar que comunidades rurais desenvolvam e apliquem práticas sustentáveis se seus membros compartilham a percepção de terem sido excluídos do processo de criação, planejamento e gestão do arranjo institucional em que vivem? Como esperar que aprendam sozinhas se não tem acesso à informação nem recebem orientações adequadas? Como esperar que preservem e protejam o ambiente de

maneira correta se é dali que tiram seu sustento? Tais questionamentos surgiram com a identificação dos principais conflitos e incoerências encontrados com a realização da pesquisa.

É evidente a necessidade de uma visão mais abrangente e mais sensível, por parte dos órgãos gestores, para as reais necessidades das comunidades rurais. A busca pelo desenvolvimento sustentável deve ser incentivada por meio de contínuas e constantes ações educativas e participativas que possam efetivamente avançar e deixar de ser meros discursos bem intencionados. Neste sentido, é possível concluir que, na percepção dos moradores, por estarem com suas comunidades sem assistência e sem apoio dos órgãos gestores, a instalação da APA não favoreceu o desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, esta pesquisa demonstrou que mesmo com dificuldades e limitações as comunidades conseguem conservar e preservar seus recursos naturais, por meio de hábitos e costumes adquiridos ao longo dos anos. Potencialidades de desenvolvimento local foram identificadas e podem ser maximizadas, tais como agricultura familiar, turismo rural, religioso, histórico e cultural. As potencialidades precisam ser discutidas, localmente por meio das associações comunitárias, mas, para ter sucesso qualquer alternativa é preciso centrar as discussões em prol de novas alternativas de geração de renda, que se apresenta atualmente, como a principal necessidade das comunidades.

Há muitos desafios a serem superados e diversas questões a serem pesquisadas e respondidas para que possamos contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais de Inácio Martins. Importante lembrar que este trabalho limitou-se a identificar e compreender a percepção dos moradores locais que, de certa forma, apresentaram algumas dificuldades em torno do entendimento da problemática ambiental local e suas inter-relações. Essa é a primeira pesquisa acadêmica realizada em nível de Dissertação de mestrado a respeito dessas comunidades. Neste sentido, é evidente a necessidade de um aprofundamento das determinantes de desenvolvimento local sustentável nestas localidades.

Assim, como proposta para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos específicos para cada uma das comunidades inseridas na APA, no município de Inácio Martins, considerando as suas peculiaridades e realidades

locais, para o desenvolvimento de um plano de ação que possa contribuir efetivamente com alternativas de atividades compatíveis aos pressupostos do desenvolvimento local sustentável, ou seja, ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMARO, R. R. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, nº. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <http://cea.revues.org/1573> Acesso em: mai. 2015.

ARAÚJO, T. N. **Uso Sustentado em Unidades de Conservação: análise crítica do plano de gestão da área de proteção ambiental em Guapimirim**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/TNAraujo.pdf> Acesso em: jun. 2015.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, p. 63-76, set, 2000. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n1_fideles.pdf. Acesso em abr. 2015.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília. IPEA, 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf Acesso em: mai. 2015.

BARBANTI JR., O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** - ANPPAS. Indaiatuba- SP, 2002. Disponível em: http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20%20TEORIAS%20E%20PR%20C1TICAS.PF Acesso em jun. 2015.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática** - São Paulo: Saraiva, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 1977.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: mar. 2015.

BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRITO, M. A.; NASCIMENTO, J. S.; LIMA, J. E. Diferenciais de Desenvolvimento Econômico entre os Municípios Brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica. IPEA CODE 2011. **Anais do Circuito de Debates Acadêmicos**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo26.pdf> Acesso em: ago. 2015.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA, 1999. Disponível em: <http://iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SergioBuarque.pdf> Acesso em: fev. 2015.

CKAGNAZAROFF, I. B.; PEREIRA, L. Z.; ANDRADE, C. R.; ABREU, B. V. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de C. Humanas**, v. 8, nº 2, p. 171-191, Jul./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo2vol8-2.pdf> Acesso em: mai. 2015.

CALEGARE, M. G.A.; SILVA JUNIOR, N. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doaj.org/article/078a74c6073c4e3897374a6a46e8a4b7> Acesso em: jun. 2015.

CAMPOS, L. M. S. **SGADA** – Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/.../180911.pdf> Acesso em: jul. 2015.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17> Acesso em jul. 2015.

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: Millennium, 2002.

CÔRTE, D. A. A. **Planejamento e Gestão de APAs: enfoque institucional**. Brasília: IBAMA. Série Meio Ambiente em Debate, 1997. Disponível em: <http://www.matutu.org/projetos/APAs.pdf> Acesso em: jun. 2015.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**. 1992. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf Acesso em mai. 2015.

EVANS, Y. **Participação Comunitária em Gestão Ambiental**: o caso do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo. Queen Mary, University of London, 2007. Disponível em: <http://www.geog.qmul.ac.uk/docs/staff/4409.pdf> Acesso em: abr. 2015.

FRANCO, A. **Além da renda**: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília: Millennium, 2002.

FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, 1991. Disponível em: www.revistas.usp.br/rsp/article/download/23798/25834 Acesso em: ago. 2015.

GADOMSKI, S.T.; GONZAGA, C.A.M. Desenvolvimento local sustentável no Município de Inácio Martins - PR: percepção das lideranças sobre o protagonismo das organizações comunitárias. In: **Anais do Congresso Internacional de Administração**. Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php> Acesso em: mai. 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, C. A. M. *et al.* Renda da Terra em uma Área de Proteção Ambiental no Paraná. In: **Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_03512086.pdf Acesso em: jul. 2015.

GURGEL, H. C; et al. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. v. 03. dez. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/boletim_ipea_uc_desenvolvimento_dez_09_240.pdf Acesso em set. 2015.

HORST, L. V. M.; FUGINAGA, C. I.; RODRIGUES, A. H. Educação ambiental e desenvolvimento comunitário: perspectiva interdisciplinar. SIIPE-SUL. Florianópolis, 2013. **Anais**. Disponível em: <http://www.siipe.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/10/C-Horst.pdf> Acesso em: jul. 2015.

IAP [INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ]. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança**. Curitiba: IAP, 2009. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/APA_Serra_da_Esperanca/TextPM_APA.pdf Acesso em: mar. 2015.

IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA]. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> Acesso em: abr. 2015.

IDIS [INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL]. **Biblioteca: Desenvolvimento Comunitário**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.idis.org.br/biblioteca/tira-duvidas/tira-duvidas-sobre-desenvolvimento-comunitario/>. Acesso em: mar. 2015.

IPARDES [INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL]. **Caderno Estatístico Município de Inácio Martins**- Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84520> Acesso em ago. 2015.

IVO, A. B. L. Estado da arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento. In: **Sociedade, Política e Desenvolvimento**. Aristides Monteiro Neto. Brasília: IPEA, 2014.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Franca, SP, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. 11, nº. 2, p. 237-253. jul. dez. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2008000200003

Acesso em: jun. 2015.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, n. 84, p. 141-174, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a06n84.pdf> Acesso em: mar. 2015.

MARTINS, A. Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais**. Barcelona. Vol. 17, n.º 989, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-989.htm> Acesso em: jul. 2015.

MARTINS, T. G. Sociologia e Desenvolvimento (1954 – 1964). **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 211-224, jan./jun. 2010.

MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS. **Notícias**. Mater natura apresenta Plano de Manejo da APA Serra da Esperança. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://novo.maternatura.org.br/news.php?news=481> Acesso em fev. 2016.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. V. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

MCMILLAN, D.; CHAVIS, D. Sense of community: a definition and theory. **American Journal of Community Psychology**, 1986.

MEIRELLES, B. H. S. ERDMANN, A. L. A interdisciplinaridade como construção do conhecimento em saúde e enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v.14, nº.3. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072005000300013&script=sci_arttext Acesso em: mai. 2015.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferência Regional da International Society for Third-Sector Research – Latin America and Caribe (ISTR-LAC), San José, Costa Rica, 2003. **Anais**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/690.pdf> Acesso em: jan. 2016.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

MMA [Ministério de Meio Ambiente]. **Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP**. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília, 2006. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/205/arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf Acesso em jan. 2016.

_____. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc> Acesso em jun. 2015.

MOREIRA, J.F.; ANDRADE, M.O. O conflito sócio-econômico-ambiental decorrente da carcinicultura na APA da Barra do Rio Mamanguape. II Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Rio de Janeiro, 2008. **Trabalhos Científicos**. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/JulianaMoreira.pdf> Acesso em jun. 2015.

MORIN, E. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MUCCI, J. L. N. Reflexões de um Biólogo Sanitarista sobre Educação Ambiental. In: PHILLIPPI Jr A, PELICIONI M. C. F. (org). **Seminário sobre educação ambiental** São Paulo. Signus, 2000.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

PALHANO, L. C. **Interdisciplinaridade da sustentabilidade empresarial**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção, COPPE): UFRJ. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/LaurelenaCrescencioPalhano.pdf Acesso em: fev. 2015.

PARANÁ. Lei Estadual nº. 9905, de 27 de janeiro de 1992. Cria área de proteção ambiental - APA, na Serra Geral, conhecida como Serra da Esperança, no Estado do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, nº. 3689. Curitiba, 27/01/1992. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1745 Acesso em: jun. 2015.

PARANÁ. Decreto nº 1.438 de 06 de dezembro de 1995. Aprova o Regulamento que define o zoneamento ecológico/econômico da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, nº 4649 de 06 de dezembro de 1995. Curitiba, 1995.

PARREIRA, J. M. R. R. **Organizações de base comunitária: que papel no conceito e implementação do desenvolvimento a partir de baixo?** Lisboa, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão) Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03> Acesso em mai. 2015.

_____. As interações entre a educação, saúde e meio ambiente. **Biólogo**, São Paulo, v. 61, nº 2, 1999.

PENTEADO, H. **Ecoeconomia** uma nova abordagem. São Paulo. Lazuli. 2003.

PMIM [PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS]. **Histórico**. Disponível em: <http://www.inaciomartins.pr.gov.br/municipio/historico/> Acesso em jun. 2015.

Lei Municipal 01/2004, de 27 de dezembro de 2004. Cria Lei Orgânica Municipal de Inácio Martins (LOMIM). Disponível em: http://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/lei_organica_im.pdf Acesso em: jun. 2015.

Lei Complementar nº 001/2010 de 16 de novembro de 2010. Institui a Lei do Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Inácio Martins.

Lei 542/2011 de 30 de agosto de 2011. Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) do município de Inácio Martins. Disponível em: <http://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/leis.php?y=2011> Acesso em jun. 2015.

Lei Municipal nº 631/2013. Autoriza o executivo municipal a contratar empresas de contabilidade para apoiar as Associações sem fins lucrativos que possuem declaração de utilidade pública. Disponível em: [http://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/upload_leis/lei_631_2013\[1377523800\].pdf](http://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/upload_leis/lei_631_2013[1377523800].pdf) Acesso em: jun. 2015.

PNUD [PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO]. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li Atlas2013#> Acesso em: fev. 2015.

OLIVEIRA, A. L. C. Avaliação de conflitos ambientais na Área de Proteção Ambiental Tamoios (Enseada de Abraão - Ilha Grande/Angra dos Reis) com base na legislação ambiental. **GEO**. Rio de Janeiro. v. 2, nº 17. 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1324/1118> Acesso em: jun. 2015.

OLIVEIRA, G. B.; Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf Acesso em: jul. 2015.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004. Disponível em <http://docplayer.com.br/37559-Claude-raynaut-resumo-abstract.html> Acesso em abr. 2015.

ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

 Das coisas e dos homens: Teoria do Desenvolvimento à espera de sua revolução copernicana. **Jornal da Ciência**, nº. 1836. São Paulo, 23 de julho de 2001.

Rumo à Ecosocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento:** um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, T. D. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Olhares Sociais.** v. 02. n. 01 jan-jun 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/882.pdf> Acesso em ago. 2015.

SILVA, M. T. R.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento comunitário.** Projeto BNDES/PNUD, Recife, 2002. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf> Acesso em abr. 2015.

SILVANO, J. R.; SILVA, A. N.; SANTOS, J. Incentivo ao associativismo como forma de desenvolvimento local através do Projeto Rondon. XVII Seminário Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ. Cruz Alta, RS, 2007. **Anais do...: Ciência, Reflexividade e (In) Certezas.** Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccsa/incentivo%20ao%20associativismo%20como%20forma%20de%20desenvolvimento%20local%20atraves%20do%20projeto%20rondon.pdf> Acesso em: mai. 2015.

SILVEIRA, E. S. A importância do desenvolvimento local e do meio ambiente para os assentamentos rurais. **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 4, n. 1, p. 102-115, 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/reb/article/view/2969/5848> Acesso em: mai. 2015.

SOARES, S. I. de O. **A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil.** São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde.../Samiralasbeck.pdf Acesso em: set. 2015.

THEODORO, S. H. et al. Uma crise anunciada. In THEODORO, S. H. et al. **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=JkcGvl8EA00C&pg=PA23&lpg=PA23&dq=Uma+crise+anunciada.+THEODORO&source=bl&ots=V5BKUebSe7&sig=FY2apYirEHi2gLqOlfaVov3jM&hl=ptBR&sa=X&ei=1YqPVdfnOYPAggTOv6zAAw&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q=Uma%20crise%20anunciada.%20THEODORO&f=false> Acesso em: jun. 2015.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: Miranda, O. **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: EdUSP, 1995. p. 231-352.

VASCONCELOS, M. A; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VITTE, C. de C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, n. 13, p. 77-87, Set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf> Acesso em: out. 2015.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, UNB, 1972.

ZANONI, M. M.; et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2. p. 39-55, jul.dez. 2000. UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22106/14472> Acesso em: out. 2015.

APÊNDICES

Apêndice I – Instrumento de Pesquisa

Roteiro de Entrevista

Comunidade: _____

Identificação de Perfil

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

2. Estado Civil:

() Solteiro(a)

() Casado(a)

() Separado(a)

() Outro

3. Idade:

() Até 25

() 25 a 40

() 40 a 60

() Acima de 60

4. Escolaridade:

() Ensino fundamental

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Superior incompleto

() Superior completo

5. Renda familiar média:

() 01 salário mínimo

() 01 a 03 salários mínimos

() 04 a 10 salários mínimos

() Acima de 10 salários mínimos

6. Há quanto tempo reside na comunidade?

() Entre 1 e 5 anos

() Acima de 5 anos

() A vida toda

7. Trabalha no local?

() Sim Onde? _____

() Não

Perguntas abertas

1. Como se formou essa comunidade?
2. Como se sente morando nesta comunidade?
3. Quais as principais atividades desenvolvidas nesta comunidade?
4. Como é o acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e segurança nesta comunidade?
5. Como você avalia a qualidade do ar, da água e do solo nesta comunidade? Como é realizado o descarte do lixo produzido?
6. Como era a vida e as atividades desenvolvidas na comunidade antes da instalação da APA? E da implantação do plano de manejo?
7. Como se deu a implantação da APA e do plano de manejo nesta comunidade?
8. A comunidade foi consultada a respeito da criação da UC? E no processo da elaboração do plano de manejo?
9. Há ou houve conflitos ambientais (incoerências, resistência, aversão ou descaso) relacionados à aplicação do plano de manejo?
10. As atividades desenvolvidas pela comunidade após a APA sofreram alterações/modificações? São compatíveis com o plano de manejo?
11. A comunidade recebe apoio e orientações dos órgãos públicos para desenvolver atividades compatíveis com o plano de manejo?
12. O que entende por desenvolvimento?
13. O que é importante para o desenvolvimento da comunidade?
14. Qual a importância da associação comunitária?
15. Como a associação desenvolve suas atividades? Quais benefícios para a comunidade uma associação consegue proporcionar?
16. Em sua opinião, a APA trouxe vantagens ou desvantagens para o desenvolvimento da comunidade?
17. Quais as dificuldades de desenvolvimento sustentável para essa comunidade? Se sim, como isso poderia ser melhorado, considerando que trata-se de uma área de preservação?
18. Quais as potencialidades de desenvolvimento comunitário sustentável para essa comunidade? Como visualiza esta comunidade nos próximos 20 anos?

Apêndice II – Instrumento de Pesquisa

Roteiro para observação da área

1. Infraestrutura

- Escolas
- Posto de Saúde
- Capela e centro comunitário
- Telefone
- Cemitério

2. Localização

3. Descarte de lixo

4. Potencialidades e elementos turísticos

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO/
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Aceito participar da pesquisa **“Desenvolvimento Local Sustentável em comunidades de uma Área de Proteção Ambiental no Estado do Paraná, Brasil”**, realizada por Sirlei T. Gadomski Rocha, mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, *Campus* de Irati.

Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre a minha participação, que será voluntária, não será cobrado nada, não haverá gastos nem riscos na participação neste estudo, não haverá ressarcimentos ou indenizações e meu nome não será utilizado em nenhum momento da pesquisa garantindo assim meu anonimato.

Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pela pesquisadora em local e data previamente ajustados permitindo a gravação dos relatos.

Fui informado(a) também que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente.

A pesquisadora compromete-se em utilizar as informações coletadas somente para os propósitos da pesquisa.

Recebi uma cópia deste termo, li e concordo em participar da pesquisa.

Inácio Martins, _____ de _____ de _____.

Pesquisadora Sirlei T. Gadomski

Assinatura do(a) Participante

Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa entrar em contato com o orientador da pesquisa Prof^o Dr. Sergio Luis Dias Doliveira pelo telefone (42) 8402 0807.